

Jorge Dias

VILARINHO DA FURNA

UMA ALDEIA COMUNITARIA

nota preliminar e prefácio de ORLANDO RIBEIRO

cancioneiro de Margot Dias, desenhos de Fernando Galhano



temas portugueses

ESQUINA

R. Af. L. Vieira, 126 (Ao Foco)
4100-020 PORTO, PORTUGAL
T. 226065314 - 226005134
Fax. 226053878
Email: livrariasesquina@mail.telepac.pt
www.livrariasesquina.com

1984
207

temas portugueses

NOTA PRELIMINAR

A reedição de Vilarinho da Furna. Uma aldeia comunitária de Jorge Dias (1907-1973) impõe-se por várias razões. Ela é, por um lado, nos estudos da Etnologia portuguesa e na série de monografias locais de que é relativamente abundante a nossa bibliografia, a primeira que utiliza um plano científico rigoroso. Por outro, representando a refundição da sua tese de doutoramento em Volkskunde (Etnografia) na Universidade de Munique, é o primeiro trabalho de fôlego do autor, e inaugura uma das suas linhas de pesquisa.

Jorge Dias preparou-se para os estudos etnológicos por um entranhado gosto da vida popular em que activamente participou, tocando cavaquinho em feiras e romarias, fazendo atletismo em circos ambulantes e vendendo chapéus de chuva que, naquele tempo, ninguém se dispunha de possuir. Nascido numa família de sólida burguesia portuense, sustentada pelo negócio, amando o conforto e tendo posses para habitar um prédio de dois andares, nunca a prosperidade da casa paterna o atraiu, sentindo-se mais feliz e identificado no meio do povo com que sabia conviver a ponto de se não distinguir dele como «um senhor da cidade».

Só tarde veio frequentar a Universidade de Coimbra, onde se formou em Filologia Germânica e frequentou, por curiosidade, as aulas de Geografia Humana de Amorim Girão, vivas e estimulantes, que lhe deram um primeiro quadro no estudo da vida popular. O conhecimento da língua alemã permitiu-lhe ser leitor em várias Universi-

dades e fazer estudos sistemáticos da ciência a que veio a dedicar-se.

Encontrámo-nos numa excursão do curso de férias de Coimbra, onde aí dei algumas lições enquanto era leitor na Sorbonne. Revelou-me o propósito de se dedicar à investigação e ao ensino da matéria e creio tê-lo aconselhado a estudar a fundo a obra gigantesca de Leite de Vascencellos. A extensão em que esta se desenvolve decidiu Jorge Dias a conduzir em profundidade o seu labor, dentro de duas linhas de orientação: monografias de aldeias comunitárias, e por isso fortemente mantenedoras da tradição, levantamento completo da alfaia agrícola, que a mecanização já ameaçava de desaparecimento. Daqui resultaram os seus dois primeiros trabalhos de envergadura, embora precedidos de numerosos artigos, o que ora se reedita e Os Arados Portugueses e as suas Prováveis Origens, assunto a que várias vezes havia de voltar. A monografia de Vilarinho da Furna é como um marco neste género de trabalhos. Rio de Onor. Comunitarismo agro-pastoril permitiu-lhe uma recolha mais exaustiva e estudar fenómenos mais conservados do que na aldeia da montanha do Minho. Depois apareceram outros trabalhos do mesmo género, de nacionais e estrangeiros, mas nenhum o superou, lamentando-se que nem sempre tenham em conta os modelos de Jorge Dias.

Com os seus amigos da infância e com sua mulher, Margot Dias, constituiu um pequeno e coeso grupo de trabalho. Ernesto Veiga de Oliveira será como ele etnólogo, Margot Dias recolhe o cancioneiro, e colaborará com o marido na grande monografia Os Macondes de Moçambique, especializando-se em cestaria e formas de parentesco, o pintor Fernando Galhano ilustra com tanto escrupulo como talento as suas obras.

A minha amizade fraterna com Jorge Dias, brotou da simpatia recíproca dos nossos primeiros contactos, fortaleceu-se em viagens frequentes, na ajuda que me deu na preparação do XVI Congresso Internacional de Geografia,

Lisboa 1949, em que se encarregou de dirigir a parte humana de uma excursão ao Minho, Trás-os-Montes e Alto Douro, encantando todos pela qualidade dos seus comentários de paisagem e pela facilidade de passar de uma língua a outra conforme o seu interlocutor. Quando vinha ao Porto fazer conferências na Escola de Belas Artes, a que o grande arquitecto Carlos Ramos dera nível muito elevado, ou no Centro de Estudos Humanísticos, embrião da Faculdade de Letras que o obscurantismo suprimiu e só Marcello Caetano restabeleceu, era recebido no ambiente requintado e acolhedor da bela casa de Lavadores, onde ressoavam discretamente harmonias musicais, tão estimulantes para a criação do espírito. Depois, em Santo Amaro de Oeiras, juntávamos os nossos filhos a quem procurávamos ensinar coisas belas e formativas, à margem dos programas oficiais.

Desde que alcancei a posição de professor catedrático da Universidade de Lisboa que me propus tê-lo como colega. Encontrei a resistência deliberada e contagiosa de Manuel Heleno, director do Museu Etnológico, fundado por Leite de Vasconcellos, criatura mediocre e que sempre conseguira afastar os que lhe podiam fazer sombra. Por minha iniciativa se criaram, no curso de Geografia, as cadeiras de Etnologia Geral e de Etnologia Regional que veio a reger, depois de breve passagem pela Universidade de Coimbra com um contrato precário e de ser nomeado professor catedrático do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina; o director, tendo peso político, que nunca procurei adquirir, obteve para a sua escola professores que me empenhara em trazer para a Faculdade de Letras, dois dos quais foram meus discípulos e outro meu sucessor no leitorado de Paris. Que o seu lugar era na Faculdade de Letras (que nunca consegui que se chamasse de Ciências Humanas) levou-o a fazer, aos 60 anos, o primeiro doutoramento em Etnologia em Portugal obtendo a classificação de 20 valores.

O facto de ensinar nos «Ultramarcinos» levou Jorge Dias e sua mulher a Moçambique e a Angola, tendo uma vez feito a travessia de «jeep» entre as duas províncias, e a elaborar uma das mais notáveis monografias de um grupo étnico africano (Macondes de Moçambique).

Mas este novo campo de trabalho não desviou Jorge Dias dos estudos de Etnologia portuguesa. Com Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano, a que se veio juntar Benjamim Enes Pereira, tem prosseguido o levantamento exaustivo das formas materiais da vida popular implacavelmente (e às vezes estupidamente) rasoirada pelo progresso mecânico.

Jorge Dias extinguiu-se subitamente em pleno vigor intelectual mas não deixou, felizmente, atrás de si o vazio que se fez com a morte de Leite de Vasconcellos. Não o conheceu sequer, mas ombreia com ele nos estudos etnográficos, no afimco com que trabalhou, no propósito de acompanhar os progressos da Ciência, na projecção internacional. Os seus artigos foram escritos em várias línguas, das suas relações pode avaliar-se pelo In Memoriam em três grossos volumes, colaborado pelos mais notáveis especialistas de Etnologia ou Antropologia Cultural, dois nomes da mesma disciplina. Pode dizer-se que Jorge Dias deixou, em todos que o conheceram, a lembrança da simpatia e elevação do seu convívio e, na Ciência, um rasto luminoso.

*

Vilarinho da Furna não existe mais; não declinou por abandono dos habitantes, mas porque uma barragem a meteu debaixo da água que submergiu leiras e casas e até o cemitério situado na parte mais alta da aldeia. Nem os mortos escaparam e dos vivos ninguém cuidou; pagas as indemnizações irrisórias, cada um se amanhou como pôde, enriquecendo se o país de electricidade, atirando para as incertezas da vida os seus vizinhos. E, no entanto, estas aldeias comunitárias viviam numa nobre pobreza, onde os

habitantes se sentiam efectivamente senhores do que cultivavam e colhiam e geriam em comum os seus interesses colectivos. Esta reedição é uma espécie de Requiem pelos pobres camponeses, pastores, moleiros e homens de outros ofícios humildes, que não inspiram aos prestigiosos construtores de barragens outro sentimento que não seja de profundo desprezo. Infelizmente este crime perpetrou-se, outras aldeias ficaram debaixo de água e a famosa barragem do Alqueva, que é um erro técnico crasso porque se fecha um curso de água, gastando-se rios de dinheiro num paredão que, uns anos por outros, não chegará a encher a albufeira.

Um problema que ocupou muito o espírito de Jorge Dias foi o das relações entre a cultura popular e a cultura superior. O povo, mesmo pobre e analfabeto, é um repositório de autêntica sagesa, na riqueza da tradição que não exclui inovação e adaptação e na força criadora da poesia, da música, dos contos, das adivinhas, dos ensalmos, do fabrico de artefactos, completamente desconhecida da gente das cidades mas que constitui o cerne da Nação. O grande mérito de Jorge Dias foi ter-se debruçado amorosamente sobre este património ameaçado e transmitido numa obra que, testemunhando uma fase crítica da civilização, prevalecerá sobre os desencontros dos tempos que correm. Uma obra viva — como todas as manifestações superiores do Espírito.

Vale de Lobos, 27 de Abril de 1981

ORLANDO RIBEIRO.

P R E F Á C I O

Os estudos etnográficos apareceram em Portugal com a curiosidade romântica da vida tradicional e popular, mas só os trabalhos de Adolfo Coelho e Teófilo Braga lhes imprimiram feição sistemática e cunho científico. A estes operosos investigadores, acompanhados por Consiglieri Pedroso, seguiram-se logo Leite de Vasconcellos e os colaboradores da Revista Lusitana, por ele fundada em 1887, e o grupo reunido em torno da Portugália, começada a publicar no Porto quase pela mesma data.

O gosto destes estudos, suscitado pelos autores referidos, espalhou-se então largamente entre nós, não só nos ambientes intelectuais das nossas primeiras cidades, mas ainda pela província, pois foi possível manter, durante seis anos, numa vila alentejana, uma revista da especialidade — A Tradição, de Serpa — e publicar, noutra vila minhota, Esposende, a Revista do Minho e uma série de livrinhos etnográficos — Colecção «Silva Vieira». Durante mais de 60 anos, domina esta actividade a figura gigantesca de Leite de Vasconcellos, recolhendo e ordenando materiais, fundando o primeiro museu da especialidade, animando vocações e congregando colaboradores, organizando revistas e publicando, no declinar da existência, os primeiros volumes duma Etnografia Portuguesa, tão largamente concebida e tão ricamente documentada que, apesar de incompleta, ficará como uma das obras fundamentais para o conhecimento da terra e da gente portuguesa.

Que estas matérias agradaram, provam-no, de alguns anos para cá, multiplicação dos museus de etnografia,

os cortejos folclóricos, as romagens por aldeias pitorescas e a inspiração que, com mais ou menos gosto, alguns artistas têm ido buscar ao povo. Que os estudos etnográficos estão, contudo, longe de constituir uma disciplina corrente e aceite no mundo científico, mostram-no também a falta de ensino destas matérias nas nossas Universidades, a ausência de uma revista que sirva de orientação aos novos investigadores, e o carácter duvidosamente científico com que não raro são recolhidos, tratados e apresentados ao público os temas da vida popular. Facto tanto mais estranho se nos lembrarmos que os fundadores da Etnografia portuguesa foram todos professores da mesma escola — a Faculdade de Letras de Lisboa — tal como Consiglieri Pedroso e o malogrado filólogo João da Silva Correia, que consagraram aos estudos etnográficos parte importante da sua actividade científica.

A discontinuidade duma tradição universitária, que não chegou a organizar-se, explica o aparecimento de um jovem etnógrafo que nada deve, no seu impulso inicial, à escola portuguesa. O Dr. António Jorge Dias, universitário também, começou a estudar Etnografia na Universidade de Munique, onde se doutourou em *Volkskunde*. A sua tese, refundida e ampliada, constitui o presente trabalho.

Tendo passado a infância no Minho, «a terra clássica das nossas tradições e antigos costumes» (Leite de Vasconcellos), conciliou o temperamento de andarilho e o amor da vida popular com uma especialidade científica que correspondia a naturais tendências e curiosidades do seu espirito. A orientação de trabalho marcou-a Jorge Dias com toda a clareza no estudozinho «Acerca do conceito de Etnografia», onde se distingue a simples curiosidade das coisas do povo, posta tantas vezes ao serviço da propaganda turística, do estudo objectivo dos temas populares, e se coloca, na devida hierarquia, o trabalho prestimoso de colectores episódicos e o tratamento científico destas matérias. «Para haver ciência tem de haver coordenação, sistematização, interpretação causal e filosófica dos fenó-

menos e das relações entre eles, no sentido de constituir um corpo geral, em que os fenómenos particulares tenham o lugar que lhes corresponde».

*

O primeiro passo do caminho que este programa anuncia é, naturalmente, o das monografias, dos estudos circunscritos mas conduzidos em profundidade, espécie de sondagem através das camadas da vida popular. Pela primeira vez entre nós se monografou uma aldeia, que é, mais do que um agregado humano, uma cerrada unidade na solidão das montanhas do Minho. Vilarinho da Furna é uma povoação comunitária, que corresponde precisamente à luminosa definição que o geógrafo Demangeon deu algures da comunidade rural: «un ensemble de maisons, avec les habitants et le territoire exploité». Por isso, o presente trabalho estuda não só as formas da vida material e espiritual da pequena aldeia minhota, mas situa-as no quadro natural e social onde elas se manifestam.

A recolha dos dados foi feita com minúcia e escrúpulo de que o leitor pode fazer ideia pela relação apensa dos principais informadores, onde se discriminam os capítulos para que forneceram mais elementos. As descrições são claras, precisas e objectivas; é nelas visível o gosto de esmiuçar o pormenor característico, que faz também a riqueza e o encanto de tantas páginas de Leite de Vasconcellos.

Há, dispersos pelo livro, muitos elementos comparativos, aproveitados com critério, que permitem ao autor formular uma conclusão de alcance geral acerca da origem das comunidades do tipo estudado. Além do isolamento e das influências locais do ambiente, alguns traços filiam-se «na cultura dos povos pastores e ganadeiros indo-europeus», introduzida entre nós possivelmente por migrações pré-romanas e reforçada pelas invasões germânicas, nomeadamente a dos Suevos. A organização comunitária nasceu

talvez do contacto deste estilo de vida, onde a pastagem e o gado desempenham papel preponderante na labuta dos homens, com uma agricultura sedentária e complexa, que se pratica nos vales do Minho há mais de quatro milénios e à qual pertencem os campos de Vilarinho da Furna, que é, a este respeito, uma espécie de «ilha» da Ribeira no oceano revolto das agrestes montanhas graníticas.

Quere-me parecer que, nas páginas da conclusão, o autor apanhou um fio duma meada muito emaranhada; vale a pena continuar a desfiá-la nas monografias que prepara acerca doutras aldeias (Rio de Onor e Castro Laboreiro), e, à luz destes exemplos, tentar a recolha e a interpretação de conjunto das nossas usanças comunitárias, mais complexas e mais espalhadas do que os trabalhos clássicos dos etnógrafos e dos sociólogos permitem supor.

Para além do alcance científico, o presente estudo tem o interesse de nos mostrar um mundo estranho, insuspeitado para tanta gente que formou a sua cultura nas cidades e apenas passou pela montanha uma curiosidade passageira e ociosa. E ao comum dos leitores não desagradará o tom simples e o calor humano com que se evoca a vida austera destes serranos, passada entre trabalhos duros e sujeita a uma organização severa.

*

Vilarinho da Furna é, no conjunto das formas da cultura popular, uma aldeia pobre, que recebeu da Ribeira a maior parte dos seus elementos da vida material e espiritual. A persistência do espírito e da disciplina comunitária, a importância do pastoreio, as construções toscas, a luta contra o ambiente hostil, que ora leva à autarcia e impede a especialização dos mesteres (e portanto o seu aperfeiçoamento), ora provoca a fuga à vida áspera da montanha, são os traços mais característicos que ressaltam da leitura deste livro. A maior riqueza e originalidade do agregado humano reside porém no mundo mágico que

o rodeia, vigorosamente evocado pelo autor, quando as imaginações desvairadas pelo medo se perdem através das longas noites de inverno, dos dias escuros e tempestuosos e da solenidade e do silêncio dos altos relevos graníticos. Ele é o último refúgio «das forças sinistras do reino infernal, que dobram os homens de terror, como a nortada verga as plantas do litoral».

A presente monografia contém uma ilustração preciosa: duas dezenas de fotografias muito bem escolhidas e os desenhos de Fernando Galhano, que juntam à beleza de traço a minúcia e a fidelidade indispensáveis em trabalhos desta índole. O cancionista musical foi recolhido e transcrito por Margot Dias.

Esta associação de dois artistas ao trabalho científico define um traço, pouco vulgar entre nós, da personalidade de Jorge Dias: o espírito de «*équipe*», hoje imprescindível na recolha, ordenação e aproveitamento dos materiais de estudo. Por isso, bem avisado andou o «*Instituto para a Alta Cultura*», prestimoso organismo que tornou possível a iniciação ou o desenvolvimento de tantas matérias científicas entre nós, encarregando-o da organização do «*Centro de Estudos de Etnologia Peninsular*» e facultando-lhe os meios materiais de efectuar as investigações da sua predilecção.

Neste mesmo espírito de «*équipe*» encontra o presente prefácio a única justificação. Trabalhador mais antigo num campo quase comum, muitas vezes me encontrei com o autor nas encruzilhadas dos caminhos do nosso ideal. Sejam estas linhas mais uma saudação amigável, um cordial aperto de mão e uma esperança de relações científicas cada vez mais estreitas e fecundas.

ORLANDO RIBEIRO.

Este volume é a reprodução fac-similada da 1.ª edição de «Vilarinho da Furna» publicado pelo Centro de Estudos de Etnologia Peninsular do Instituto para a Alta Cultura — 1948.

INTRODUÇÃO

Com esta monografia pretendemos iniciar uma série de sondagens etnográficas que sirvam de base a trabalhos de comparação, interpretação e síntese de maior amplitude.

Após o trabalho de levantamento geral dos factos etnográficos, devido a vários autores entre os quais sobressai o grande investigador José Leite de Vasconcelos, carecemos de estudos em profundidade, cuja falta, sobretudo em Portugal e Espanha muito se faz sentir.

Com o presente trabalho propomo-nos iniciar uma série de investigações deste tipo. Escolhemos Vilarinho da Furna por ser uma das aldeias onde mais perfeito se conserva um sistema de organização comunitária, outrora muito espalhado na Europa e hoje em via de desaparecimento, devido à força niveladora dos tempos modernos e à economia dos grandes espaços, que tão forte desgaste tem exercido nas culturas locais.

Tencionamos dedicar próximamente uma monografia do mesmo tipo a Rio de Onor, que apresenta uma organização arcaica ainda mais completa.

Independentemente destes raros casos de conservação, não faltam sobrevivências comunitárias que mostram a extensão deste sistema de apropriação e exploração do solo. Estes vestígios abundam sobretudo no Norte montanhês, em especial junto da raia e rarefazem-se conforme

se caminha para o Sul e o Ocidente. Encontram-se ainda no Sul da Beira-Baixa e Além-Guadiana, mas rareiam ou faltam nas regiões mais férteis do país, onde mais cedo se deu a apropriação individualista do solo introduzida pelos romanos.

A existência destes focos comunitários em Portugal e Espanha e a notícia que deles deixaram certos escritores da Antiguidade, levaram alguns eruditos do século XIX a fazer generalizações e interpretações que não resistem à crítica (1).

Em princípio, ainda que sem fundamento, não repugna aceitar uma organização social comunitária extensiva a todo o território ibérico e que existiu possivelmente em toda a Europa, imposta pelas condições da época e do ambiente. Porém, identidade de culturas não implica identidade de povos. De contrário teríamos de aceitar identidade entre os habitantes de Castro Laboreiro e os do Vale de Anniviers, na Suíça, pois ambos fazem migrações periódicas dumas aldeias para outras, segundo as épocas do ano e os trabalhos agrícolas que delas estão dependentes. Trata-se, como é evidente, de simples fenómeno de convergência.

Do mesmo modo se explicam os traços comunitários de Portugal, sem recorrer a influências de outros povos, nem a teorias complicadas. Em condições idênticas é vulgar os povos comportarem-se de maneira semelhante, sem que haja influência recíproca. Um exemplo elucidativo se encontra num costume comum a dois povos entre os quais não parece existir nenhuma influência mútua.

(1) Lautensach (Hermann Lautensach, Portugal I, capítulo 6, «Petermanns Mitteilungen», 1932) trata também este problema e fornece bibliografia abundante.

Em algumas aldeias de população alemã da Roménia há o costume de esfolhar o milho em comum, com o auxílio dos vizinhos, que se juntam e, enquanto esfolham, conversam e cantam. Quando sai uma espiga vermelha a algum rapaz, este deve beijar a rapariga que está ao lado ⁽²⁾. Como se vê, isto é quase uma esfolhada minhota, e contudo, não é provável, que tivesse havido influência directa; primeiro pela distância que separa Portugal e a Roménia e pela falta de contacto entre os dois países, segundo porque a introdução e difusão do milho na Europa é posterior à época em que poderia ter havido migrações de povos, que trouxessem um costume comum a regiões tão afastadas. Compreende-se que a esfolhada do milho dê ensejo a que vizinhos se reúnam, visto ser um trabalho ameno, que convida a descantes e a brincadeiras. Também se compreende que a espiga vermelha dê origem a práticas como a do beijo. A sua raridade, e porventura a sua analogia com o falus, podem explicar que o seu aparecimento desperte o desejo de celebrar o facto de qualquer maneira especial e nada melhor que o beijo ou o abraço. Como se vê, sem influência mútua, repete-se por convergência, uma série de coincidências interessantes.

Os usos comunitários na Península ascendem a tempos pré-romanos, atestando-os Diodoro da Sicília em relação aos Vaceus do vale do Douro ⁽³⁾. Mas ao contrário de alguns autores, que por isso pretendem ver parentesco étnico entre as populações peninsulares e os cabilas do Atlas ⁽⁴⁾, consideramos as organizações comunitárias

⁽²⁾ G. H. Neuendorff, *Verstreutes Deutschtum in Europa*. Bibliographisches Institut, Abbildung 46, Leipzig, 1936.

⁽³⁾ Diodoro da Sicília, v, 34, 3.

⁽⁴⁾ G. de Reparaz, «Geografía y Política», Barcelona, 1929.

da Península como um fenómeno espontâneo e independente de contactos culturais. Embora não neguemos a relação entre algumas populações pré-romanas da Península com outras da Europa Central em que tais formas sociais existiram.

Na evolução humana, a organização comunitária corresponde a um ciclo cultural resultante da passagem do pastoreio nómada à agricultura sedentária. Onde as condições do ambiente não permitam ou não estimulem essa evolução, um povo pode manter-se sem alcançar formas mais adiantadas, ou conservar através delas, manifestações mais ou menos vivas de um estágio anterior.

É portanto, como diz Orlando Ribeiro, em razões de ordem natural, mais que em influências históricas, que se pode encontrar a explicação dos usos comunitários dos nossos dias ⁽⁵⁾.

Uma vez explicado o fenómeno em geral, falta saber por que razão ele se mantém nuns sítios bem conservado e desapareceu em muitos outros. São ainda as condições naturais que explicam este facto. Nas regiões mais férteis, a terra passou cedo à propriedade individual e na maior parte dos casos deixou de pertencer a quem a trabalhava, estabelecendo-se um complicado sistema de proprietários e dependentes.

Nas regiões mais pobres e isoladas, conservaram-se extensos baldios, pastoris, mantendo-se neles a antiga organização comunitária, visto apenas os melhores terrenos de cultura terem sido divididos entre os vizinhos da aldeia. Quanto maior extensão tiver a economia pas-

⁽⁵⁾ Orlando Ribeiro, «Villages et communautés rurales au Portugal», *Bíblos*, vol. XVI, tomo II, Coimbra, 1940.

toril em relação à economia agrícola, tanto mais fortes serão os laços comunitários, porquanto o pastoreio exige maior cooperação dos indivíduos. Compreende-se que longe da acção niveladora dos grandes centros eles se mantenham mais vivazes.

Vilarinho da Furna é, precisamente, uma aldeia onde as boas terras de cultura se confinam no fundo de um vale acanhado, e possui grandes tratos de terreno montanhoso e áspero só próprio para pasto. Uma economia pastoril muito superior à economia agrícola explica a conservação duma organização comunitária bastante perfeita.

Em relação às origens e antiguidade de Vilarinho pouco ou nada se sabe. Percorrendo os índices dos documentos do Arquivo Distrital de Braga, nada se encontra relativo a Vilarinho da Furna. Do índice do Arquivo da Sé de Braga consta a freguesia de São João do Campo, da qual existe tombo feito em 1540, mas não se refere a Vilarinho da Furna. Procurando nas Inquirições de Dom Afonso II e Dom Afonso III, nos *Portugaliæ Monumenta Histórica*, nenhuma referência se encontra respeitante a Vilarinho da Furna e só à freguesia de São João do Campo. No livro das Confirmações de Benefícios do tempo do Arcebispo Dom Fernando da Guerra (1423) nada consta relativo a Vilarinho da Furna, referindo-se só a São João do Campo.

Dom Jerónimo Contador de Argote ⁽⁶⁾, ao descrever o itinerário da Via Militar de Braga a Astorga, diz que ela corta a Veiga (Veiga de Santa Eufêmea)

⁽⁶⁾ Dom Jerónimo Contador de Argote, «Memórias para a história eclesiástica de Braga», vol. 2.º, pág. 534.

direito ao lugar da Senra, sai à Casa da Guarda, por detrás da qual faz uma pequena volta e passa pelos limites de Vilarinho, último lugar e povoação deste Reino.

O Padre Carvalho da Costa refere-se a V. de Furnas, aldeia que pertence a São João do Campo e descreve a sua localização ⁽⁷⁾.

Pinho Leal, no seu Dicionário, fala de Vilarinho das Furnas como freguesia extinta do concelho de Terras de Bouro e há muito anexa a São João do Campo; passava aqui a célebre «geira» de Braga a Astorga, e era esta a última povoação em que tocava a antiga via militar antes de se internar na Galiza ⁽⁸⁾.

O Padre Manuel Martins Capela, falando de padrões do tempo de Maximino e Máximo, ao descrever o que estava na bouça do Gavião, Campo do Gerês, diz que se encontrava tombado ao Norte da antiga Casa da Guarda e olhando Vilarinho da Furna. Em nota, acrescenta que se chamava Casa da Guarda a uns pardeeiros de duas casernas para quartel de milícias dos concelhos de Terras e Santa Marta de Bouro, que guarneciam uma trincheira que defendia o Vale do Homem nas guerras da Restauração, para o que tinha alguns canhões de ferro ⁽⁹⁾.

O Dicionário de Portugal, de Estêves Pereira e Guilherme Rodrigues, repete Pinho Leal, e a Corografia de G. M. Baptista segue o Padre Carvalho da Costa.

Nada pudemos averiguar quanto à data da criação da freguesia de Vilarinho da Furna nem da sua anexação.

⁽⁷⁾ Padre Carvalho da Costa, «Corografia», vol. 1, pág. 226.

⁽⁸⁾ Pinho Leal, «Portugal Antigo e Moderno», vol. 11, pág. 1358.

⁽⁹⁾ Padre Manuel Martins Capela, «Miliários do Conventus Bracaraugustanus», pág. 174.

Contudo, do livro de registo de nascimentos de São João do Campo, consta ser o lugar de Vilarinho pertença desta freguesia em 1623.

Apesar de não haver elementos que permitam fixar a data do estabelecimento de Vilarinho da Furna, existem vestígios remotos de vida humana na região. Perto passava a via romana de Braga a Astorga, cujos marcos miliários se encontram agrupados em alguns pontos da antiga «geira» até à Portela do Homem. O nome de Albergaria, que designa um dos sítios mais belos da mata do Gerês, atesta a existência duma antiga pousada. Na Calcedónia, encontram-se restos de velhas construções que a lenda não tem poupado ⁽¹⁰⁾. Mais perto de Vilarinho, dentro dos seus terrenos de pasto, vê-se um grupo de construções megalíticas, as «casarotas», com uma inscrição indecifrável e um muro orientado Leste-Oeste, que defende as casarotas do lado menos acidentado e de mais fácil acesso ⁽¹¹⁾.

Não sabemos se estes restos arqueológicos têm alguma relação com Vilarinho, e só novas investigações poderão talvez vir a esclarecer o assunto.

O nome também não nos diz nada: Vilar e Vilarinho são topónimos muito frequentes em todo o Norte do país. Vilarinho é diminutivo de Vilar (lat. *villaris*), que por sua vez designa lugarejo.

Segundo Caro Baroja, na época visigótica aparecem muitas povoações em que entra a palavra *villare* e outras

⁽¹⁰⁾ Mendes Correia e Carlos Teixeira. A lenda e as ruínas de «Calcedónia», na Serra do Gerez, Porto 1946.

⁽¹¹⁾ Jorge Dias. «As casarotas da Serra Amarela» (construções megalíticas com uma inscrição), in «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», vol. XI, Fasc. 1-2, pág. 189 e segts. Porto, 1947.

derivadas dela ⁽¹²⁾. Acrescenta o mesmo autor que *villar* é muito abundante na Galiza, Astúrias, Castela e Andaluzia, assim como «*Villarín*» e «*Villarino*» em Leão e parte meridional da Galiza. Nesta última região também aparece «*Villariño*» se bem que em Lugo, Coruña e Pontevedra sejam mais frequentes os exemplos sem palatalização (*Vilar*, *Vilariño*, etc.) ⁽¹³⁾.

Quando terminou o domínio romano, cuja economia assentava num sistema de exploração da terra que tinha como base a escravatura, o trabalhador do campo, tratado com maior humanidade, passou a viver nos *villares* e *casares*, em regime familiar, em terras fornecidas pelos senhores. Será este um desses casos? Não é fácil saber. O complemento de Furna provém do Ribeiro das Furnas, assim chamado por que, no seu vale abaixo da nascente, se encontram cavernas ou furnas no granito, onde há grandes fendas e desprendimento de blocos.

Neste recanto perdido na imensidão das serras, encontra-se uma ilhota fértil onde um grupo de homens se fixou em época distante, e aí vive, longe dos centros e das vias de comunicação, separado do resto do mundo por quilómetros de maus caminhos, entregue a uma economia agro-pastoril assente numa organização antiquíssima, extensiva a vastas áreas da Península, senão à totalidade dela. Este povo comunitário parece o representante vivo do nosso antepassado castrejo, caracterizando-o ainda, hoje como outrora, o forte espírito de comunidade, e o sentimento terrantês indomável.

⁽¹²⁾ Julio Caro Baroja, «Los Pueblos de España», Barcelona, 1946, págs. 259-261.

⁽¹³⁾ Julio Caro Baroja, ob. cit., lug. cit.

O presente trabalho assenta na observação pessoal e nas informações dos habitantes, especialmente dos mencionados em apêndice, e a que faremos referência no texto sempre que seja necessário testemunho. Mas não queremos esquecer as páginas de útil e fiel observação que devemos a Tude de Sousa, quando estudou os hábitos e costumes dos povos do Gerês (14) que por vezes nos foram de grande proveito.

A mais antiga referência a Vilarinho da Furna e aos seus habitantes, que conhecemos, foi escrita por um alemão, Link, e não resistimos à tentativa de traduzir umas linhas, pela espontânea admiração que mostra por estes simples serranos, que coloca bem mais alto que quase todas as outras populações do país que visitou.

Diz Link: «Vilarinho tem muitos habitantes ricos. Vimos grande quantidade de mel; o que não é raro naquelas montanhas; mas quanto ao leite e à manteiga fresca não se encontram com tanta frequência em Portugal.

Os habitantes tinham muitos bodes, cujas peles se vendem para o Alto Douro, onde fazem delas odres para o vinho.

Tivemos de nos hospedar em casa dum habitante muito abastado, que nos indicou o guia, por não haver estalagem. A casa, construída como todas as de Portugal, era dum só andar, mas sem janelas, com o soalho esbura-

(14) Tude M. de Sousa, «Gerez» (Notas Etnográficas, Arqueológicas e Históricas), Coimbra, 1927.

— «Regimen Pastoril dos Povos da Serra do Gerez», in *Portugália*, tomo II, fasc. 3.º (1907) e fasc. 4.º (1908).

— «Serra do Gerez, Estudos, Aspectos e Paisagens», Porto, 1909.

— «A Serra, as Pastagens e os Gados», publicação oficial da Direcção Geral da Agricultura, 1914.

cado, e não se distinguia das outras do lugar. Mas dentro não faltava nada do que se pode esperar na habitação dum camponês. Os presuntos, o leite, a manteiga eram bons e em abundância. Tivemos ocasião de ver que a numerosa família do nosso hospedeiro vivia bem e cômodamente, e que muitos camponeses alemães teriam motivo de invejar tal abundância. Prepararam-nos camas muito boas, com lençóis brancos e limpos. Não esperávamos encontrar tais coisas numa casa daquelas. . .

. . . O viajante que passasse rapidamente teria certamente tomado Vilarinho por uma aldeia pobre e mesquinha; mas a maneira delicada, franca e cheia de benevolência, como nos receberam, a afabilidade com que nos trataram e a atenção requintada que nos testemunharam — atenção que na nossa terra seria prova de boa educação — tudo isto encantava-nos mais que a boa alimentação, que ao fim de muito tempo encontrámos aqui pela primeira vez. A dona da casa aceitou com repugnância, e depois de muito instada, uma moeda de prata, que na verdade podia corresponder à alimentação, mas não à limpeza e à perfeição das camas, numa região como aquela» . . . (15).

(15) M. Link, «Voyage en Portugal depuis 1797 jusqu' en 1799» (traduit de l'Allemand), tomo II, Paris, 1803, págs. 29-31.

CAPÍTULO I

QUADRO NATURAL

Vilarinho da Fuerna é uma aldeia da freguesia de São João do Campo, do concelho de Terras de Bouro, distrito e bispado de Braga.

É difícil imaginar o cenário em que se desenrola a vida do habitante de Vilarinho, quando se conhecem do distrito de Braga apenas as terras baixas e férteis, onde uma vida vegetal exuberante se multiplica numa infinidade de festões verdes e garridos. Basta, porém, subir o Rio Homem, para surpreender os cambiantes da paisagem, que vai perdendo em fertilidade para ganhar em grandeza.

O vale deste rio, a princípio amplo e todo cultivado, estreita-se e despoja-se da sua roupagem de verdura. As águas vão ganhando em ritmo apressado e inquieto. A uma paisagem familiar e repousante, sucede a agitação dum mundo novo e vigoroso, que se ergue cada vez mais nos cimos descarnados. Conforme nos aproximamos de Vilarinho, as águas tumultuam e bramem de encontro às fragas, escavadas e poídas pela erosão. Nas encostas, cada vez mais íngremes e pobres, rareiam as culturas e os homens. Um silêncio estranho, que só as

águas do rio quebram, domina a natureza. À «Ribeira» alegre, fértil e cheia de vida, sucedeu a «Montanha», solitária e serena. É outro mundo que se abre aos nossos sentidos.

Perto da confluência do Ribeiro das Furnas com o Rio Homem, o vale alarga-se novamente, o rio acalma-se em poços fundos e transparentes e, à volta dele, terrenos férteis de aluvião, semeados de milho, batatas e feijões parecem um oásis na imensidão das serras escavadas.

Aqui se encontra Vilarinho, escondido entre a verdura dos seus campos e ramadas, acocorado no vale do Ribeiro das Furnas, que lhe passa ao pé, em fundo leito granítico.

Esta pequena aldeia de cerca de 250 habitantes possui vastos territórios que se estendem pelas encostas da Serra Amarela até à fronteira da Galiza, através de cabeços que ultrapassam 1.300^m de altitude, e também na margem esquerda do Homem pequenas faixas de terrenos e pastagens em clareiras da floresta do Estado, nas encostas da Serra do Gerês. Dantes, os pastos e arvoredos no Gerês eram muito mais amplos, mas os Serviços Florestais apropriaram-se deles, com grande prejuízo da economia destes povos serranos.

A sede da freguesia, São João do Campo, situada num vale amplo da Serra do Gerês, dista 4 quilómetros de Vilarinho e fica oculta deste pelas encostas graníticas do Vale do Homem.

A situação da aldeia e dos terrenos de cultura, expostos ao Sul e protegidos dos ventos do Norte por altas montanhas, torna possível uma policultura de tipo minhoto, em que predominam o milho e as hortas, e não falta o vinho verde de ramada e de enforcado.



Vilarinho visto do lado Sul



Uma das pontes de Vilarinho sobre o rio Homem

Dos vastos territórios da povoação, só um pequeno trato de terras de aluvião junto aos rios é cultivável; o resto são pastos, em geral excessivamente pobres e só bons para cabras, situados nos vales e nas encostas graníticas da Serra Amarela, muito menos arborizada que a do Gerês.

Todos os outros vales são fundos e ásperos, cobertos de vegetação rasteira que se agarra ao pouco humo existente, deixando as rochas a nu. As encostas são alcançadas até aos cimos arredondados ou aos planaltos levemente inclinados que, pela altitude e pobreza do solo, apenas dão magras pastagens. Nas chãs e portelas, há contudo bastante água e terra funda onde crescem fenos e ervas, excelente pasto do gado bovino. Algumas conservam tufos de velhos carvalhos de troncos cobertos de musgo. Nestes pontos, a que muitas vezes os pastores chamam «currais», pernoitam os gados e, durante os grandes calores do estio, abrigam-se à sombra das árvores, à volta das quais não faltam pasto e água. Muitas nascentes não secam de verão e dão origem a regatos que se avolumam com outros e vão desaguar nos dois cursos de água principais.

As diferenças de altitude e de exposição dos vales dominam o clima da região. Enquanto o vale do Homem fica a uns 500^m de altitude, alguns cabeços da Amarela ultrapassam 1.300^m. Além disso, certos vales, como o da Ribeira das Furnas estão virados ao Sul, protegidos das nortadas por encostas elevadas e abruptas, todo o ano banhados de sol e portanto excepcionalmente quentes. Daqui resultam dois tipos de clima: os cimos das montanhas e os planaltos desabrigados são varridos por nortadas frias e castigados por nevões, que por vezes os

cobrem com o seu manto branco até princípios da primavera; o Vale das Furnas tem inverno suave, com raros dias de neve, que logo se derrete.

A precipitação anual anda por 3.000^{mm} (1). As chuvas são abundantes: escasseiam no verão, em geral quente e seco, embora também não passe sem algumas chuvadas.

(1) A. Amorim Ferreira. «O clima de Portugal», fasc. II, Entre Douro e Minho, regista no posto udométrico do Gerês, a 430^m de altitude, 3.106^{mm}.

CAPÍTULO II

ASPECTO DA POVOAÇÃO

A povoação de Vilarinho é, como a maioria das aldeias serranas do Norte de Portugal, um aglomerado de casas ora alinhadas, ora formando ruas e ruelas caprichosas, por vezes nascidas ao acaso, segundo as necessidades das diferentes épocas e a fantasia dos construtores. Situada na margem direita da Ribeira das Furnas, perto da confluência desta com o Rio Homem, escolheu uma ligeira eminência de terreno para se manter ao abrigo de eventuais inundações.

É possível ainda reconhecer o núcleo primitivo da aldeia. A rua mais larga e que apresenta construções mais alinhadas é a continuação do caminho que vem de S. João do Campo e atravessa o Rio Homem e a Ribeira das Furnas em duas belas pontes de pedra de tipo romano, e de construção muito antiga. O caminho é, com certeza, mais velho que a povoação; conduzia de S. João do Campo às aldeias raianas, e foi ao longo dele que os primeiros habitantes começaram a construir as casas.

Com o andar dos tempos, o aumento da população obrigou a ampliar a aldeia, e à volta desse núcleo primitivo foram nascendo mais casas que formaram pequenas

ruelas e larguitos. Seguindo a rua principal, chega-se a um pequeno largo, onde desde tempos remotos se costumam reunir os vizinhos que fazem parte da *Junta*, com o seu *Zelador* e os *Seis* que formam o poder legislativo. Este largo não parece ser casual, e é possível que nele se encontre uma tendência atávica dos primeiros habitantes de Vilarinho, que já provinham de povos em que se faziam reuniões num largo, no centro da aldeia. Nada se pode, porém, concluir, sem um estudo sistemático do tipo das aldeias circunvizinhas. Como se vê, Vilarinho apresenta o tipo de povoamento concentrado, oposto ao tipo geral da província do Minho, que é disperso. Temos, portanto, de concluir que as causas de ordem geral, apresentadas para a dispersão minhota, não bastam para explicar os casos particulares em que, mantendo-se as mesmas razões, verificamos fenómenos opostos. Se, de facto, o clima e sobretudo a precipitação, a impermeabilidade do solo, com a consequente abundância de águas podem dar origem ao povoamento disperso, como diz Amorim Girão (1), também é certo que o relevo pode conduzir ao povoamento concentrado. A água, certamente das causas primordiais da distribuição da população na superfície do Globo, pode muitas vezes ser factor exclusivo; simplesmente, nem sempre actua de maneira directa, mas por intermédio das culturas que dela estão dependentes e às quais o homem tem de subordinar a actividade e normas de vida. Não é pelo facto de no Minho a abundância de águas permitir a vida em qualquer parte, que o povoamento é disperso, mas pela poli-

(1) Amorim Girão, «Lições de Geografia Humana». Coimbra, 1936, págs. 101.



O Gerês (Pé do Cabril) visto de Vilarinho



A aldeia vista de cima

cultura intensiva e a apropriação individualista do solo, que exigem a permanência dos camponeses junto às terras. Em Vilarinho e em muitas outras aldeias das Serras da Peneda, Soajo, Amarela e Gerês, para só falar nas desta região, a abundância de águas permitia, como na «ribeira», a dispersão do povoamento, pois em qualquer lugar se encontra que bastasse às necessidades duma pequena casa de lavoura. Simplesmente, nas regiões serranas, a terra arável própria para horta é reduzida, e em geral não forma mais que uma pequena mancha na grande extensão das pastagens. Por isso as habitações aglomeram-se no ponto em que se encontram os terrenos mais férteis, para aí cultivarem umas hortas e uns campitos, fazendo a exploração em comum das pastagens distantes. Noutras regiões, podem ser diferentes as causas do povoamento concentrado.

Indo mais longe na trama da causalidade, parecem ser também as condições especiais do terreno que explicam a organização comunitária destes povos. É nas particularidades da geografia física da região que encontraremos a explicação para a sua formação e sobrevivência numa época que lhe é adversa.

Em Vilarinho da Furna, a vida comunitária apresenta-se muito mais pura do que em outras povoações serranas vizinhas, que desde tempos remotos deviam possuir uma organização social quase uniforme, e isto devido ao carácter especial da região, que obriga os seus habitantes a uma vida pastoril intensa, enquanto dos campos à volta da aldeia apenas tiram com que satisfazer as modestas exigências duma população sóbria. As únicas terras aráveis de Vilarinho da Furna encontram-se nas margens da Ribeira das Furnas e do Rio Homem, nas

proximidades da confluência e, naturalmente, houve toda a vantagem em construir as casas junto aos terrenos de cultura. Como as margens do Rio Homem são, neste lugar, baixas, formando uma larga planície aluvial, onde no inverno e primavera as águas das chuvas provocam grandes inundações, os primeiros habitantes começaram a construir no Vale da Ribeira das Furnas, que corre mais funda, num leito de granito e não oferece o perigo de saltar as margens elevadas e de lhes inundar a povoação. Além disso, este vale é mais abrigado dos ventos e tem magnífica exposição, prestando-se assim melhor para ser habitado.

A povoação nasceu aos poucos, conforme as necessidades das diferentes épocas, sem preocupação de conjunto. Cada um construiu segundo lhe pareceu mais conveniente, ou segundo o terreno de que dispunha, devendo os primeiros ter começado a alinhar as casas ao longo do caminho, quando este atravessava a parte mais própria para a fixação da povoação, sem que devesse haver nenhuma tendência especial para ordenar as ruas, salvo o largo central de que já se falou.

As casas de habitação, os espigueiros, os alpendres, os currais e os moinhos, pegam uns com outros em pitoresca desordem e fraternal convívio. A primeira impressão que nos dá Vilarinho é a duma aldeia ciclópica, devido ao tamanho dos blocos de granito que usam nas construções. Tanto nos esteios, como nas colunas dos alpendres e nos espigueiros, equilibram-se pedras enormes e mal talhadas, que causam assombro. Deve-se isto à falta de pedreiros especializados, sendo as construções feitas pelos próprios habitantes, que aproveitam a pedra conforme ela racha nas pedreiras, sem perderem muito tempo a desbastá-la.



Vilarinho visto da Ribeira das Furnas



Saída de Vilarinho para S. João do Campo, sob uma das típicas varandas

Vista de cima, a povoação mostra os telhados por vezes ligados uns aos outros, e isto dá-se porque é costume unir uns edificios aos outros por meio de varandas de madeira, a que chamam *cobertos*, *passadiços*, ou *varandas* e servem para estabelecer comunicação entre prédios dos mesmos proprietários e para abrigar, por baixo, alfaias agrícolas ou carros de bois, etc. Este característico género de construção, não parece estar difundido noutras aldeias vizinhas de Vilarinho. No sombrio monótono da construção granítica e dos telhados de telha de caleira envelhecida pelos anos, sobressai a nota alegre dessas varandas de madeira, em geral pintadas de vermelho-escuro, e não poucas vezes revestidas de vinha, que plantam nas ruas e deixam depois trepar por aquelas, ou por arames estendidos duns prédios para outros em forma de ramada. Às vezes chegam a fazer ramadas mesmo quando não há prédio fronteiro, e para tal levantam umas colunas de pedra encastelada, que não têm nada de comum com os esteios minhotos, em geral feitos duma pedra só, talhada para este fim ⁽²⁾.

O habitante de Vilarinho utiliza com muita frequência pedras soltas que lhe sobram de outras obras, sem se dar ao trabalho de as afeiçoar, chegando a aproveitar, para certos muros ou paredes de lojas, grandes blocos rolados, que os ribeiros arrastam no inverno para fora dos leitos. É curiosa esta construção feita de grandes seixos meio arredondados encastelados uns nos outros em equilíbrio instável, mas suficientemente seguros para

(2) Em Vilarinho da Samardã (Vila Real) vêem-se esteios iguais a estes, só muito mais bem acabados.



Fig. 1—Rua de Vilarinho com uma varanda típica ao fundo. À esquerda vê-se a escada de pedra, que dá acesso à casa.

resistirem às intempéries e à acção dos anos (3). Com estas mesmas pedras do rio — *jogas* (4) ou *cóios* (5) — fazem de verão represas no Rio Homem, para lhe elevar o nível e obter água para regar os milhos. As enxurradas de inverno desfazem estes parapeitos e o rio pode correr livremente sem perigo de cheias e, no verão seguinte, o mesmo material que abunda pelas margens servirá para construir um novo dique.

As ruas da povoação oferecem, nos dias quentes de verão, o aspecto duma pequena Babilónia, sobretudo às horas da saída e recolha dos rebanhos de cabras e ovelhas. Por algumas ruas correm riachos onde mulheres lavam, o gado bebe e onde também as pessoas às vezes se lavam. As galinhas, os porcos e os cães, passeiam constantemente por estas ruas, onde se amontoam utensílios agrícolas, madeira para construções de carros e, sentadas pelo chão, mulheres e crianças tagarelam e fazem trabalhos domésticos. Nos degraus das escadas, ou em bancos às portas de casa, sentam-se os velhos à sombra, a ver passar o que vai, perdidos na contemplação daquela vida, que, com poucas variantes, é a de sempre, há muitos séculos, e pelos seus olhos baços passam carradas de palha, ou de feno, burros ajouçados e enormes rebanhos de reses ornadas de chocalhos, que entre o alarido da garotada, berros e assobios dos pastores, seguem em

(3) Ricardo del Arco y Garay em «Notas de Folk-Lore Altoaragônes», Madrid, 1943, pág. 33, descreve o mesmo emprego de enormes calhaus rolados na construção alto-aragonesa.

(4) Cândido de Figueiredo regista a palavra como sendo da Província de Trás-os-Montes.

(5) Cândido de Figueiredo regista a palavra como comum às Províncias do Minho, Douro e Trás-os-Montes.

grande tropel à procura das respectivas cortes. A vida estende-se para as ruas, as paredes das casas não limitam o campo da actividade doméstica, que trasborda nesta época do ano, ávida de luz e de ar livre. A casa agora só serve para dormir e cozinhar, mas breve virá o tempo em que as ruas fiquem desertas e durante meses todos se reúnem à volta da lareira, a jogar cartas, ao cavaco, ou de olhos fitos nas chamas a ouvir os velhos contar coisas de outros tempos, histórias e lendas do passado.

Os habitantes de Vilarinho chamam *eido* ⁽⁶⁾ (L. aditus) à povoação, vocábulo que em geral e como Cândido de Figueiredo diz, designa: pátio, quinchoso, quintal junto a uma casa. No Minho o eido é um pátio grande para onde dão as cortes do gado e onde os lavradores empilham os estrumes e guardam madeiras, carros, alfaias agrícolas e onde deixam os porcos chafurdar de vez em quando. O vocábulo tomou em Vilarinho maior extensão, visto que, de facto, aqui o eido minhoto não existe, e são as ruas da aldeia que desempenham essa função. Só em Castro Laboreiro ouvimos empregar a palavra com o mesmo sentido, e aí, como em Vilarinho, as aldeias apresentam aspecto idêntico.

(6) Este termo já foi registado por Tude M. de Sousa. «Gerez». Coimbra, 1927.

CAPÍTULO III

AS CONSTRUÇÕES E OS UTENSÍLIOS

CASAS DE HABITAÇÃO

As construções dividem-se em: *casas de habitação* (com as lojas para o gado por baixo e, em cima, a cozinha, quartos de dormir, sala do tear e quartos de arrecadação), *sequeiras*, *canastros*, *ladrilhos*, *lagares*, *moinhos* e *cabanas*.

A casa de Vilarinho é de granito —, material que abunda na região —, e originariamente de forma rectangular. Em certos casos, quando o aumento da família o exigiu, foram-lhe fazendo acrescentos para um lado ou outro, conforme o espaço que lhes ficava livre. Também há casas que, por necessidade de adaptação às condições de terreno, receberam logo de início uma deformação em relação ao tipo corrente. Porém, a casa padrão é a casa rectangular, de pedra talhada numa esquadria um tanto ou quanto imperfeita, outras vezes mais regular e bem acabada.

As primeiras são de paredes de *propianho* (perpianho) e as segundas de paredes de *alvenaria*.

A casa é sempre alta, isto é, com rés-do-chão, que serve de curral ou loja, e um andar que é a casa de habi-



Fig. 2—Planta da casa da família Trigo. Reparar na espessura da parede que sustenta a lareira e o forno, quando não é possível assentá-los directamente no solo.

tação própria dita, onde ficam a cozinha e as restantes dependências. Regra geral, aproveitam as irregularidades do terreno, de maneira que parte da cozinha, sobretudo a lareira e o forno, fique assente em terra



Duma janela da aldeia



Regresso da fonte

firme, para evitar uma construção reforçada que agüente com o peso das pedras enormes.

As lojas são térreas, enquanto que a casa de habitação é soalhada, em geral com grandes tábuas de carvalho. O acesso para a habitação faz-se por meio de escadas de pedra exteriores, encostadas à parede, ou pelo lado das cozinhas que, como se disse, costumam ficar ao nível da rua.

Se bem que as necessidades de ampliação obrigassem a transformar bastantes edifícios, há, contudo, ainda muitos que mostram um tipo curioso de construção primitiva, que estabelece uma certa unidade entre as casas, os espigueiros e alguns moinhos antigos.

Nestas construções, as paredes dos topos da casa erguem-se acima do telhado a duas águas, que assenta numa grande trave de carvalho encravada em dois buracos feitos na parede. Sobre estas paredes que se elevam acima do resto do edifício e a que chamam as do *cúmio* (cumieira), costumam colocar umas placas de pedra rectangular, *cápeas* (capeia).

Este tipo de construção rectangular, com *cápeas* é frequente em muitas serras do Norte, como Peneda, Soajo e Gerês. No Barroso e em Montemuro, sobre as *cápeas* vêem-se ainda outras pedras chatas colocadas verticalmente a que chamam os *guarda-ventos*.

Tudo indica que esta construção representa a conservação duma mais antiga que era própria para agüentar a cobertura de colmo. Quando começaram a adoptar os telhados de telha nacional, conservaram alguns as construções primitivas como eram, só lhe substituindo os materiais da cobertura.

A cozinha é a dependência maior e mais importante da casa. É nela que se encontram, além do lar, a masseira

e o forno de cozer pão, e é onde se reúne a família para comer. Nas épocas de inverno, ou em dias de chuva, é

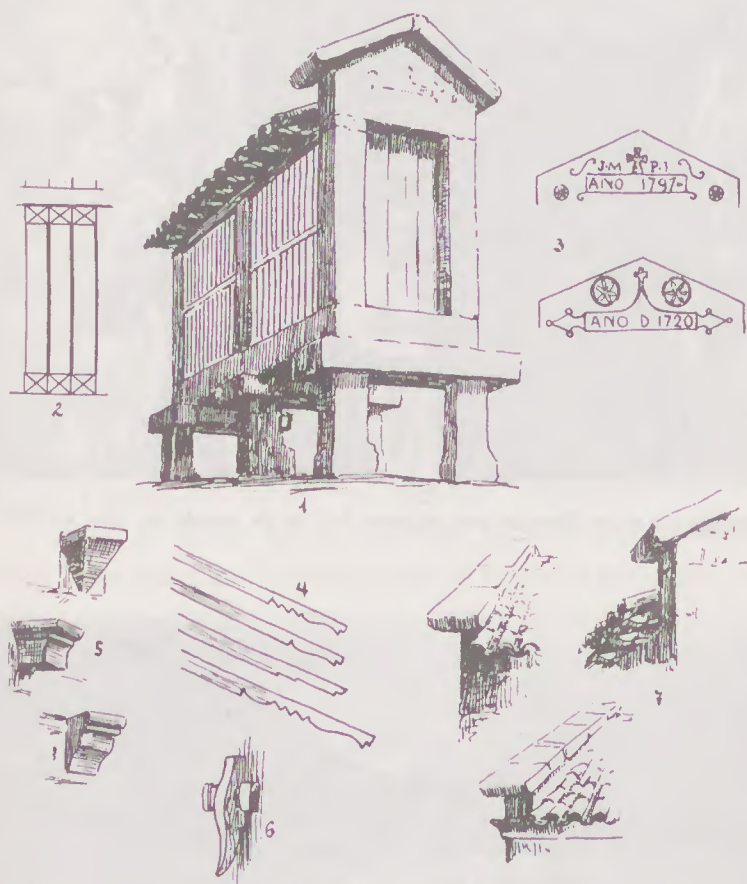


Fig. 3—1) Espigueiro ou canastro. 2) Decoração incisa, frequente nos canastros e sequeiras. 3) Motivos decorativos gravados na pedra da fachada dos canastros. 4) Recortes dos caibros dos beirais. 5) Três tipos de cachorro usados em Vilarinho. 6) Fecho de pau. 7) Partes menores da parede do *cúmio* e do telhado.

também na cozinha que os homens compõem os utensílios de lavoura e as mulheres fiam e cosem. Portanto, a cozinha não é só, como o seu nome indica, o lugar



Entrada da corte. Reparar nos informes blocos da parede da casa à direita



Muro construído com jogas do rio

onde se preparam os alimentos; o fogo atrai os homens para a sua beira, e à volta dele, no inverno, exercem-se todas as actividades domésticas que não exigem instalações próprias, como tecer, etc. Por isso se alargam as cozinhas, que não só devem abrigar todos os da casa, mas ainda acolher os vizinhos que procurem o convívio doutros seres, com quem possam trocar impressões ou jogar as cartas.

Dizia Joaquim Costa, a respeito do Alto Aragão, que era naquelas regiões agrestes do Norte, que à volta do fogo se sentia o vigor dos laços da família e da cultura a que ela dera lugar, enquanto que no Sul, a vida decorria pelas ruas, leviana e superficial, impelida por um céu pereneamente azul. O que ele dizia do Alto Aragão podemos nós dizê-lo de Vilarinho, porque é uma verdade que se pode aplicar a qualquer região nas mesmas circunstâncias.

Deve de facto ser à volta do fogo, no ensimesmamento dos grandes invernos, que o homem mergulha em si mesmo e adquire uma certa feição psíquica, que quiçá falte àqueles, para quem tudo é sol e deslumbramento.

No Norte a cozinha é o centro da vida durante o inverno. Na lareira ardem enormes toros de carvalho, e à sua volta junta-se uma enorme multidão a conversar, a trabalhar e a jogar as cartas. Não devemos, porém, esquecer as proporções, e supor que estamos em face duma cozinha, como a das grandes casas abastadas das terras ricas. Aqui tudo é pequeno e pobre, e a cozinha só é grande em relação ao resto da casa e suas dependências. A cozinha dum monte alentejano é, por vezes, bem maior que toda a casa dum habitante de Vilarinho; mas enquanto que na primeira se cozinha para dezenas e às vezes centenas de pessoas, aqui, com excepção dos dias de festa, só a família partilha das modestas refeições.

As paredes divisórias dos diferentes compartimentos das casas são, às vezes, de pedra, mas na sua maioria de madeira, *testalho*. A iluminação natural é feita por janelas pequenas, de quatro vidros, quase sempre de abrir ao meio. A casa tem poucas janelas, e no verão a porta também deixa entrar luz, visto estar sempre aberta. No telhado



Fig. 4 — Cozinha da família Trigo.

há algumas telhas de vidro por onde entra um pouco de luz, e nas varandas as janelas são um rectângulo de madeira com quatro vidros, que corre numas calhas de pau.

Certas casas apresentam umas reentrâncias rectangulares, escavadas nas paredes, *copeiras*, que servem para guardar objectos domésticos.

Todas as traves e barrotes em que assenta o sobrado, assim como as portas e mais acessórios de madeira são feitos de carvalho, que abunda na região.

A porta é dum só batente, com fecho de pau e com fechadura e chave vulgares, compradas nas feiras. A porta fica como que emoldurada num caixilho de pedra. A de baixo, que se ergue acima do pavimento da rua é a *soleira*. As pedras verticais dos lados, numa das quais está a porta

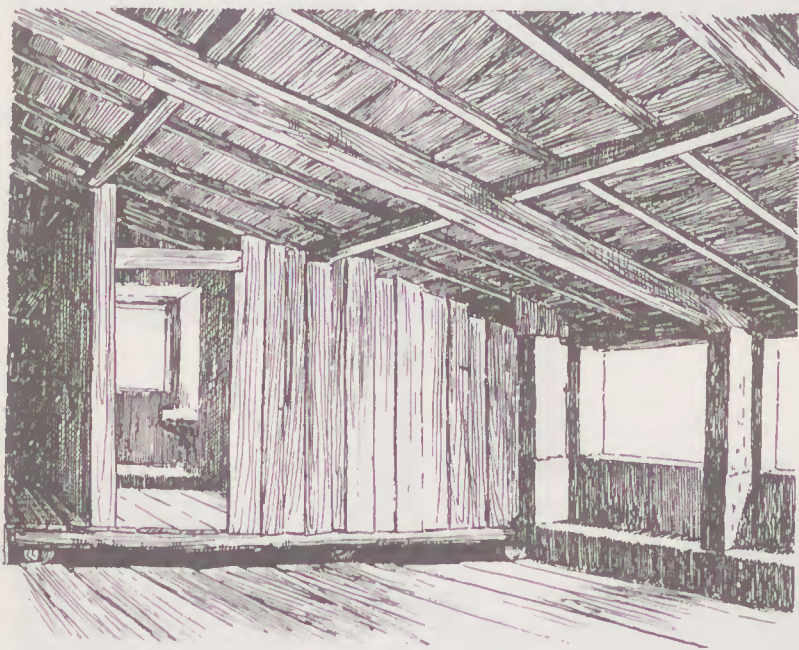


Fig. 5—Varanda coberta e quarto de dormir de tabique, *testalho*, da casa da família Trigo.

chumbada, são os *tranqueiros*, ou *ombreiras*, que se prolongam pela parte superior da parede com o nome de *agulhas*.

A pedra que assenta nestas e continua a parede para cima é o *tranqueiro de acabar*. A pedra que forma a parte superior do caixilho da porta é a *padieira*.

Às vezes as traves em que assenta o sobrado são apoiadas em pilares de pedra, que se erguem dentro das lojas térreas, para maior segurança da construção.

Nas paredes exteriores das casas, junto às janelas, como motivo decorativo e para colocarem potes com flores, há umas saliências de pedra, *cachorros* que apresentam três variantes de formato. Pode-se dizer que é este o único motivo decorativo em pedra que nos oferece a austeridade da casa de Vilarinho. Também chamam *cachorro* à pedra que sai fora da parede dum edifício, para



Fig. 6—Coluna de pedra para sustentar o travejamento.

servir de apoio a uma varanda ou a qualquer outro elemento da construção.

TELHADO

Os telhados são na sua maioria de duas águas, com as vertentes inclinadas sobre as paredes laterais, e só tomam outras formas em edifícios posteriormente modificados por necessidade de ampliação.

A cobertura é feita de telha de *caleiro*, isto é, a telha nacional antiga, em forma de caleira, que assenta sobre a



Pormenor dum muro



Casa de forma bizarra. Necessidade de aproveitar o espaço entre caminhos.
Reparar nos calhaus rolados da construção

armação de madeira sem levar forro, *telha-vã*. Embutida junto aos ângulos superiores das paredes principais (do cumeo), está uma trave mestra *cúmio*, e sobre cada uma das paredes laterais assenta uma outra (*frechal*). Entre estas duas e paralelas a elas assentam com intervalos iguais outras chamadas as *terceiras*. Do *cúmio* aos *fachais* vêm



Fig. 7—1) Sequeira seguida de ladrilho. 2) Canastros. 3) Escadas de degraus móveis, para impedir a entrada nas hortas. 4) Cancela. 5) Engonço da cancela.

uns barrotes, *craivos* (caibros) que servem para sustentar umas tábuas delgadas, *ripes* em que assentam as telhas.

Nas extremidades laterais do telhado as telhas saem além das paredes, *as beiradas* (beirais), para que a água das chuvas não escorra por elas abaixo, e se não infiltre nas casas. Em telhados de quatro águas, mais complicados, há uma armação diferente e com outra nomenclatura, que não descrevemos aqui, por ser de importação recente e raro.

O telhado das *sequeiras*, é igual ao das habitações. O dos canastros e dos moinhos, se bem que idêntico, é mais simples visto a construção ser mais pequena e não exigir tão grande resistência de travejamento. Contudo, o aspecto exterior é muito semelhante.

SEQUEIRAS

A *sequeira* é um edificio sem parede do lado virado ao sul, e só com portas de frestas que se abrem de baixo para cima, ficando penduradas do tecto. Estas construções servem para secar cereais, feijão, etc. e guardam-se nela certos utensílios agrícolas, bem como fenos e palhas.

CANASTROS

Os *canastros* são construções de pedra com paredes e portas de ripas de madeira, que assentam em quatro, seis ou mais pilares de pedra com uns discos de pedra na parte superior, para impedir o acesso aos roedores, que são ávidos de cereais.

Estes canastros, ou espigueiros, costumam ter uma cruz de pedra e desenhos geométricos com a data em que foram feitos ou restaurados (em geral meados do séc. XVIII). Destinam-se a guardar as espigas de milho, que assim se conserva melhor, e que vai sendo malhado segundo as necessidades do consumo.

Os canastros são comuns a uma grande área do Noroeste da Península, e são sobretudo frequentes nas províncias de Galiza, Astúrias, Minho, Douro Litoral, Beira Alta e Beira Litoral. Contudo estendem-se ainda pelas províncias limítrofes: Santander, Lião, Zamora,



Casa de alvenaria com cachorros aos lados das janelas



Sequeira. Ver as *capeas* típicas sobre as paredes dos topos

Trás-os-Montes (distrito de Vila Real) e Beira-Baixa. Mas a forma e os materiais empregados variam dumas regiões para outras.

Segundo Eugeniusz Frankowski (1) o canastro (hórreo) tem uma origem antiquíssima, supondo-se que remonte à época pré-romana e talvez seja uma derivação das construções lacustres. Como o nome indica, o canastro, nesta região, foi primitivamente uma construção de varas entrelaçadas para os mesmos fins dos canastros actuais. Ainda hoje se encontram tais canastros perto de Vilarinho: A boim da Nóbrega (Vila Verde) e Alcobaça (Melgaço), feitos de giesta entrançada, de planta redonda, assentes em pilastras, e de cobertura cónica de colmo. É possível que a construção em pedra e madeira se fosse estendendo a uma área cada vez maior, acompanhando a difusão do milho.

Perto de Vilarinho, no Lindoso, os canastros são todos de pedra, com excepção das portas e dos telhados, e fazem lembrar uma necrópole estranha, por se encontrarem agrupados todos num alto sobranceiro ao lugar, e serem encimados por cruces.

LADRILHOS

O *ladrilho* é uma casa de planta quadrada, de pavimento lajeado, que serve para malhar o cereal. No resto da província do Minho, o milho e o centeio são malhados num grande rectângulo de pedra, ao ar livre, a *eira*, quase

(1) Eugeniusz Frankowski — «Hórreos y Palafitos de la Península Ibérica», Madrid, 1918.

sempre na frente dum edificio, o *alpendre*, que tem as funções da *sequeira* de Vilarinho.

É possível que o clima chuvoso e o costume de malhar o milho aos poucos, conforme as necessidades, levasse ao costume de malhar nestes ladrilhos fechados e cobertos, que não conhecemos noutras regiões minhotas.

É de supor que apparecesse aqui por influência da Galiza, com quem os habitantes de Vilarinho têm relações estreitas.

LAGARES

A preparação do vinho também exige instalações especiais, que em geral se encontram na parte baixa de certas casas de habitação. Nas lojas térreas constroem uns tanques de granito de juntas cimentadas, *lagares*, onde se pisam as uvas. O *cangaço* é depois espremido por meio duma prensa feita duma trave, com uma das extremidades assentes na parede sobre o lagar, e tendo na outra um orificio com rosca, em que gira um pau de parafuso, com um grande peso de pedra na ponta. Fazendo girar este pau, o peso de pedra puxa a trave para baixo, e esta fica a pesar sobre umas tábuas, que se colocam em cima do cangaço amontoado, obrigando-o a deitar todo o líquido que contém. Como a maioria dos habitantes colhe pouco vinho, são raros os que têm instalações próprias; os restantes fabricam o vinho em dornas.

MOINHOS

Os moinhos encontram-se ao longo da Ribeira das Furnas e ao lado da povoação, movidos por água que os habitantes desviam para carreiros cavados junto dos cami-



Espigueiro de Vilarinho



Espigueiros e hortas ao longo do caminho da fonte

nhos, e que, depois de accionar o moinho, serve ainda para regar as hortas. No Rio Homem também há alguns, que ficam mais distantes da povoação.

Estes moinhos são raras vezes dum só dono, mas também não são da povoação. Passam por herança duns para outros, sendo depois utilizados à vez, segundo o número de participantes ⁽²⁾.

Um destes moinhos, que já não está em uso, é todo de pedra; mesmo o telhado é formado por grandes lajes de pedra, o que lhe dá um ar bastante raro. A construção deste moinho é semelhante à das habitações mais antigas e à dos canastros, o que deixa supor a existência dum tipo de construção primitivo mais rústico, que se foi modificando por influências vindas do exterior e pelo emprego de novos materiais, sobretudo a telha.

A água segue para os moinhos por um carreiro, que ao chegar perto alarga e se reveste de pedra, tomando o nome de *cuvo*, depois desce por um cano de pedra, o *canelo*, que se estreita em baixo, estrangulando a saída da água, a *seteira*. Quando a água encontra um desnível, e cai de pequena altura, tem o nome de *fecha* ⁽³⁾.

O moinho tem dois andares; o rés-do-chão e o andar de baixo. No primeiro é onde se fabrica a farinha, e no segundo encontram-se as peças necessárias para accionar a mó.

(2) Em Leão existem também moinhos comuns, não de todo o povo, mas de vários comuneiros, podendo transmitir-se os direitos de cada um, por qualquer das formas reconhecidas pelo direito civil. (Eliás López Morán, *Propriedad colectiva, repartos de tierras, molinos comunes, etc.* in «Derecho Consuetudinario y Economía Popular de España», Barcelona, 1902, Tomo II, pág. 262).

(3) Cândido de Figueiredo não regista *fecha* nesta acepção. Contudo, encontra-se esta palavra com um significado parecido (gota, um poquito de qualquer liquido) no «Diccionario Gallego-Castellano» de Marcial Valladares Nuñez, Santiago, 1884.

Na parte superior está um grande cilindro de granito, o *pé*, com um orifício no sentido do eixo, por onde passa o *eixo do rodízio*, que na parte superior fica encra-

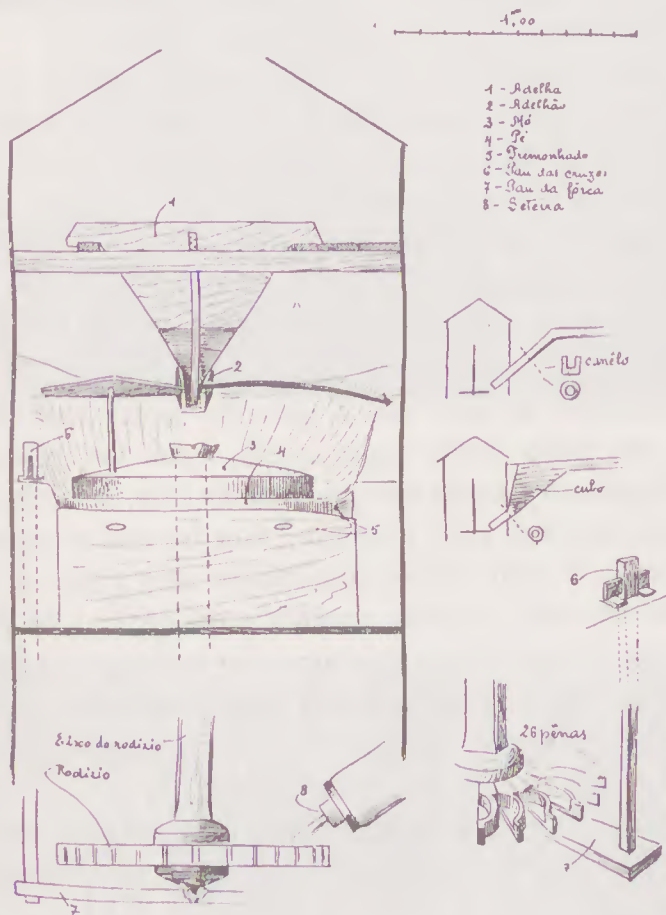


Fig. 8—Moinho.

vado na *mó*, e a faz girar. O *pé* está guarnecido na parte superior, por um resguardo de madeira, para evitar que a farinha salte para o chão, com o movimento giratório da *mó*, a que se chama o *tremonhado*.

O cereal deita-se numa caixa em forma de pirâmide invertida, a *adelha*, com um orifício pequeno, para só deixar passar pouco grão de cada vez. À *adelha* está ligada uma pequena caleira, o *adelhão*, por onde corre o grão para o buraco do centro da mó.

Para obrigar o grão a sair continuamente, há um pequeno aparelho composto de dois paus; um pregado à parede e à *adelha*, e o outro suspenso deste e com a outra extremidade pousada em cima da mó, que pelo movimento de rotação o faz saltitar, imprimindo à *adelha* uma trepidação constante. Na mó está, como dissemos, um eixo encravado, que passa pelo orifício do pé, e se vai encaixar, em baixo, no *rodízio*.

Quando se quer que a mó não moia, pode-se elevá-la por meio duma engrenagem, o *pau das cruces*, que está ligado ao eixo da mó pelo *pau da forca*, de forma que quando se puxa pelo primeiro, este levanta o segundo, obrigando a subir o eixo juntamente com a mó. A parte inferior do eixo, o *seixo*, assenta num orifício de pedra. Um pouco mais acima encontram-se os braços da hélice, as *apenas*, dispostas de maneira que, quando a água jorra da seteira, elas são obrigadas a tomar um movimento de rotação, accionando assim a mó.

Nem todos os moinhos são iguais a este que descrevemos; existem pequenas variantes sem importância.

AS CABANAS

As cabanas ou *fornos* (talvez de furnas) encontram-se espalhadas pelos montes de Vilarinho, e servem de pernoita aos pastores, na época em que andam com as vezeiras do gado grosso.



Moinho que se confunde com a paisagem



Aspecto da aldeia. A casa da esquerda mostra um tipo de construção primitiva com a *capea* sobre as paredes dos *cúmios* (topo)

Distingue-se um tipo antigo, comum à Serra Amarela, Gerês e Soajo, e outro mais recente e menos característico.

O primeiro, de planta circular, é uma construção em falsa cúpula, formada por lajes sobrepostas, que se vão aproximando em cima, até se poder fechar com uma laje grande. As pedras de granito não estão ligadas por nenhuma argamassa, mas revestem-nas por cima com grandes torrões, como protecção contra o vento e a chuva. A entrada é um buraco estreito, e em muitas delas não se pode estar à vontade, tão baixo fica o tecto (4).

As cabanas deste tipo são frequentes nas Serras do Soajo, Gerês e Amarela, embora hoje já vão sendo substituídas por outras de paredes direitas, construídas a seco, e cobertas a telha de caleiro. Estas são mais cómodas, porque são mais altas, e pode-se estar de pé lá dentro. Nenhuma tem porta, pois, a necessidade de vigiar o gado, obriga a estar alerta, e em contacto com os animais. Contudo, para impedir a entrada a qualquer intruso, atravessa-se uma ramagem diante da porta. Por vezes, só se pode dormir com fogueira, tal é o frio que faz.

As cabanas primitivas, que servem de abrigo temporário a pastores, são frequentes no nosso país, mas, em geral, diferem consideravelmente destas.

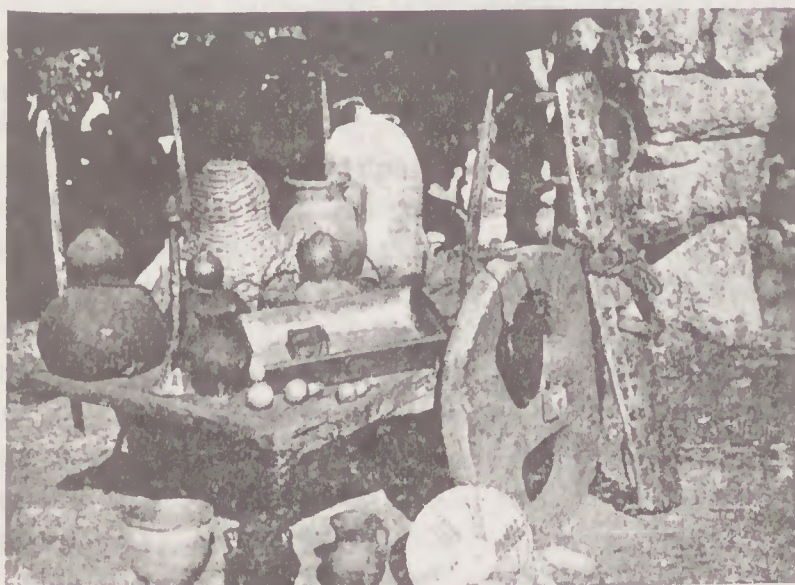
UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS

O recheio das casas serranas de Vilarinho é pobre e simples. A natureza avara não lhes dá lazeres nem abas-

(4) Jorge Dias, «Las construcciones circulares del Noroeste de la península ibérica y las citanias», in «Cuadernos de Estudios Gallegos», Madrid, 1946, Fasc. VI, pág. 173 e seguintes.



Moinho antigo e abandonado



Utensílios usados em Vilarinho

tança que permitam um lar confortável e, muito menos, requintado. Os objectos obedecem à estrita finalidade, e raras vezes se descobre um ornamento ou uma forma nascidos da necessidade estética.

Os habitantes de Vilarinho vivem à custa duma acumulação enorme de actividades, que os absorvem demasiado e pouco tempo lhes deixam livre. Os cuidados dos homens estendem-se por largos tratos de terreno; ora pelas margens da Ribeira das Furnas e do Homem a cuidar dos campos, ora pelas encostas e cimos das serras, pela necessidade permanente de vigiar os rebanhos e de se deslocar com eles de pastagem em pastagem, sem permanências demoradas em casa, que consintam numa larga aplicação da fantasia à criação de coisas belas.

O pastor alpino permanece os meses de inverno praticamente recolhido em casa, porque não só o inverno lhe não consente o trabalho ao ar livre, como também porque os ricos vales e encostas que o cercam lhe produzem feno abundantíssimo, para sustento dos animais domésticos, que nos estábulos lhe vão fornecendo leite, manteiga e queijo, isto é, sustento e dinheiro, pois são artigos de fácil colocação. Mas o nosso serrano da Amarela, habitante de montanhas calcinadas pelas soalheiras de verão e descarnadas pelas enxurradas de inverno, tem de levar os seus gados, durante todo o ano, a matar a fome em magras pastagens, ficando assim impossibilitado de desenvolver no seu lar um pequeno centro de conforto e de cultura artística. As noites de inverno são largas, é certo, e à volta do fogo decorrem longas horas de conversas e silêncios, mas os corpos vêm cansados das lides do dia e da luta contra as inclemências do tempo.

Por isso, a sua alma fecha-se em contemplação, penetra no seu mais íntimo, e cogita acerca do aquém e do além. O cenário, a solidão e o clima agreste, também o obrigam a recolher-se, como ao pastor alpino, mas ultrapassam pela severidade aquele óptimo, que é favorável à eclosão duma cultura, que se traduz em actividade artística ou lúdrica; a ele nada mais resta senão o forte sentimento religioso, que o leva a curiosos devaneios.

Por isso é modesto o seu lar, muito mesmo. Alguns objectos são comprados nas feiras, ou a vendedores ambulantes, como as louças, candeias, talheres, etc. Outros são porém de lavra própria. É ainda na cozinha, esse centro da vida da família, que se concentra a maior parte dos objectos, e na cozinha é, por sua vez, à volta do fogo, que nós os encontramos em maior abundância.

Ao fundo da cozinha, em grandes lajes de granito, que ficam ao nível do soalho, ou de preferência um pouco mais fundo, arde um grande fogo de toros de carvalho, ou raízes de urse. Arde livremente, mesmo no verão, porque lenha não falta e os fósforos custam dinheiro. À volta deste fogo, sentados no chão, quando a lareira fica mais funda, ou em pequenos bancos, sentam-se as pessoas. Aos lados, há dois bancos grandes de amplo encosto de madeira, são os *escanos*.

No chão vê-se uma mesita pequena, bastante sólida, *mesa de cavacar*, pois é sobre ela que se corta a lenha em cavacos com a *foice*. Sobre a lareira, pregado às traves, está um rectângulo de madeira com várias ripas paralelas umas às outras, onde se penduram os enchidos e a carne de porco para fumar. Tanto esta instalação, como os diferentes tipos de carne defumada, tem o nome de *fumeiro*.

Da trave onde está o fumeiro desce um cadeado de ferro, a *gramalheira*, em que se suspende uma grande *caldeira* de

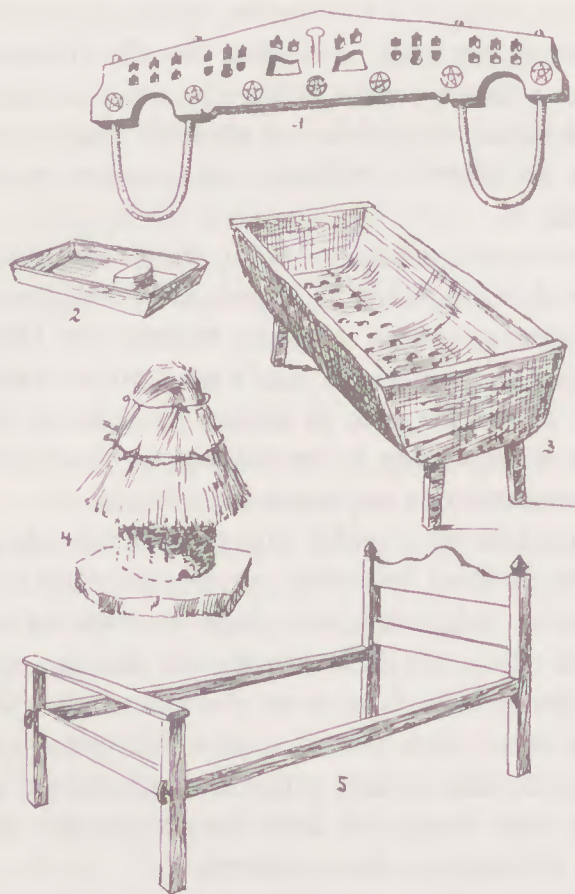


Fig. 9—1) Jugo. 2) Cegadoiro. 3) Malhador. 4) Cortiço com *corpela*. 5) Cama de madeira simples.

cobre, onde há sempre água quente, que serve principalmente para preparar a lavagem para os porcos. Quando querem pousar a caldeira, que tem o fundo abaulado, uti-

lizam um anel de palha grande, colocado no chão, a que chamam *rodilha*.

Ao lume há vários *potes de ferro*, com pernas altas e feitos de ferro fundido, em que se cozinha e fervem águas para lavar, ou para outras necessidades domésticas. Na parede, por trás da lareira, há, em geral, um *armairo* (armário), onde se guardam os *pratos, copos, malgas e talheres*. A porta do *armairo* tem um fecho de madeira, a *cravelha*, na parte superior, de maneira que, ao abrir-se, desce e, apoiando-se num pau que tem suspenso na extremidade, forma uma espécie de mesa, que serve para se comer sobre o fogo, ou ao lado dele, na época do frio.

Tanto estes bancos, como a mesa móvel, que às vezes, não pertence ao armário, mas se encontra presa às próprias costas dos escanos ou preguiceiros, são muito frequentes em várias regiões serranas do país e de Espanha. No Alto-Aragão estes escanos têm o curioso nome de *cadieras*. Servem-se duma palavra que é quase a nossa cadeira, enquanto que para cadeiras usam *silba*.

Na parede de certas casas vê-se um friso de pedra, em que se alinham vários utensílios de cozinha, que outras vezes estão num armário, ou numa reentrância rectangular cavada na parede, *copeira*, ou mesmo na *masseira*, quando os não deixam pelo chão. Estes utensílios são: o *tacho* de ferro para fritar (*sertã*), o *pucro* de barro para fazer chá, ou ferver o leite, a *chicolateira* de barro para fazer café, o *cegadoiro*, espécie de gamela com um cepo de pau ao meio, sobre o qual se apoiam as couves para cegar, a *almotaria* ou *motaria* (almotolia) de folha, que serve para ter o azeite que está a gasto na cozinha, o *cantro* de folha, com a capacidade de 13 litros, para água, a *cantra* que leva metade do *cantro*, a *panela*, vasilha de

barro para água, o *balde*, recipiente de madeira em que se leva a lavagem aos porcos. Para vinho usam em geral as *cabaças*, espécie de abóboras de dois bojos, que furam com um ferro em brasa na parte superior, depois de secas, e por onde tiram o miolo e as pevides. O vinho vai para a mesa nas cabaças e cada um bebe delas sem utilizar copo. As cabaças pequenas servem para levar chumbo e pólvora para a caça, quando se usam espingardas antigas de carregar pela boca. Um vizinho de Vilarinho, o Fecha, tinha uma cabaça de 12 litros, que revestiu dum entrançado de vime com asas, como um cesto, para a proteger e se poder transportar com mais facilidade.

Ao lado da lareira fica o forno de cozer pão. Também vimos uma casa que tinha o forno do lado de fora, com a boca aberta na parede da cozinha, sobre a lareira, de maneira que se podia cozer o pão dentro de casa, sem que o forno roubasse espaço. Mas o mais geral é o forno ficar dentro da cozinha, e este exterior é de construção recente. Junto ao forno está a *pá* de madeira e a *ferra*, pá de ferro de tirar o pão do forno, assim como o *rodro* e as peneiras.

A masseira fica também na cozinha, e fecha com uma tampa, podendo servir de mesa, quando não está a ser utilizada. Usa-se para se guardar a comida e outras coisas que se queiram resguardar das moscas e dos ratos.

Suspensão do tecto da cozinha vê-se um pau com galhos, o *galheiro*, que serve para pendurar chaves e chapéus, ou quaisquer outras coisas. Além destes móveis e utensílios, que acabamos de enumerar, a casa de Vilarinho tem umas duas ou três mesas toscas e sem quaisquer ornatos, uns bancos simples; nada mais que uma tábua com quatro pés, e algumas cadeiras, que representam

sempre um certo luxo para aquela gente, e para muita outra de várias regiões. As cadeiras são em geral compradas fora, e se bem que de má qualidade e péssimo

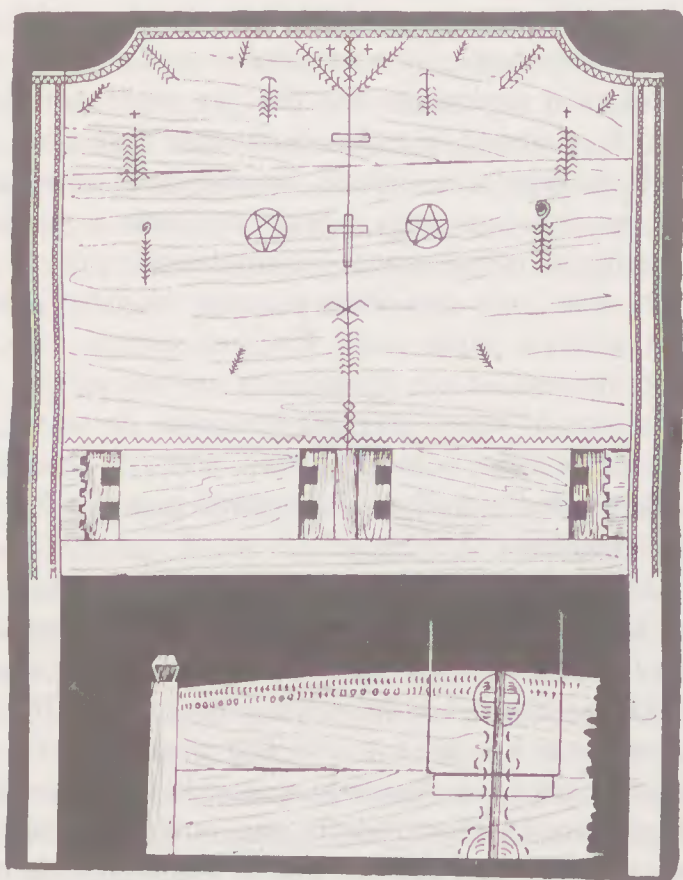


Fig. 10—Cabeceira e fundo duma cama com decorações incisadas, da familia Trigo.

gosto, não deixam de ser artigo de luxo, precisamente por serem importadas. Quando alguém de fora da terra se vai a sentar num degrau de pedra, ou num banco, corre

logo pressurosa a dona de casa a insistir para que se sente na cadeira. Nos quartos, nada mais há, além de algumas arcas também simples, meros caixotes com tampa, e as camas, que algumas vezes são de ferro, mas em geral de madeira e feitas na terra. Nestas camas é que há um vislumbre de ornato, pois na *cabeceira* os dois paus, que representam o prolongamento dos pés, terminam numa espécie de pirâmide, e estão ligados por uma tábua em que está gravado o *sino saimão*. Na casa dos Trigos existe uma cama, em que chega a haver um certo requinte de ornamentação, como se pode ver no desenho junto.

De resto, pela casa vêem-se sacos, mantas, foles de farinha, cestas e pouco mais. Vestígios de arte, nada, ou pior do que isso, se nos lembrarmos que nas paredes dos quartos têm, às vezes, pregadas litografias de santos, ou lugares de devoção, como a Nossa Senhora da Peneda, ou o S. Bento da Porta Aberta, de terrível mau gosto, que a crença desculpa.

Um dos poucos objectos, em que talvez ponham um certo, já não digo amor, mas, cuidado, são as *tabaqueiras*, caixas de rapé de madeira ou de chifre de cabra, ligeiramente trabalhados. E isto é tudo, o que é bem pouco. Há uma unica casa em Vilarinho, a dos Trigos, com uns móveis mais artísticos e um santuário, que nada tem de notável, mas que para a terra representa uma raridade. Parece que nessa casa viveu um padre, o que dá a explicação do caso. Mas não é só aqui que se dá este fenómeno. Repete-se o mesmo em muitas aldeias serranas. Como muito bem observa Garcia Mercadal ⁽⁵⁾, ao referir-se à casa castelhana,

(5) Fernando Garcia Mercadal, «Da casa Popular en España», Madrid, 1930. (Pág. 73).

a casa serrana distingue-se da da planura pela completa falta de preocupação estética. Tanto no exterior como no interior não se encontram elementos decorativos, patenteando-se absoluta ausência do sentido de comodidade e de conforto. Como vemos, a um tipo de paisagem, corresponde uma certa analogia de vida, que se manifesta no que mais depressa salta aos olhos, que é a habitação e o seu recheio. Isto talvez nos indique, que para além dos materiais de construção, de que o homem dispõe, e do tipo de economia a que a região o obriga, também há uma atmosfera psíquica própria de certas paisagens, a que o habitante se não pode eximir (6).

ILUMINAÇÃO

É grande a variedade de candeias e candeiros usados em Vilarinho. A par das candeias de recipiente fechado, que queimam petróleo, aparecem também outras mais primitivas, cujo combustível é a gordura animal, ou o azeite. Estas últimas voltaram a ser de grande utilidade durante os anos da guerra, em que escasseou o petróleo.

Tanto umas, como outras, se encontram em qualquer casa, e até com formas muito variadas. Como são compradas nas romarias, ou a vendedores ambulantes, não admira a diversidade de tipos, que correspondem a diferentes procedências. Estas podem-se, em parte, deter-

(6) Sobre este assunto é interessante o trabalho de Willy Hellpach, «Geopsique, El alma bajo el influjo de tiempo y clima, suelo y paisaje». Espasa-Calpe, Madrid, 1940, em que pormenorizadamente estudou os diferentes tipos de clima, e paisagens e a sua acção sobre os homens.

minar se as compararmos com as que Rocha Peixoto reproduziu no seu trabalho (7).

Como tipos de candeia pròpriamente dita, vimos vários feitos de folha, ou chapa zincada. Uns de recipiente aberto e duplo, de fundo chato, servindo o interior para o líquido combustível, e o exterior para receber os resíduos escorridos. Em vez de asa têm uma lâmina vertical, soldada no recipiente exterior, com um gancho de arame na ponta. Na parte superior desta chapa existe um adorno em forma de coração, como nas da Póvoa de Varzim, ou discóide.

As candeias de recipiente fechado, que queimam petróleo, são parecidas, excepto no depósito. Numa, o depósito é formado por um tronco de cilindro, que tem soldado no bordo inferior um cone truncado, e no bordo superior outro cone truncado, rematado por uma pequena tampa redonda (fig. 9 de Rocha Peixoto, Penafiel).

A outra apresenta o depósito formado por dois troncos de cone soldados pelas bases. Na parte superior do cone de cima tem uma pequena tampa redonda, e na parte inferior do de baixo, está soldado outro tronco de cone, que serve de base à candeia. Tanto uma, como outra, têm uma lâmina vertical com adorno discóide de canelado radial.

Estas candeias usam-se sobretudo junto à lareira, para os trabalhos de cozinha, podendo suspender-se em qualquer prego ou arame. Para comer à mesa, ou para outros fins, usam candeieiros de pousar. Um é o chamado *farol*, muito simples. O depósito, formado por um tronco

(7) Rocha Peixoto, «A Iluminação Popular», in «Portugália», tomo II, págs. 35 a 48.

de cone de base larga, assenta directamente em qualquer móvel. Tem em cima uma tampa redonda com um orifício, por onde sai a torcida, e transporta-se por uma asa de folha soldada no depósito (confr. com a fig. 13 de Rocha Peixoto, Ponte do Lima).

O outro é o *mancebo* que só difere do primeiro, por ser provido dum pé cilíndrico muito alto, soldado em baixo a um prato largo, para se poder pousar. Este candeiro é menos estável, mas tem a vantagem de dar a luz de mais alto, pelo que é preferido para comer à mesa (parecido com o da fig. 14 de Rocha Peixoto, Arcos de Valdevez).

É curioso que o *mancebo*, parece ter tirado o nome dum antigo suporte de madeira, que servia para depender a candeia. O *mancebo* actual é uma espécie de combinação da candeia com o suporte, fundindo-se os dois num só, e tomando o nome do segundo. Na gravura n.º 1, dum artigo de Sousa Viterbo (8), está reproduzido um dos antigos *mancebos* suportes, de Mirandela, com a candeia suspensa.

Além destes tipos de candeiro, ainda usam a *alinterna* (lanterna) para sair de casa à noite, quando chove ou está vento, e para ir aos palheiros sem perigo de incêndio. Não passa duma vulgar candeia metida num resguardo em forma de paralelepípedo, com as quatro faces laterais de vidro. Na parte de cima, além dos buracos para a saída do fumo, tem uma pequena asa para se poder transportar e pendurar (parecido com a fig. 25 de Rocha Peixoto, Porto).

(8) Sousa Viterbo: «As Candeias, na indústria e nas tradições populares», in «Portugália», Tomo 1, págs. 365 a 368.

CAPÍTULO IV

VIDA SOCIAL

ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

O aspecto mais interessante da vida deste povo é, fora de dúvida, a organização social antiquíssima, que ainda hoje se apresenta bastante perfeita. Para a compreendermos é indispensável estudar todas as circunstâncias naturais: clima, topografia, constituição do solo e riquezas naturais de que dispõe.

Disse C. M. Jourdan: «*Un village est un groupement humain qui trouve en partie son explication dans la nature. . . , il est le produit du sol et du climat comme l'arbre ou la plante. D'autre part la création d'un village suppose un effort de la volonté*» (1).

Mas não é só a povoação que é um produto combinado da vontade do homem e da Natureza; toda a actividade humana está, mais ou menos, condicionada pelo ambiente em que se desenvolve, e ninguém poderá estudar um povo, ou qualquer forma da sua cultura, abstraindo

(1) Citado por Jean Brunhes, «*La Géographie Humaine*», Paris, 1912, pág. 144.

das condições geográficas e climatéricas de que ele mais ou menos depende, sem o grave perigo, de nada compreender.

Está claro que esta dependência varia, segundo o grau de cultura ou de civilização, e é tanto mais patente quanto mais primitiva ela for.

Quanto mais perfeita for a cultura, tantas mais possibilidades tem o homem de neutralizar certas forças naturais, que aprendeu a dominar, furtando-se assim à acção que elas exercem directamente sobre outros. De facto, um cidadão Norte-Americano já não está isolado do seu semelhante, por longe que viva, nem sofre os rigores do clima, porque o sabe uniformizar, nem está sujeito a uma alimentação deficiente, porque vai buscar a todas as regiões do Globo aquilo de que precisa. Mas, poderia ainda o americano fazer isto, se lhe faltassem as riquezas naturais, que permitem esse adiantado progresso material?

Colocássemos esses mesmos homens activos, dinâmicos, senhores de poderoso génio inventivo e dotados de invulgar espirito organizador, nas grandes colónias francesas do Norte africano, sem mais recursos, e é bem de crer que esse povo poderoso teria de renunciar aos aviões e a outros produtos da grande indústria, para ter de regressar às caravanas de camelos e à simplicidade de vida daqueles que só têm oásis dispersos na imensidão de areais com uma faixa de litoral relativamente produtiva.

São pois as condições especiais desta região, sobretudo a topografia, que explicam a existência deste agregado humano, submetido a um sistema comunitário, que lhe dá o carácter de pequena autarquia.

Vilarinho representa uma espécie de estado independente, com governo e legislação próprios, se bem que, naturalmente, submetido à legislação geral do país, que

até certo ponto lhe respeita o direito consuetudinário, por o considerar justificado, dadas as circunstâncias especiais em que vive.

Separados do resto do país por muitos quilómetros de serra e caminhos de trânsito difícil; entalados num vale fértil, mas de área muito reduzida, e com extensões enormes de montanhas, que se prestam a pastos de diferentes espécies de animais, o habitante de Vilarinho da Furna tem de viver por si e bastar-se a si mesmo, criando para isso uma organização que o ajude a dominar as condições de ambiente.

Como da terra não pode tirar o sustento suficiente, teve de juntar à exploração dos campos, a criação dos gados em grande escala. A vida agrícola-pastoril exige sempre uma cooperação especial de todos os indivíduos, sobretudo quando as condições de terreno acidentado, obrigam os gados a procurar pastos muito longe da povoação e, por vezes, a longas permanências fora dela, de maneira a resolver os problemas de nomadismo que o pastoreio origina.

Em Portugal, temos muitos exemplos desta cooperação em certas regiões serranas, como, por exemplo: as vigias na Serra de Montemuro, as vezeiras na Serra da Amarela e do Gerês, as brandas e inverneiras em Castro Laboreiro, a boiada em Rio de Onor, e vários outros pelo Barroso, Miranda, etc. Mas Vilarinho caracteriza-se por uma autarcia quase perfeita. Enquanto que noutras regiões do país, as populações serranas mantêm certa actividade comercial com as populações ribeirinhas, trocando os produtos que têm em excesso, pelos que lhes faltam, o que leva a uma relativa especialização, não só de alguns produtos mais preferidos, como até das próprias activida-

des; em Vilarinho, cada indivíduo é tudo, e procura produzir tudo aquilo que lhe é necessário para viver. E isto é realizável, pela sua dupla qualidade de povoação serrana e ribeirinha, em que muitas culturas diferentes são possíveis.

Vilarinho da Furna pode dizer-se que se basta a si próprio. O comércio, se existe, é mais para coisas de ordem secundária (salvo pequenas excepções), e mesmo este faz-se mais por contrabando que por processos legais.

Esta autarcia, numa povoação de reduzido número de habitantes, conduz a uma grande acumulação de profissões. A especialização é função da procura. Um indivíduo especializa-se num meio grande, onde há sempre possibilidade de aplicação das suas habilitações especiais. Quanto mais limitado é o meio, maior é a tendência do homem para totalizar todas as formas de vida, embora à custa da perfeição.

Assim, uma aldeia separada do resto da humanidade reduz as possibilidades de procura, e leva o indivíduo à acumulação ilimitada de actividades. É isto que se verifica em Vilarinho da Furna. Toda a mulher sabe cozinhar, preparar e cozer o pão, lavar, fiar, tecer, tratar do linho e da lã, fazer o fumeiro e, ao mesmo tempo, trabalhar nos campos e na horta. E os homens são pastores, lavradores, carpinteiros, pedreiros; eles fazem os carros de bois, os tamancos, os muros dos campos, as cancelas, etc. Alguns indivíduos levam a sua capacidade de acumular profissões muito mais longe que a maioria, podendo ainda vender os seus serviços aos menos habilidosos. Conhecemos um, António Francisco João, que além de lavrador e pastor, também era carpinteiro, ferreiro, pedreiro, sapateiro, tamanqueiro, alfaiate e escultor, pois fez um *santo* de madeira, que

tem em casa. Este *santo*, como eles lhes chamam, é um «Coração de Jesus», sem interesse artístico, mas que revela uma excepcional habilidade de mãos e justeza de olhos, pois reproduz, com toda a exactidão, qualquer dessas esculturas de madeira saídas dos santeiros do Porto ou de Braga. Se não fosse o testemunho de muitos habitantes da terra, tomá-la-íamos por uma imagem comprada na cidade, tal é a perfeição. Infelizmente não tem originalidade nenhuma, nem mesmo ingenuidade. As mãos são muito bem feitas e expressivas, mas, como a imagem foi depois pintada por um profissional de Braga, que lhe pôs olhos de vidro e o alindou com os pincéis, não se pode ver até que ponto ia a perfeição de acabamento do artista improvisado. Contudo, a que distância está este santo das esculturas em madeira do pastor de Miranda (2)!



Imagem de madeira feita por um curioso.

Esta notável capacidade de adaptação a diferentes actividades é incrível, ainda para mais que a agricultura da região é, já por si, muito variada (milho, centeio, vinho, feijão, batata, linho, produtos de horta e algumas fruteiras), exigindo imensos cuidados.

Estes homens, em face duma serra áspera e vasta, com pastos muito distantes da povoação, onde os gados

(2) O Sr. Agripina, da cidade de Miranda do Douro, tem em seu poder alguns objectos de madeira, esculpidos à navalha por um pastor, que revelam extraordinária capacidade criadora dum vigoroso talento natural.

têm de permanecer temporadas grandes e os pastores de pernoitar para os defender dos lobos, acabaram por criar uma organização social, que lhes permitisse dar ao esforço o melhor rendimento possível.

Esta organização não é exclusiva de Vilarinho da Furna e encontra-se, ainda hoje, nas povoações vizinhas de S. João do Campo, Covide e Vilar da Veiga, assim como noutras mais distantes. Porém, de todas estas povoações, Vilarinho é a que tem mais carácter serrano e, por isso, também nela a velha organização comunitária tradicional se apresenta mais pura e muito mais capaz de resistir à inevitável tendência niveladora moderna. Covide, por exemplo, já mostra graves sintomas de decomposição, o que se explica por ser uma aldeia mais ribeirinha, onde a economia agrícola sobreleva a pastoril. Além disso, mesmo nos casos em que a organização comunitária existe, as diferenças de pormenor são enormes em aldeias vizinhas, pois cada povo é um todo vivo, que age conforme as condições particulares do seu ambiente. Nunca se deve esquecer isto, pois os que desconhecem a vida real e trabalham só com bibliografia são, com frequência, tentados a generalizações esquemáticas que levam, por vezes, a conclusões falsas.

A realidade viva mostra-nos uma variedade infinita de formas, nas quais o nosso espírito de abstracção pode ver unidade, mas sem esquecer os diferentes esforços de adaptação ao particular.

Organizações comunitárias conheceram-nas inúmeros povos, não só da Europa e da África, como da Ásia e da América. Os povos germânicos e os eslavos tiveram até tarde na História formas comunitárias de ocupação do solo, e quando os espanhóis invadiram a América do Sul



Reunião da Junta



O barbeiro

e Central encontraram a resistência dum povo de cultura bastante perfeita, e em que imperava uma forma de organização comunitária. Porém, que diferenças enormes não há, por vezes, sob esta designação genérica de comunitarismo?

É, portanto, necessário observar a vida cuidadosamente nos seus pormenores, para se poder generalizar com mais probabilidades de alcançar a verdade, que todo o investigador procura.

ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

A organização do povo de Vilarinho da Furna aproxima-se daquilo a que hoje chamamos uma democracia representativa, se bem que implicitamente conserve certo carácter divino, ou transcendente, porque o poder de que estão investidos os indivíduos eleitos pelo povo, vem-lhes da tradição; da força mítica dos antepassados, dos *antigos* que, segundo eles, em tempos muito remotos, criaram aquela organização. Nesta gente simples, cujo pensamento se move ainda em estádios semi pré-lógicos, é indispensável que qualquer força invisível sancione uma determinada instituição pública, e não basta o facto de a considerarem racionalmente como necessária à vida em comum. O carácter transcendente de que está revestido o chefe do governo, a que eles hoje chamam *Zelador*, prova-o, o costume há muito abandonado, de lhe ser entregue uma *vara das cinco chagas*, quando tomava posse das suas funções, e sobre a qual tinham de jurar todos os vizinhos, conforme reza a tradição. Segundo Tude de Sousa ⁽³⁾, o *Juíz* (hoje *Zelador*), que terminava o seu man-

(3) Tude de Sousa, «Gerez», 1927, pág. 17.

dato, dava juramento sobre os Santos Evangelhos ao que entrava, depois de dar execução aos erros do seu ano. Como se vê, é patente o carácter sagrado que tem a organização, e que vai perdendo a pouco e pouco, morrendo ela no dia em que se desdivinizar inteiramente. São abundantes os sintomas de enfraquecimento. Já não se usa há muitos anos a *vara das cinco chagas* e o juramento que sobre ela se fazia. No tempo em que Tude de Sousa estudou a serra, o chefe do Governo chamava-se *Juíz*, hoje é simplesmente *Zelador*. O juramento sobre os Santos Evangelhos, que se costumava fazer, também já caiu em desuso. Enfim, a tradição apaga-se tão rapidamente que, em poucos decénios, nada restará do que ainda hoje é vivo.

Os habitantes de Vilarinho chamam *Junta* à sua organização, que se compõe dum chefe, o *Zelador*, duma câmara legislativa de seis membros, *Os Seis*, e de todos os chefes de família do sexo masculino, ou feminino, em caso de viuvez ou ausência do homem por emigração, que são os eleitores e participantes das reuniões periódicas.

De seis em seis meses fazem-se eleições para escolher *Os Seis*, e para substituir o *Zelador*. A eleição do Zelador é cíclica, correndo à vez por todos os homens casados do lugar, por ordem de casamento. Quando o novo Zelador toma posse do lugar, procede-se à eleição dos Seis, que é feita por votos. O Zelador senta-se a uma mesa dentro duma sala, onde os eleitores entram, um a um, e entregam um papel com o nome de seis vizinhos escolhidos.

Quando todos cumpriram o seu dever, o Zelador conta os votos, e faz a chamada dos Seis escolhidos, que vão entrar de posse das suas funções.

As mulheres só podem eleger e participar nas reu-



Membros da Junta à espera do Zelador



Vão chegando os do Acordo

niões da Junta, mas não podem ser Zeladoras, nem fazem parte dos Seis, eleitos para legislar.

Os Seis que acabaram o mandato, sob a presidência do novo Zelador, e na presença do que abandona o cargo, passam todos os negócios pendentes aos que entram, dando-lhes a explicação do estado das contas e dos dinheiros que têm em cofre. Neste dia procura-se pôr tudo no são, de maneira a não deixar encargos atrasados aos que entram de novo.

A Junta reúne regularmente todas as quintas-feiras. Ao nascer do sol, o Zelador toca uma buzina de corno de boi (às vezes usa para o mesmo fim um búzio), como sinal de chamada. O uso da trombeta de corno, ou de madeira, provém dos tempos neolíticos, e deve-se ter espalhado na Europa, trazido do interior da Ásia pelos povos de cultura ganadeira (4).

Faz três toques, com intervalos grandes, e ao terceiro dirige-se para um largo no centro do lugar, sobraçando uma caixa de lata, onde se guardam as folhas da lei. Cinco minutos depois de chegar, o Zelador, faz a chamada de todos os membros da Junta, e aplica logo uma multa de 50 centavos a quem faltar, desde que uma pessoa de família não compareça a justificar a ausência.

Os que faltarem todo o dia, sem justificação, pagam 5\$00 de multa. A Junta é, em geral, dissolvida ao meio-dia, e volta a reunir ao meio da tarde. Desta vez, já não no largo, mas junto da ponte.

É, portanto, um dia destinado à colectividade, e o

(4) Richard Weiss, «Volkskundeder Schweiz», Erlenbach-Zürich, 1946, pág. 228.

— Ver também Thurnwald, «L'Economie Primitive», pág. 47. Este etnólogo fala no uso da trombeta de corno entre certas populações da África negra.

Zelador pode aproveitar o trabalho de todos para qualquer obra de interesse público.

É nestas reuniões que o Zelador propõe os trabalhos a fazer e multas ou castigos a aplicar. Os trabalhos são muito variados, sendo uns periódicos e tradicionais, outros extraordinários. Entre os primeiros contam-se as composturas de caminhos, consertos de muros e pontes, *guiar* (consertar as coberturas com torrões) e *retelhar* (consertar os telhados com telha) as cabanas. Os segundos podem ser de grande envergadura, e dependem do maior ou menor rasgo do Zelador. Houve um que levou a cabo a ideia de construir um muro na serra, a separar os terrenos de Vilarinho dos de outros povos, tornando assim mais eficaz a vigia do gado, que não pode tão facilmente fugir para outros terrenos. Também construíram um grande muro à volta dos seus montes de pasto, para ver se evitam que os Serviços Florestais do Estado se apoderem do seu património, já bastante diminuído.

O Zelador também propõe as multas a aplicar aos vizinhos, que infringem a lei, e em casos graves pode mesmo propor a *expulsão de vizinho*.

Depois do Zelador ter feito qualquer proposta, os *Seis* reúnem e deliberam o que se deve fazer, vencendo a maioria. Se estiverem empatados, três contra três, o Zelador é quem decide. Contudo, os restantes membros da Junta, que formam a opinião pública, estão presentes, discutem os problemas, dão parecer, e os *Seis* procuram proceder de acordo com a maioria, sempre que seja possível.

Estas reuniões são por vezes muito animadas; berbam e discutem com tanto ardor, que se está sempre à espera de ver tudo desandar em pancadaria geral, coisa que parece nunca ter sucedido.

Como há opiniões diferentes e, às vezes, também interesses opostos, a discussão pode tomar grandes proporções. Mas, por fim, tudo se resolve a bem, porque uma vez que os *Seis* decidam, ninguém mais se atreve a pôr em dúvida o valor da sua opinião.

Em certos trabalhos, quando as mulheres, membros da Junta, não podem participar directamente dos serviços a fazer, por serem próprios de homem, destinam-lhes outras tarefas, pois todos devem dar a sua cota de esforço para a colectividade. Por exemplo, quando vão começar as vezeiras do gado na primavera, e os pastores precisam de dormir nas cabanas, é necessário prepará-las previamente. Logo nos primeiros dias de Abril o Zelador destina quatro homens para reparar (*guiar e retelhar*) cada cabana, e as mulheres, como não colaboram neste trabalho, têm a obrigação de levar as louças, que os pastores hão-de utilizar, durante os meses em que duram as vezeiras, e no fim voltar a buscá-las. Estas louças (um pote de ferro, tigela, colheres, garfos e um cântaro para água), são pertença da colectividade, do *lugar*.

As atribuições do Zelador são inúmeras, pois além dos trabalhos da construção e reparação de caminhos, muros e pontes de serventia comum, dirige quase toda a organização pastoril e preside a enorme quantidade de trabalhos agrícolas, que têm carácter colectivo, como segadas, vindimas, roçadas, etc.

Ele é também o Juiz de todos os crimes, com excepção dos mais graves, como o de homicídio, que são da competência dos tribunais.

É o Zelador que faz a coutagem dos terros juntos à povoação, para que no inverno o gado possa pastar mais perto das cortes; decide onde os diferentes rebanhos

devem pastar, e quando, e para onde se devem deslocar. Preside às segadas, distribui a água das regas, faz a divisão dos matos a roçar por cada vizinho, etc. No S. João, por exemplo, por altura das segadas, no dia que entende, toca o corno, e vai, com todos os vizinhos, *meter água* ao Rio Homem, para as *restevas*. Aí reparte as poças pelos vizinhos, geralmente uma para cada cinco homens, e no dia seguinte têm de começar todos o trabalho ao mesmo tempo, a um sinal dado por ele.

Para as transgressões frequentes há muitas estabelecidas, porém, ele tem a faculdade de julgar casos especiais e indicar a respectiva sanção. *Os Seis* têm de estar de acordo, para que a sentença entre em vigor, o que torna impossível, qualquer abuso de autoridade, ou injustiça cometida por algum juiz menos ponderado. Mas, uma vez de acordo, não há ninguém que livre o réu de sofrer a pena, a não ser quando o próprio Zelador e os Seis a resolvam comutar ou suspender. Nos casos de rebeldia muito graves, o insurrecto pode ser *expulso de vizinho*, isto é, excluído da assistência da comunidade em todos os trabalhos agrícolas; o seu gado não pode ir pastar junto com os rebanhos do lugar, se lhe morrer uma vaca de desastre, a carne não pode ser repartida pelos vizinhos, para que cada um pague a sua parte, como é uso no lugar, obrigando-o a sofrer só o prejuízo, e por morte de parente nenhum vizinho lhe vai a casa, nem lhe presta qualquer serviço, ficando, assim, isolado entre os seus semelhantes ⁽⁵⁾.

(5) Ver o que sobre a expulsão da comunidade diz o Prof. Joaquim de Carvalho, referindo-se aos povos castrejos. Joaquim de Carvalho, «A Cultura Castreja». Separata da Revista «Ocidente», n.º 99, Julho de 1946, pág. 13.

A gravidade dum castigo destes é enorme, e pode obrigar o atingido a abandonar a aldeia, por se lhe tornar a vida impossível.

Esta pena faz lembrar a chamada *perda da paz*, usada na Idade-Média para crimes de gravidade, simplesmente as consequências dessa pena eram bastante mais sérias e, quando o condenado sobrevivia, tornava-se uma espécie de lobo, porque, para fugir ao seu semelhante, tinha de viver como uma fera, acabando por se lhe assemelhar.

Em 1940, foram expulsos três vizinhos, que tornaram a ser perdoados, por confessarem arrependimento sincero, tendo-se-lhe, comutado a pena em multa pecuniária. A multa, em tais casos, pode ir até 200\$00, mas também pode ser perdoada por unanimidade. Duzentos escudos, que para nós, habitantes da cidade, parece uma multa ridícula, em relação à expulsão de vizinho, é, contudo, uma soma enorme para quem vive só da sua lavra, e pouco dinheiro possui.

Há uns trinta anos, veio viver para Vilarinho um velho de outra aldeia, que não queria submeter-se à organização local, fazendo toda a espécie de resistência.

Em face de tal insubordinação, tiveram de tomar medidas especiais, e resolveram ir buscá-lo a casa à força, amarraram-no em cima duma padiola, dizendo-lhe que o iam deitar da ponte abaixo, ao poço do Rio Homem, que fica a grande profundidade. O homem teve tanto medo, que jurou aceitar todas as condições, e ficou dali por diante integrado na ordem geral.

A pouco e pouco, a tendência niveladora dos nossos tempos vai fazendo desaparecer certos usos e costumes, assim como se vai enfraquecendo o respeito pela tradição, contribuindo para isso, nesta região, sobretudo a atitude

crítica dos rapazes que emigram e voltam passados anos, depois de terem vivido em França, Brasil ou América do Norte.

É, sobretudo, a este pseudo-esclarecimento que se deve o nome de *Juíz* ter passado a *Zelador*, assim como o desaparecimento do uso da vara das cinco chagas e dos juramentos solenes que, em certas ocasiões, prestavam. A organização vai-se despidendo de toda a força mítica, sem a qual não pode subsistir.

Porém, apesar de não possuir a pureza de outros tempos, tivemos ocasião de assistir à força e extensão que ainda hoje apresenta esta velha organização. Vamos contar dois casos típicos, ocorridos há poucos anos, que demonstram perfeitamente a plasticidade do poder do Zelador, e a capacidade de adaptar a sua autoridade a casos especiais e imprevistos.

Há cerca de oito anos, uns ladrões roubaram várias cabras, que um vizinho guardava num curral longe de casa. Imediatamente se deu alarme, e procuraram seguir-lhes a pista. Viram, porém, que a uns centos de metros do lugar em que foram roubadas, os ladrões as haviam matado e transportado aos ombros, pois viam-se poças de sangue no chão, e as pègadas das cabras acabavam ali. Resolveram mandar então doze homens do lugar, dois a dois, para diferentes povoações dos vales, a fim de descobrir os criminosos.

Passado algum tempo, a policia improvisada descortinou na povoação do Gerês os ladrões das cabras, que entregou às autoridades, recebendo a vítima parte do dinheiro, pois o resto foi gasto em despesas. Assim exercem uma grande acção de saneamento dos indesejáveis e de protecção aos interesses da comunidade.

Outro exemplo curioso é o seguinte, que se bem se não passasse mesmo em Vilarinho, mas na sede da freguesia, S. João do Campo, ilustra bem a extensão da lei a casos de ordem puramente moral.

Os guardas florestais poucas vezes compreendem os interesses dos povos serranos e não raro exorbitam dos seus direitos, fazendo mau uso da autoridade de que estão investidos. Ora há poucos anos, estive em Leonte um guarda florestal, Ameal, que conhecemos, pessoa de grande compreensão e bondade, que sem deixar de cumprir rigorosamente as suas funções, de maneira nenhuma perseguia, ou tratava desumanamente os habitantes da serra, quando estes entravam com os gados nas clareiras da floresta em que têm direitos. Em face duma tal atitude, o Juiz de S. João do Campo, resolveu que os vizinhos deviam mostrar gratidão a este homem, distinguindo-o dos outros guardas. Como muitos habitantes da região eram caçadores furtivos, e penetravam na Mata do Estado a perseguir as corças, êle decretou a proibição de caçar na zona da Floresta, que estava debaixo da fiscalização deste guarda, permitindo-lhe assim uma vida sossegada. Tempos depois, soube-se que um vizinho matara uma corça na zona defesa, e após julgamento sumário, em que se provou o delicto, a Junta condenou-o à expulsão de vizinho, sem dó nem piedade, obrigando-o a sofrer as terríveis consequências de tal pena.

O espírito de solidariedade é muito maior aqui, que nas regiões onde a apropriação e exploração do solo é individualista. Quando há anos, a família Geira, uma das mais abastadas de Vilarinho, foi vítima duma epidemia de febre tifóide, que prostrou de cama, semanas inteiras, vários dos seus membros, e lhe levou uma das filhas, pre-

cisamente na época das grandes lavouras, os vizinhos fizeram todo o trabalho, sem que os movesse outro sentimento, que não fosse o espírito de solidariedade para com o seu semelhante. O único fundo interesseiro que pode haver é de esperar que lhe façam a ele o que ele faz aos outros.

CAPÍTULO V

O PASTOREIO

A mobilidade da topografia da região corresponde uma grande variedade de pastos que determinam diferentes tipos de pastoreio. A organização dos rebanhos e dos lugares em que pastam nas diferentes épocas do ano é complicada e exige da parte dos interessados reuniões frequentes. Todos aqueles que têm gados formam um *acordo*, ou conselho, que reúne sempre que haja casos de interesse comum a resolver.

Os rebanhos vigiados têm o nome de *vezeiras*, porque os pastores são dados, à vez, por cada um dos donos do gado. Mas nem todos são *apastorados*, havendo também rebanhos ao *feirio*. Os rebanhos *apastorados* são, de longe, os mais importantes, pois ao *feirio* só ficam praticamente os cavalos e éguas *garranos*, que pastam tanto na Serra do Gerês, como em vários tratos de terreno galego, como mais adiante se verá pormenorizadamente, ao nomear os currais de Vilariño. Estes cavalos vivem em plena liberdade, semi-selvagens, a ponto de terem de ser laçados ou apanhados com artimanhas, pelos próprios donos, quando estes os querem levar à feira. Parte destes cavalos desti-

na-se ao exército, pelas suas qualidades de animal de montanha.

Ao feirio também ficam os bois uma parte do ano, quando em Setembro acaba a *vezeira* e a estação ainda vai boa. De resto, todos os rebanhos estão apastorados e divididos em diferentes grupos, segundo as conveniências das pastagens.

O *gado*, isto é, bois e vacas, formam dois rebanhos distintos: a *vezeira dos bois* e a *vezeira das vacas*. Cabras e carneiros formam também dois rebanhos, o primeiro é a *vezeira da rés*, o outro a *vezeira dos carneiros*. As vacas com crias, como não podem ir juntas com as outras para a serra, formam a *vezeira do eido*, e pastam em terrenos perto da aldeia, para poderem vir à noite ficar às cortes. Além destas cinco *vezeiras*, que se compõem dos gados do lugar, há ainda o rebanho da *rés da parte*, formado pelas cabras de um ou dois vizinhos mais abastados, que de acordo com *os do lugar*, mandam o seu gado à parte com pastor próprio, para descongestionar a *vezeira* comum, permitindo que os animais pastem melhor.

A *vezeira da rés*, composta de machos e fêmeas, *reixelos* e *cabras*, divide-se, por vezes, em duas, uma de cabras e outra de reixelos, pois divergem as opiniões, sobre a vantagem de os trazer juntos. Os que pretendem a separação baseiam-se no facto dos reixelos, apesar de castrados, se excitarem com a presença das fêmeas, fatigando-se os animais inutilmente. O cio insatisfeito, que a vida em comum desperta, prejudica a engorda dos reixelos, que são castrados precisamente para ganharem maior corpulência, visto serem destinados à venda, como animais de carne.

A parte contrária, embora reconhecendo este facto,

diz que as desvantagens, originadas pelo desdobramento do rebanho, não são compensadas com a melhor nutrição dos animais. Dois rebanhos obrigam a dar o dobro da gente, como pastores, o que nem sempre se faz sem prejuízos.

A VEZEIRA DAS VACAS

Esta é a vezeira mais importante e a de maior responsabilidade, pois a grande riqueza destes povos pastores está no gado, e as vacas, por andarem acompanhadas pelo touro de cobrição, estão mais sujeitas a precalço. O touro destas vezeira pertence ao *lugar* e, quando as vezeiras retiram ao *eido*, tem de ser sustentado por todos os membros do *acordo*.

Nestes últimos anos, os Serviços Pecuários do Estado, também têm fornecido um touro, mas, apesar disso, o *acordo* continua a ter touro próprio, porque há nisso uma espécie de orgulho, e todos os povos da serra primam em que o seu seja o mais forte.

Quando as vezeiras de dois povos vizinhos se encontravam em currais próximos, era costume porem os touros à luta, para verem qual podia mais. Hoje, isso já raras vezes sucede. Pode-se ver neste facto o desejo inconsciente de apuramento das qualidades da espécie, pois desse touro dependem as novas gerações dos seus rebanhos.

As zonas de pastagem que pertencem às vacas ficam separadas, das dos bois, por paredes de pedra, que há já muito os serranos construíram, para impedir que os animais se misturem quando estão em currais próximos. Apesar de castrados, os bois continuam a ter cio, e não deixam as vacas pastar em paz, além de provocarem a

fúria do touro, que se pode lançar sobre os intrusos e causar grandes prejuízos.

Esta vezeira dura uns cinco meses; começa no dia 1 de Maio, e acaba no dia de Todos-os-Santos. Em Abril vão os do *acordo* preparar as cabanas dos diferentes currais, onde os pastores devem pernoitar durante o período que dura a vezeira.

O acto de reparar as cabanas, que como já dissemos, se chama *guiar* ou *retelhar*, costuma-se revestir de carácter solene e festivo, pois representa o início da grande época dos pastos, base da economia destes povos. Todos levam merendas e cabaças ou borrachas de vinho e, a uma determinada hora, encontram-se num ponto da serra de antemão escolhido pelo *Zelador*, onde comem e bebem com alegria, oferecendo uns aos outros das suas vitualhas, de maneira que, esta simples merenda, toma foros de festim, em que reina a maior fraternidade e espontaneidade.

No dia 1 de Maio, os donos fazem a entrega das vacas aos pastores, mas só passados três dias é que as vacas são consideradas *entregues*, caso se tenham *afeito*, e não tenham fugido da vezeira.

Passados os três dias, logo que uma vaca falte, o pastor tem de prevenir o dono e ir com ele pela serra procurá-la, não sendo responsável pela sua perda, desde que tenha cumprido a sua obrigação e vigiado sempre o rebanho. Se, porém, o pastor *desemparar* a vezeira, e os lobos matarem o animal, ou se este cair a qualquer barranco e morrer, ou for roubado, é então obrigado a pagá-lo ao dono.

Na vezeira das vacas há um, ou dois pastores, conforme os currais onde pernoitam, pois existem lugares mais perigosos e difíceis de vigiar. Estes pastores devem

ser de idade superior a vinte anos, e ficam só 36 horas na vezeira por cada turno que lhes cabe.

No primeiro dia, a ida para a serra é também solene e festiva. Além dos donos dos animais e dos primeiros pastores a quem compete iniciar a vezeira, vão as mulheres da *Junta* levar os utensílios, de que os pastores necessitam durante o tempo que dura a vezeira, e que são pertença do *acordo*.

São poucos os utensílios necessários para a vida na montanha: um pote de ferro para cozinhar, tigelas, colheres, garfos, um cântaro de água, um alvião e cordas, para *desenfragar* algum animal, que caia entre os rochedos. Estes utensílios ficam sempre em casa do último pastor, que esteve de serviço na vezeira do ano anterior, e que é responsável por eles, até os entregar no dia 1 de Maio do ano seguinte.

No último dia da vezeira, voltam as mulheres da *Junta* a buscar a tralha, e a levá-la para casa do pastor que regressa ao eido com a vezeira.

Durante o dia fica sempre um pastor ou dois, a quem cabe preparar a ceia para os que chegam do lugar, pois a entrada ao serviço faz-se ao fim da tarde, de maneira a estarem de noite sempre o dobro dos pastores, para poderem defender os animais de qualquer perigo, sobretudo dos ataques dos lobos.

Os pastores, quando chegam, comem da ceia oferecida pelos que já lá estão, e trazem consigo o necessário para as refeições do dia seguinte e para darem de ceiar aos que os vêm render no próximo dia.

Em geral, os mantimentos são sempre os mesmos: batatas, vagens ou feijões e boroa, e, para dar gosto, uma *torinha* (carne de porco salgada).

Os novos pastores, logo que chegam, recebem o gado dos que partem no dia seguinte de madrugada. Contam as vacas, e verificam se nada lhes falta, e tudo está em ordem. Daí por diante, são os responsáveis pelos animais até ao dia seguinte à noite.

Os gados pastam numa área, mais ou menos grande, à volta de cada curral, tendo sempre o cuidado de ao entardecer estarem novamente junto do curral.

O curral é uma chã de terra boa, humosa e fresca, onde nasce *feno* e onde às vezes semeiam também centeio, cujo produto pertence ao lugar, e serve para cobrir despesas comuns.

Muitos destes currais são de grande beleza. Árvores frondosas, sobretudo carvalhos seculares, estendem as sombras sobre relvados de verde tenro, onde os animais se estendem a descansar nas horas de maior calor. Aí perto corre sempre uma fonte de água fresca, que serve para os pastores prepararem as refeições e para matar a sede aos animais, ao partir e ao regressar do pasto. Reina uma paz imensa sob a doçura das grandes ramagens, através das quais se avistam os alcantis pedregosos das montanhas circundantes.

Todos os sábados, os pastores, que ficam de serviço, são obrigados, sob pena de multa, a *estradar* as cabanas, isto é, queimar os fetos que serviram de leito e fazer uma cama de fetos frescos, que abundam perto dos currais. Isto é muito importante, sobretudo por causa das pulgas, que se concentram nos fetos e tornam as noites um martírio. Cada pastor leva consigo uma manta de lã, para se aquecer de noite, mas muitas vezes têm de fazer fogo, pois nos pontos altos, mesmo de verão, há noites excessivamente frias. O pior é que têm



Os que não têm vezeira



O pastor chama a vezeira dos carneiros

de dormir em cabanas sem porta, para poderem vigiar os animais.

A VEZEIRA DOS BOIS

Esta vezeira é sensivelmente igual à das vacas, não só pela organização, que é idêntica, como pelas regiões em que pastam. Como já dissemos atrás, as áreas de pasto dos bois e das vacas estão em alguns sítios separadas por pequenos muros toscos, para evitar que se misturem e provoquem as fúrias do touro. Como para as vacas, os currais onde pernoitam e descansam nas horas de calor, são frescos, frequentemente arborizados e providos de cabanas para os pastores se abrigarem. Quando os pastos à volta dum curral se começam a esgotar, o *Zelador* e o *acordo* determinam para onde se deve deslocar.

A *vezeira* no ano de 1941 era de 125 bois, enquanto que a das vacas era só de 93, mas é preciso não esquecer que havia mais 50 vacas na *vezeira do eido*, por terem crias. Em 1945 já havia 147 bois e 148 vacas. Observamos aqui um fenómeno curioso, que é o oposto ao que costuma ocorrer nas regiões serranas, que vivem do pastoreio, em que predominam as fêmeas de maneira esmagadora. Na freguesia da Gralheira, da Serra de Montemuro, por exemplo, quase só há fêmeas. Aqui, pelo contrário, vemos enorme percentagem de machos castrados nos rebanhos, o que mostra que se dedicam mais à engorda de animais para venda de carne, que ao aproveitamento do leite e seus derivados. Isto deve explicar-se pela fraca qualidade de pastos, que sendo muito extensos, não são abundantes a ponto de permitirem alimentar os animais nas cortes.

Além das condições naturais serem talvez más, para uma activa indústria de lacticínios, há ainda a dificuldade de encontrar mercados próximos, razão bastante para os não animar a uma tentativa de melhor aproveitamento do leite. Há várias regiões da Europa, onde os gados são obrigados a longas permanências fora dos estábulos, e nem por isso os habitantes deixam de tirar do leite uma das suas maiores fontes de receita. Nos Alpes da Baviera, é costume as vacas subirem na Primavera para os cimos das montanhas, após a fusão das neves. Mas têm estábulos (*Almen*) onde pernoitam, e onde vive uma pastora (*Sennerin*) que lhes tira o leite e faz a manteiga e, às vezes, queijo. Na Suíça, no Vale de Anniviers, onde os rebanhos se deslocam juntamente com toda a população, ou parte dela, em diferentes épocas do ano, para determinados pontos do vale, onde têm aldeias, que só habitam temporariamente, também fabricam manteiga em abundância. Vê-se, por isto, que não é só a necessidade de ter os animais *apastorados*, uma época do ano, que explica a impossibilidade de lhes aproveitar o leite. Inclina-mo-nos mais para que, a falta de exploração dos lacticínios em Vilarinho, provenha da pobreza dos pastos, que não permitem uma produção de leite abundante. Tanto aqui, como em várias regiões do País, em que existe economia agro-pastoril, a exiguidade dos pastos e a utilização dos animais para trabalho impede a produção de leite suficiente para uma exploração industrial.

No concelho de Bragança, em aldeias como: Rio de Onor, Guadramil, Petisqueira, etc., que têm rebanhos de vacas, nem leite tiram para gasto da terra, pois as vacas só dão o estritamente necessário para alimentar as crias.

No Barroso, onde os pastos são melhores, há aldeias, como Carvalhos, em que se fabrica boa manteiga, mas em muitas outras só se faz esporadicamente. Segundo informação local, muitos camponeses preferem (*prosam*) ter os animais gordos, a aproveitar-lhes o leite, o que certamente não se explicaria se os pastos fossem verdadeiramente ricos, como nas regiões alpinas.

Em Vilarinho não falta leite para gasto da terra, e a produção é certamente superior à das aldeias do Nordeste de Bragança, mas não cremos que seja susceptível de vir a sustentar uma indústria de lacticínios, mesmo que se estudem processos mais racionais de criação e alimentação dos gados. As lameiras, que dão feno, são muito poucas, e a forragem verde, aproveitada do milho, dura uma pequena parte do ano. Por isso, os animais são obrigados a aproveitar os pastos de serra extensos, mas magros e pouco próprios para a alimentação do gado leiteiro. Agrava ainda a situação, a distância que separa os diferentes currais, obrigando a vezeira a constantes deslocações, duns lugares da serra para outros. Foi com certeza a experiência de muitas gerações que levou os furnenses a dedicarem-se, sobretudo, à criação de animais para engorda. O boi castrado atinge maior corpulência que a vaca, e portanto torna-se mais rendoso do que esta. Por isso, ao lado dum rebanho de vacas, criaram outro de bois castrados, conseguindo melhor rendimento dos pastos de montanha, próprios para a alimentação dos bovinos, pois, grandes tratos da serra são tão ásperos, que só as cabras se lá podem aventurar.

A castração faz-se pelo bárbaro processo de esmagamento. Colocam o animal de maneira que os testículos

fiquem sobre um cepo e descarregam-lhe várias pancadas com um maço de pau (1).

É curioso como o habitante de Vilarinho da Furna, à custa duma excelente organização colectiva, conseguiu evitar as ausências de casa a que são obrigados outros povos ou, pelo menos, parte dos seus habitantes. Como vimos, o furnense só vai passar 36 horas à serra, de tempos a tempos, quando lhe cabe a vez, e não deixa de ter o relativo conforto duma cabana.

VEZEIRA DA RÊS

Esta vezeira é anual, mas sai de manhã e recolhe à noite. Todas as manhãs, os pastores a quem cabe a vez vigiar o rebanho, colocam-se num certo ponto da povoação e gritam: *botai-la rês; botai-la rês*. A este sinal, os respectivos donos abrem as cortes às cabras, que se dirigem para o lugar onde estão os pastores, e partem através da povoação com grande barulho de chocalhos, balidos e berros dos pastores e dos donos.

Quando, à noite, o rebanho chega ao lugar, os pastores gritam: *estrema! estrema!* e as cabras e reixelos lá vão à procura das suas cortes, onde os camponeses os contam a ver se estão certos para os poderem então guardar. Se falta algum, o dono vai no dia seguinte

(1) Este processo embora não seja tão bárbaro como o usado pelos esquimós, que castram as renas com os dentes (*), é contudo horroroso pelo que faz sofrer os animais.

(*) André Leroi — Gourhan, «La civilisation du renne» (7.^a ed.), Paris, 1936, pág. 147.



Saida da rês



A vezira dos carneiros

de manhã procurá-lo, com o pastor que os guardou na véspera.

Às vezes os lobos encarregam-se de os não deixar esperar pelo dia seguinte.

A vezeira das cabras é muito fatigante, e exige uma resistência e cuidados enormes. Por isso, leva três pastores, dois dos quais devem ter mais de vinte anos, e o terceiro mais de quinze. Os terrenos em que pasta a *vezeira da rés*, são por vezes muitíssimo ásperos e alcançtilados, de maneira que nem todos os tipos de gado caprino se adaptam à região. Eles usam um tipo especial, a que chamam *rés brava*, e que difere bastante da maior parte do gado caprino que se vê pelo país. Teria havido cruzamento com a cabra brava do Gerês, hoje extinta? Não sabemos. O certo, é este animal ter condições especiais de adaptabilidade à aspereza da serra.

Link, ao falar da cabra brava do Gerês, que ainda viu, e que classificou como: *capra aegagrus Pall.*, disse que era um animal maior e mais robusto que a cabra doméstica da região. Mas achou-a tão semelhante, que pergunta se a cabra brava seria a doméstica tornada selvagem, ou se a doméstica se pode filiar na brava. Apesar das diferenças, que os animais apresentavam, inclinava-se a aceitar esta hipótese ⁽²⁾.

Os pastores das cabras fazem também serviço à vez, tendo cada casa de dar um homem, por cada vinte cabeças que possua. Tanto faz ter uma ou duas, como dezanove, são sempre obrigados a dar um dia. Quando todos cumprirem os dias que lhes estão designados, volta ao princípio, e assim sucessivamente todo o ano.

(2) Link, « Voyage en Portugal », vol. II, pág. 24.

O rebanho da rês é muito grande, em 1941 tinha 1.500 cabeças, e como a cabra é um animal irrequieto e voraz, sempre à procura de novo pasto, sem gostar de se deter, percorre todos os dias grandes distâncias e vai, às vezes, para lugares tão inacessíveis do Vale da Ribeira das Furnas, que chegam a ficar lá algumas, vários dias, sem se poderem tirar.

Como os lobos atacam de preferência o gado miúdo, os pastores têm de estar vigilantes, a fim de não deixarem nenhuma cabeça de gado abandonada durante a noite.

Esta vezeira tem também diferentes áreas de pastos durante o ano. Na primavera e no verão, as cabras pastam nas encostas da Serra da Amarela, e não podem passar do *Couto do Muro* e *Pedras do Porfeito* (*Fraga do Abutre*). O pastor que deixe o rebanho ultrapassar estes limites paga 5\$00 de multa. Quando, porém, as vezeiras do gado descem ao *eido*, no dia de Todos-os-Santos, abre-se então a serra à rês, que aproveita ainda aquilo que o gado bovino deixou, rapando tudo que encontra, até ao Natal. Nesta ocasião, abrem os *coutados* de inverno, que ficam mais perto da povoação, em encostas mais abrigadas do frio e mais fáceis de vigiar, permitindo ao gado aproveitar as poucas horas de claridade, sem perder tempo com grandes deslocações, e facilitando aos pastores a vigilância contra os lobos, que no inverno são mais para temer.

Os rebanhos compõem-se de fêmeas e machos, a que chamam: *cabras* e *reixelos*.

Os *reixelos*, a que às vezes chamam *chibos* e *cabrões*, são na maioria castrados para engordarem melhor e serem vendidos para matar. Como dissemos, há anos

em que separam as cabras e os reixelos inteiros, dos reixelos capados, para que estes não cansem as cabras inútilmente.

Já Link se refere à grande quantidade de bodes criados em Vilarinho, e cujas peles iam para o Alto Douro, para a preparação de odres para vinho ⁽³⁾.

Às cabras pequenas chamam *cabritas*, e *reixelinhos* aos reixelos pequenos. Na região da Peneda chamam *godalho* aos chibos. O termo *bode*, tão vulgar, é aqui desconhecido. Em regiões mais orientais do nosso País, reixelo designa umas vezes carneiro, outras vezes cabra e, ainda noutros sítios, aplica-se ao gado miúdo em geral. Em Vilarinho, porém, é só para a cabra macho. Os pastores têm muitas maneiras de designar os animais pelas diferentes cores ou malhas que apresentam. *Rola* é a cabra preta atrás e branca à frente; *parda* a de cor indefinida; *bragada* é a que é preta por cima e pardacenta por baixo e tem listas pardas no focinho; *rusa* a que é preta com malhas; *nogueira* quando é preta à frente e pardacenta atrás; *pisca* quando é esbranquiçada; *castanha* se é escura; *cereja* se é avermelhada; e *preta* e *branca* quando são todas de uma ou outra destas cores.

Este animal constitui uma das riquezas do habitante de Vilarinho, e deve representar o melhor aproveitamento daquelas encostas ásperas e secas. Se a cabra é, em certas regiões, um grande flagelo, contribuindo para a desarborização, aqui está no seu meio próprio, e suprimi-la, seria suprimir uma riqueza que nenhuma outra vinha substituir.

(3) Link, «Voyage en Portugal», vol. II, pág. 29.

Noutros tempos, o hábito de lançar fogo aos matos para activar a rebentação das plantas rasteiras, como ainda hoje se faz noutras regiões do País, tornava muito mais perniciosa a criação caprina. Felizmente, tal costume desapareceu de Vilarinho, e os pastos estão longe de se esgotar, visto que o número de cabeças tem aumentado nestes últimos anos.

O *rebanho da rês* de Vilarinho é uma das notas mais características da região, sobretudo quando ao fim da tarde começa a descer as encostas sobranceiras à povoação. A aldeia enche-se com o barulho dos balidos e dos chocalhos e, na serenidade da tarde, aquela horda invasora tem qualquer coisa de fascinador.

É tão íntimo o contacto do serrano com os animais, com quem convive desde criança, que desenvolve uma extraordinária capacidade fisionómica em relação a eles, que falta ao comum dos homens. Era notável neste particular o Domingos Geira, que à chegada das várias dezenas de cabras, que a sua família possuía, notava logo a falta dum determinado animal, sem precisar de o contar. Para ele não se tratava dum certo número abstracto de cabeças, mas de animais bem definidos e conhecidos ⁽⁴⁾.

Os pastores, às cabras, só assobiam ou dizem *arre*, mas dirigem-nas bastante à pedrada. Como acima dissemos, o rebanho da rês era de 1.500 cabeças em 1941. Porém em 1945 já havia subido para 2.344 das quais 1.702 eram cabras e 642 reixelos. Este aumento súbito deve resultar da subida do preço da carne, ocasionado pela guerra, que veio despertar a ganância do serrano.

(4) Thurnwald, «L'économie primitive», Paris, 1936. Refere-se a este fenómeno entre povos pastores primitivos.



A caminho dos pastos



Familia de camponeses

É possível que a própria guerra e o post-guerra venham a originar uma tendência que, a acentuar-se, provocará a crise, que marcará o fim da vida comunitária ⁽⁵⁾. Se a ambição do lucro individual despertar, os rebanhos atingirão rapidamente a saturação e, com a insuficiência de pastos, nascerá a discórdia, que conduz à individualização da propriedade. O serrano de Vilarinho não tem, em geral, bem nítido o sentido da riqueza individual, como o cidadão moderno. Alguns possuem só duas ou três cabras, embora a organização lhes não imponha limite de número; tanto podiam ter vinte ou trinta, como duzentas ou trezentas. Isto dá-se pela especial feição psíquica dum povo em que predomina a tradição, ou a rotina, que o impede de raciocinar de maneira prática e visando fins distantes. Para eles, viver é o quotidiano; o pão nosso de cada dia. Há, naturalmente, umas duas ou três famílias, em que isto já se não passa desta maneira simples, ou porque o contacto com outro mundo lhes criou novas necessidades e hábitos e um conceito de vida menos simplista, ou então porque a ambição venceu melhor certos indivíduos.

A verdade é que, em muitas regiões, onde há baldios comuns, e, portanto, não há limitação para os gados de cada um, a maioria não procura ir além daquela conta, que já os seus costumavam ter, senão quando qualquer despesa extraordinária os obriga a aumentar os proventos. A atitude individualista do homem moderno, que não conhece limites à ambição, é muito rara nestas regiões comunitárias.

(5) A tendência para aumentar o número de cabeças mantém-se, pois, este ano (1948), o rebanho da rês já atingiu 2.467 cabeças (1.784 cabras e 683 reixelos).

Porém dá-se, às vezes, o caso de um vizinho regressar, depois de anos de permanência no estrangeiro, onde lutou ferozmente pela existência, com esse espírito prático e ambicioso, que caracteriza a nossa época. Então, bem depressa surgem a miséria e os ódios, a minar a organização comunitária, só possível enquanto todos vivem unidos por um conceito de vida à base da moral de fraternidade. No momento em que um, explora desumanamente o seu conterrâneo, com as habilidades e o dinheiro adquiridos barato noutras paragens, está lançado o germe do mal, e a paz desaparece para ser substituída pela concorrência individualista.

Conhecemos um exemplo perfeito dum caso destes. Numa aldeia serrana da Beira Alta, em que reinava a tranquilidade feliz que dá essa fraternidade simples e a caridade espontânea, nasceram em poucos anos, ódios, miséria, doença e a imoralidade mais abjecta, só porque um homem regressou de Lisboa com umas boas dezenas de contos e com ausência completa de escrúpulos. Começou a explorar a simplicidade dos seus companheiros de infância com hipotecas, dinheiro emprestado a juros incríveis, ameaças de questões no tribunal, testemunhas pagas ou coagidas, até conseguir em poucos anos apossar-se de grande parte das melhores terras da sua aldeia.

Os pastos de Vilarinho têm até hoje alimentado os gados de todos, porque se não desenvolveu entre eles o espírito individualista, acompanhado da ambição que lhe é peculiar, pois nesse dia a organização comunitária está seriamente ameaçada.

Este aumento formidável do número de cabeças em quatro anos é já um sintoma pouco tranquilizador.

MARCAS

Cada vizinho tem uns sinais especiais para marcar os cornos das cabras, a fim de melhor as poder distinguir. Esses sinais servem ainda para provar que o animal é seu no caso do mesmo se perder no monte e ir cair em mãos de gente de outras aldeias.

Estas marcas, se bem que se golpeiem também as orelhas dos animais para o mesmo fim, são decisivas para provar a proveniência da cabra, pois a marca é um sinal de família, por todos conhecido, e com frequência gravado nas portas das cortes.

Vão aqui as diferentes marcas dos principais possuidores de cabras:

Geira \mathcal{Z} a fogo no corno direito.

Fecha \mathbb{F} com lima no corno direito.

Outeiro \mathcal{C} a fogo.

João Berdego \mathcal{B} a fogo.

Manuel Berdego \mathcal{B} a fogo (vive em casa própria).

António Canedas \mathcal{Q} a fogo.

Lojas \mathcal{L} à serra (um sinal em cada corno).

Teresa do Jões \mathcal{J} com serra.

José do Geira \mathcal{J} a fogo.

Domingos Galante \mathcal{G} à serra.

Manuel Picado \mathcal{P} (um sinal em cada corno).

Delaida do Creto \mathcal{C} a fogo (um num galho e dois noutro).

António Picado \mathcal{P} (um em cada galho).

António Canedas (filho) \mathcal{A} a fogo.

Manuel do Quelha \mathbb{F} à serra.

António Bogalheiro 9
 José Lojas ㄨ ㄨ (um em cada corno) (6).
 António Francisco ≡ à serra.
 Lourenço ∨ à serra.
 Serafim do Pinto 9
 António do Pinto 9
 Manuel Martins ㄥ 3 a fogo.
 Joaquim Cacheiro ⊥ a fogo.
 Júlia Meroga X à serra.
 José Carreira ~ à serra.
 João de Além ⊙ .

VEZEIRA DOS CARNEIROS

A vezeira dos carneiros é muito mais pequena que a da rês (em 1941 tinha 100 ovelhas e 150 carneiros) e pasta nas encostas da margem esquerda do Rio Homem, na Serra do Gerês, onde a área de pastos, que lhe pertence, é muito menos extensa que a das cabras, mas de melhor qualidade. A região de pastos, de que Vilarinho da Furna dispõe na Serra da Amarela, é demasiado agreste e alcantilada para a criação de carneiros.

Desta maneira, o número de cabeças tem de se limitar às reduzidas possibilidades das encostas do Rio Homem.

Contudo, em 1945 o número de ovelhas tinha subido para 159 e o de carneiros baixado para 126, mostrando um acréscimo total de 35 cabeças, e em 1948

(6) O tetráscelo usado pela família Lojas pode-se relacionar com marcas idênticas utilizadas pelos pastores Indo-Europeus. Künssberg reproduz um corno de cabra com uma suástica, gravada a fogo, encontrado em Tavetsch (Eberhard Frhr. von Künssberg, *Rechtliche Volkskunde*, Halle 1936, lámina XIII).

as ovelhas já são 180 e os carneiros 148, ou sejam mais 43 cabeças.

Como vemos, dá-se aqui um fenómeno idêntico ao já observado nos outros rebanhos; aumento do número total de cabeças, e de fêmeas em relação aos machos. Enquanto que o princípio de manter rebanhos de machos castrados em maior quantidade, que o de fêmeas, estabiliza o número total de cabeças, visto aqueles não se reproduzirem, a tendência contrária, que agora se verifica, mostra como a economia de guerra, com a ânsia de lucros, que a costuma acompanhar, veio modificar os hábitos locais. Para se aproveitarem duma época em que a carne e a lã dão grande lucro, correm o risco de excederem os limites razoáveis que as pastagens oferecem.

A rudeza de clima parece ser excessiva para os ovinos que, segundo afirmam, morrem em grande número nos invernos mais frios. Contudo, o rebanho da povoação é suficiente para fornecer a lã de que os habitantes necessitam para o seu uso, e isso é quanto basta.

Esta vezeira tem só um pastor, com mais de 15 anos, pois, dado o número reduzido de animais e a amenidade dos terrenos, a tarefa é fácil e de pouca responsabilidade.

Cada proprietário tem de dar um dia de trabalho por cada 10 carneiros que possua, andando à roda também pelos diferentes donos, o dia que devem ir com a vezeira. O pastor, que vai com a vezeira dos carneiros, toca uma buzina ao romper do dia, e os donos soltam os animais que se juntam em rebanho e saem com o pastor pela ponte da povoação a caminho da Serra do Gerês (7).

(7) Ver sobre o emprego da corneta de chifre, o que se disse na nota 4 da pág. 57.

Ao fim da tarde volta o rebanho à povoação e os animais procuram as cortes.

Os carneiros pequenos são *anhos* e as ovelhas pequenas *anhas*, e não se usam os termos, cordeiro e borrego.

VEZEIRA DO EIDO

Esta vezeira é só composta pelas vacas com cria, ou prestes a parir, e que por isso devem vir dormir às cortes. São, como já dissemos, as únicas vacas cujo leite é aproveitado pela povoação para os seus gastos, ou para fazer manteiga, mas tudo isto em muito pequena escala, pois os habitantes de Vilarinho não gostam de alimentar os bezerros artificialmente, e deixam-nos mamar tudo quanto eles querem, de maneira que não sobra demasiado leite para consumo.

Os pastos destinados a esta vezeira ficam perto da povoação, são bastante ricos, e fornecem abundante alimento sem obrigar os animais a constantes deslocações. O pastor que fica de vigia tem somente de estar atento, para que o gado não entre nos campos, que confinam com as pastagens.

A escolha de pastor é também à vez, como nas outras vezeiras, e faz-se entre os membros do *acordo*.

Em 1941 havia 50 vacas nesta vezeira, com um número de crias aproximadamente igual. Às crias também chamam *bezerritos*.

RÊS DA PARTE

Este rebanho de cabras e reixelos é de um ou dois vizinhos, que possuem muitos animais, e que de acordo

com o *Zelador* e a *Junta*, vai pastar à parte, com pastores próprios, para a área de pastos atribuída à vezeira das cabras, e está sujeito às mesmas formalidades e penas desta última. Isto tem a vantagem de descongestionar o rebanho comum e permitir que os animais pastem mais à vontade e se desenvolvam melhor.

GADO AO FEIRIO

Isto é um rebanho sem pastor, que vive entregue a si próprio durante grandes temporadas, ou todo o ano. Cândido de Figueiredo, regista *feirio*, como termo do Gerês, significando gado *vacum* que anda em liberdade na serra à procura de pastos. Vemos, porém, que também serve para designar o gado cavalari em liberdade.

No Alentejo são muito usados os termos: *alfeiro* e *alfeirio* relacionados com o étimo árabe *al-beire*, que possivelmente também deu a palavra *feirio* do Gerês. Em Beja, gado *alfeirio*, é aquele que não anda para engordar, mas noutras regiões do Alentejo, a mesma expressão designa rebanhos sem crias nem animais prenhes. Portanto, se no próprio Alentejo já tem significados diferentes, também é natural que na Amarela e no Gerês ainda tomasse outro, além da transformação fonética que sofreu.

Própriamente ao *feirio* só andam hoje, em Vilarinho da Furna, os cavalos e éguas garranas, que em 1942 eram aproximadamente 45, e pastam muitas vezes juntos com o gado cavalari espanhol, pois as áreas de pastos galegas e portuguesas são nesta região tradicionais, e independentes da fronteira política, como adiante veremos.

Além disso, a afinidade étnica e linguística que existe entre os povos das duas províncias, embora pertencentes a nações diferentes, faz com que os habitantes se considerem bons vizinhos (em muitos casos são mesmo parentes) e, portanto, não há inconveniente em que os animais se misturem e pastem em comum. Os donos vão, de tempos a tempos, à serra ver onde andam os animais, e procuram separá-los novamente. Numa relação de currais, que damos no fim deste capítulo, vê-se a quantidade enorme de currais que os portugueses de Vilarinho possuem em Espanha, o que com certeza remonta a época muito antiga, e que o uso obriga a respeitar.

Quando o pastor quer levar um animal à feira, sobe à serra e sem grande dificuldade o descobre entre os outros, coisa que pode parecer quase impossível ao cidadão. A maior dificuldade consiste em agarrá-lo, o que consegue com artimanhas ou laçando-o, quando não vai de outra maneira.

As éguas têm as crias na serra, e aí crescem em inteira liberdade. É certo que por vezes algumas são presa dos lobos, embora isto não seja muito frequente, pois o gado cavalgar em estado semi-selvagem sabe-se defender das feras. Além das éguas e dos cavalos garranos não há mais nenhum rebanho que fique habitualmente ao feirio. Como já dissemos, os bois podem também ficar ao feirio, quando acaba a vezeira, e o tempo ainda vai bom para pastar na serra. Mas isto é acidental e de curta duração. Na Serra da Peneda são frequentes os rebanhos de bovinos ao feirio, e na Serra do Oural, não só de bovinos, como de cavalos.

PORCOS

O porco não é criado em Vilarinho. Os habitantes compram os leitões nas feiras do Minho e *cevam-nos* nas cortes, com lavagem de legumes e farinha, até estarem bons para matar. Os porcos pequenos são os *bacorinhos* e os adultos *porcos*. Como a criação do porco não existe, apesar de terem uns 200, não há nada de especial a contar. Para incitar os porcos, ou para os chamar, dizem: *Tchu, tchuss, cotchino, tchico anda.*

CURRAIS

Damos aqui a relação dos diferentes currais da serra, onde os animais costumam pastar e pernoitar, muitos dos quais ficam em Espanha. O direito aos pastos espanhóis, assentava num direito muito antigo, mas a arborização das montanhas pelos Serviços Florestais da nação vizinha, vem em breve dar mais um golpe na economia pastoril de Vilarinho.

CURRAIS DAS VACAS

Prados dos Caveiros
Albergaria
Chão de S. Miguel
Chão do Vidoal
Chão do Ramisquedo
Chão de Peijoanas.

CURRAIS DOS BOIS

Chão de Separros
Chão dos Toiros
Chão do Ramisquedo
Chão do Porto Covo
Chão da Fonte.

CURRAIS DAS ÈGUAS

Mouroás (Espanha)
Chão Galego (Espanha)
Lama do Picão (Espanha)
Costa de Gidela (Espanha)
Costa de Negrelas (Espanha)
Cabecinhas de Pinheiro (Fronteira, parte em Espanha e parte em Portugal)
Curral das Palas (Espanha)
Rio de Calvos (Espanha)
Porta Ribedo (Espanha)
Chão dos Fojos (Espanha)
Onde morreu Martinho (Espanha)
Fecha da Velha (Espanha)
Peito da Broca (Espanha)
Chão dos Toiros (Fronteira)
Banhadoiro (Fronteira)
Uêlo (Fronteira)
Chão de Calvos (Portugal)
Chão de Carvalho (Portugal)
Chão das Pocinhas (Portugal)

Cabeça de Palheiros (Portugal)
Carvalha 36 (Fronteira)
Palheiros (Portugal)
Corga das Cabanas (Portugal)
Gramelas (Portugal)
Corisco (Portugal)
Chão dos Cesteiros (Portugal)
Chão do Terrão (Portugal)
Portela do Homem (Portugal).

LACTICÍNIOS

Leite. Os habitantes de Vilarinho da Furna não aproveitam o leite como fonte de receita. Por razões que já apontamos ao estudar a Vezeira das Vacas, não lhes dá resultado venderem o leite ou seus derivados, e preferem alimentar bem as crias, que depois vendem mais facilmente.

Portanto, só utilizam o que sobra da amamentação dos animais, uns consumindo-o mesmo cru, outros fervido, ou fazem papas com farinha milha e sal, a que chamam *sopa de leite*.

A *manteiga* é pouco utilizada, mas há sempre quem a prepare de tempos a tempos. O processo usado é o seguinte: deitam o leite numa panela de barro, que colocam na pedra atrás da lareira durante 24 horas. Depois *massam-no* com *rolhas de pau*, isto é, um vaso tapado em cima por uma roda de madeira, com um orifício ao centro, por onde passa uma vara de madeira, com uma espécie de rolha de pau na extremidade inferior, e com um cabo na superior, que se acciona com a mão, batendo

para cima e para baixo. Quando a manteiga vem à superfície, colhe-se para um prato, e põe-se depois a cozer numa caçarola em cima das brasas. Algum tempo depois tira-se a *escuma*, que está por cima, e fica a manteiga muito *marelinha*. Outros também a utilizam crua.

Este sistema de fabricar a manteiga faz recordar um processo que se usava em algumas primitivas aldeias francesas, onde utilizavam um aparelho parecido com o *rolhas-de-pau*, chamado *la baratte*, e que remonta ao tempo dos celtas e dos germanos em França. Foram eles que, por este processo, substituíram um mais antigo, então em uso, que era o de meter o leite, em odres, que depois calcavam com as mãos ⁽⁸⁾.

No Barroso (Carvalhos) ainda hoje fazem a manteiga deitando o leite numa vasilha e batendo-o com a mão.

Queijo. É ainda mais raro fazerem queijo que manteiga. Só um ou outro aproveita, às vezes, leite de cabra, ou de ovelha, para fazer um queijito para consumo.

Embora as estradas florestais tivessem tornado mais fáceis as comunicações com Vilarinho, os transportes porém, continuam a impedir um maior desenvolvimento da exploração dos lacticínios. Por isso, concentram-se todos os cuidados nas crias, que se transportam a si próprias, e são o aproveitamento mais remunerador do leite.

(8) Musée Retrospectif du Groupe VII, Agriculture, Exposition Universelle Internationale de 1900 à Paris.

Rapport de M. Jules Sain. (Neste trabalho vem reproduzida uma *Baratte* de madeira de Ariège (collection Vergues)).

CAPÍTULO VI

AGRICULTURA

ABELHAS, ALFAIAS AGRÍCOLAS, CARROS E OUTROS PROCESSOS DE TRANSPORTE

Se bem que Vilarinho da Furna disponha duma área agricultável bastante reduzida, pois limita-se às terras de aluvião dos estreitos vales do Rio Homem e da Ribeira das Furnas, no ponto de confluência destes, é contudo notável a variedade de culturas, que a sua excepcional topografia torna possível, de maneira a fornecer os habitantes de todos os géneros alimentícios, que eles quotidianamente consomem.

Além da situação topográfica ideal, dum vale virado ao sul e protegido dos ventos frios por altas paredes de montanhas, a abundância de águas de rega permite dar à cultura do milho um grande desenvolvimento, a ponto de tornar este cereal o principal alimento da população de Vilarinho.

Outra excelência de Vilarinho da Furna, que nas regiões serranas é rara, é o vinho. A vinha de ramadas e de enforcado, juntamente com os campos de milho,

dão a Vilarinho, nos meses de verão, um aspecto risonho e festivo como o dos vales ribeirinhos do Minho, a contrastar fortemente com as grandes encostas alcantiladas e bravias, que se erguem logo atrás dos últimos campos.

Os principais produtos desta pequena bacia fértil são: milho, centeio, vinho, batata, feijão, fruta, linho e hortaliças.

A oliveira não se desenvolve bem, pois os frutos não chegam a amadurar perfeitamente, e poucas existem.

O MILHO

Há duas espécies de cultura de milho, a que chamam respectivamente: milho *temporão* e *serôdio*, ou de *restivada*. O temporão semeia-se na primeira quinzena de Maio, e amadurece em Agosto ou Setembro. O serôdio é semeado nos campos em que se ceifou o centeio, ou seja no mês de Junho. Este milho pouco se desenvolve, e em anos desfavoráveis não chega a deitar espiga, e só serve de forragem para o gado.

Para cada uma destas sementeiras há sementes próprias. As sementeiras tanto podem ser feitas por homens, como por mulheres. Ao semear o milho ou o centeio, trazem a semente num cestinho, que vão enchendo dum saco que levam para o campo. Mas a aveia de semente leva-se num balde.

As lavras do milho, quer seja *temporão*, quer de *restivada* ou *segada*, fazem-se com charrua de ferro. Em geral é o homem que lava, mas há mulheres que se ageitam, e que, em caso de doença ou ausência do homem da casa, o fazem. Há uns quarenta anos, usava-se um vessadouro de



A caminho da sacha



Um lavrador-pastor, com o típico avental das costas

pau com carreta e sega individualizada, que adiante descrevemos.

Antes da sementeira faz-se a estrumação com estrume de curral.

O milho temporão é o mais importante, e tem os seus campos próprios, onde se pode fazer uma activa irrigação durante os meses secos de verão. A rega é a operação que mais trabalho dá ao lavrador, pois a necessidade de aproveitar as águas correntes de pequenas ribeiras, que pertencem a várias pessoas, e só podem ser utilizadas à vez, faz com que uns reguem de dia e outros de noite.

Quando o milho atinge um certo desenvolvimento, o lavrador tem de o *mondar*, isto é, arrancar os pés que nasceram demasiado bastos e impedem o crescimento dos outros. O produto da monda serve de forragem. Depois do milho haver atingido quase que o máximo desenvolvimento, começa a época de cortar o *pendão* ou *bandeira*, visto que já desempenhou a sua função fecundante, e serve de alimento às vacas do eido.

Pelos meses de Agosto e Setembro, o milho começa a amarelecer. As *espigas* tumefactas mostram que a maturação está feita, e o lavrador começa a cortar o milho com a fouchinha. O milho é depois deitado aos *braçados* num carro, e transportado para a *eira*, onde fazem grandes *moreias*, que são *desfolhadas*, em grupo.

As esfolhadas são motivo de alegria e canções cantadas em coro, mas estão longe de atingir o aspecto festivo e exuberante tão frequente nas terras baixas do Minho.

As espigas, depois de esfolhadas, vão para as *sequeiras*, onde estão um tempo a secar, e são depois transpor-

tadas para os *canastros*, donde só são tiradas para malhar, conforme as necessidades de consumo. A malha é feita dentro do *ladrilho*, onde o lavrador bate o milho com o malho.

Outros há que usam um *malhador*, instrumento que será descrito adiante, e que serve para separar o grão do carolo, batendo-o com um maço, ou com os pés calçados de socos. Mas a variedade de processos é enorme, e até há quem meta as espigas num cesto e as calque com os pés.

O grão, que não vai logo para moer, fica em casa metido em arcas. Para o transportar para o moinho usam um *fole*, feito de pele de cabra cortida. O carolo só serve para queimar na lareira.

Com a palha do milho que fica depois da esfolhada, fazem-se grandes molhos, *copas*, amarradas com *verga* de colmo, que se guarda para os gados irem comendo pelo inverno fora.

CENTEIO

A cultura do centeio, além de exigir menos cuidados que a do milho, não tem a importância deste na alimentação do habitante de Vilarinho, porque poucas são as terras que se prestam à sua cultura. O centeio é semeado nas *veigas*, depois de *coroadas* (decruadas, de decruar), isto é, lavradas com arado ligeiro de pau, *arado de coroar*.

A sementeira faz-se durante o mês de Outubro. Para *margear* não têm arado especial, mas amarram um molho de giestas por cima das aivecas, que fazem o mesmo efeito. O centeio fica na terra durante todo o inverno, e só em Junho está pronto a ser *segado*.

SEGADA

As segadas são uma das operações agrícolas ainda submetidas à organização comunitária. O Zelador é que marca o dia da segada, e só os lavradores mais pequenos o podem fazer na véspera. Quando o Zelador vê que está tudo segado, dá um toque de corno, para anunciar que se podem começar a lavrar as terras do *restolho*. Desta maneira evita-se que, os que vão lavrar, causem prejuízos nos campos que ainda têm centeio, pois os terrenos estão de tal maneira retalhados por sucessivas heranças, que é difícil conseguir chegar a um campo, sem passar por os dos outros.

O centeio, depois de ceifado, coloca-se em *medeiros*, onde fica até ser levado para a eira acabar de secar, para depois ser malhado.

A MALHA

A malha faz-se na eira, batendo com o centeio numas pedras e, depois, colocando-o em cima dum banco, e batendo-o novamente com um *fueiro*. Só os que colhem maior quantidade, fazem o que se chama uma *malha*. Junta-se um grupo de homens (em geral dez, cinco de cada lado), que batem com malhos o centeio estendido na eira. Começam numa ponta e vão caminhando lentamente através da eira. Enquanto um grupo avança, o outro recua na sua frente, e batem alternadamente e com cadência. De tempos a tempos, o espírito de competição e o vinho leva-os a acelerar a cadência e a aumen-

tar a violência das pancadas, procurando cada grupo bater mais forte que o outro.

Tanto no fim da segada, como nas malhas, reina um tom alegre e festivo, e não raro se faz uma pequena festa com alguns instrumentos de música popular, pois estas operações representam a coroa de glória de todo um ano de labutas e incertezas.

FEIJÃO

O feijão é semeado juntamente com o milho, cujo caule, às vezes, aproveita como estaca para trepar. Nas hortas também se semeiam qualidades diferentes, que trepam por estacas altas, e, ou se comem verdes durante o verão, as *bages*, ou amadurecem e dão um feijão grande, que se come seco. As qualidades pequenas, semeadas com o milho, duram todo o ano, e são também malhadas com malho, mas as maiores debulham-se à mão.

BATATA

A cultura da batata nada tem de especial. Cultiva-se de maneira a chegar para o consumo, tanto nos terrenos de horta murados, junto à povoação, como nos campos que lhe ficam perto. Mas, hoje em dia, também se vai cultivando em terrenos mais distantes.

VINHO

Há diferentes castas de vide em Vilarinho da Furna, como: *borraçal*, *padeiro*, *vinhão* e *americano*. Este último é

o mais espalhado, pela invulgar resistência às doenças, não necessitando de sulfato nem de enxofre, o que, para esta gente, muito pobre de dinheiro, representa extraordinária vantagem. O vinho, mais americano que verde, é fresco e muito agradável no verão.

Há diferentes maneiras de cultivar as vides. Uma vez têm como suporte, carvalhos ou cerdeiras, pelos quais trepam e com cuja ramagem se confundem, as *uveiras*; outras vezes apoiam-se em arames e paus atravessados sobre esteios, os *cebeiros*; e ainda em forma de ramada, em arames estendidos dumas paredes para outras, junto às casas, as *latas*.

O vinho não é muito cuidado; não o costumam enxofrar ou sulfatar, mas nem por isso deixa de ser uma bebida agradável. No princípio do Outono fazem-se as *vindimas*, que nada têm de notável. Levam as uvas em cestos para os lagares ou dornas, onde são pisadas pelos homens da casa, sendo os resíduos, em seguida, prensados na *imprensa*. Aos resíduos do vinho chamam *bagaço* ou *brolho*, e servem para fabricar a *água-pé*, que adiante descrevemos. Este brolho, depois de seco, ainda vai para o *lambique* para destilar, produzindo aguardente bagaceira que, sobretudo no inverno, tem grande aplicação.

L I N H O

Para o cultivo do linho escolhem-se terras frescas e bem regadas por água de lima. Esta planta sofre enorme quantidade de operações depois de colhido, todas a cargo das mulheres, exceptuando o trabalho de *ripar a baganha* no *ripanço*, que pode ser feito por homens.

Logo que se lhe tira a baganha é maçado e metido no rio, onde fica de molho algum tempo, com pedras em cima, para não ser levado pela corrente. Depois de se tirar da água volta a ser maçado e, em seguida, *mão-cheia-se* (fazer molhos de linho com a mão), *arrouza-se* (raspar na pedra) e *estriga-se* (amassar com as mãos e fazer uns molhos pequenos).

Mais tarde, o linho é *espadado* num *cortiço*, com uma *espadela*, e em seguida *asseda-se* no *assedoiro* (sedeiro). Durante estas últimas operações, o linho mais grosseiro, a *estopa*, separa-se do linho mais fino. O linho e a estopa fiam-se à mão, com a *roca* e o *fuso*. A *maçaroca*, que fica à volta do fuso, é enrolada em *meadas* por meio dum *sarilho*, e depois fazem-se delas *novelos*, com uma *dobadoira*. Estes novelos vão para as *canelas*, que se metem no tear para tecer.

Como se vê, é bastante complicada a preparação desta planta tão útil. Não se conseguem em Vilarinho qualidades finas de linho, que fica sempre um tecido grosseiro, mas muito bonito. Para as terras da «ribeira», o linho vai primeiro para um engenho mecânico, accionado por água ou por animais, onde é muito bem pisado, o que o torna mais fino. Mas aqui ninguém faz isso.

Do linho mais fino fazem-se as roupas de domingo e toalhas ou panos para dias de festa, ou para funções religiosas. O mais grosseiro, a estopa, serve para as roupas de trabalho, sacos, taleigos, etc.

FRUTA

A fruta desempenha um papel insignificante na economia dos furnenses, mas é natural que ainda venha a

ter maior desenvolvimento, pois algumas fruteiras dão-se bem na região. As principais árvores de fruto são: as cerejeiras, as macieiras, as pereiras e os abrunheiros. Algumas são espécies bravas, indígenas dos vales do Gerês, que enxertadas dão frutos saborosos como, por exemplo, as pereiras.

Em geral, a fruta é comida antes de amadurecer, para evitar que a rapaziada a não leve toda. Não costumam conservá-la para comer no inverno, talvez por haver pouca. As uvas, poupam-se para o vinho que, na realidade, é bem melhor que os frutos, pouco doces e ácidos.

HORTA

As hortas são quase todas dentro da povoação, separadas umas das outras por muros. Entra-se para elas directamente, de dentro das casas, ou trepando por uns degraus de pedra, saídos do muro. Há também umas *escadeiras*, escadas feitas de duas pedras grandes e paralelas, encostadas ao muro, com umas ranhuras para meter os degraus de madeira, que são de pôr e tirar, para dificultar o acesso à horta.

A horta é feita em boa terra, bem estrumada e regada, e representa uma importante fonte de abastecimento de couves, que todos os dias se gastam em abundância, não só no caldo, como na lavagem dos porcos. Fornece, além disso, cebolas, vagens, alhos, batatas, pepinos, etc.

Dada a importância da horta para a alimentação de todos os dias, não é de estranhar que, uma das preocupa-

ções dos seus donos, seja a de a proteger contra invasões estranhas, sobretudo de animais.

Além das *escaleiras* de degraus móveis, é frequente construírem cancelas primitivas, de madeira, que giram em gonzos de pedra, de pau, ou de ferro, chamados *cangas* (na povoação de S. João do Campo, já são conhecidos por *zorras*).

A horta pertence à mulher, que encontra perto de casa tudo que é preciso para preparar as refeições, embora as batatas e os feijões, que são consumidos em grandes quantidades, se cultivem também nos campos do pão.

ABELHAS

A apicultura em Vilarinho tem um grande desenvolvimento, se bem que os processos usados sejam ainda os mais primitivos. A serra presta-se à criação da abelha, pela riqueza de pastos próprios. Mesmo, é frequente as abelhas viverem só por si na floresta, metidas nos troncos secos dos carvalhos. Basta dizer que só um lavrador (em 1945) tinha 80 cortiços, para se avaliar da importância que tal cultura representa.

Não costumam ter cuidados especiais com as abelhas, nem as sabem alimentar artificialmente. A única coisa que fazem, é colocá-las em sítios que lhes pareçam mais próprios para o bom desenvolvimento dos enxames. Para que os cortiços fiquem melhor defendidos dos ataques de quaisquer animais, costumam fazer-lhes à volta uma cerca de pedra, de planta mais ou menos circular, e que tem o nome de *cormeal*.

As *cormeias* são de cortiça, em forma de tronco de cilindro, e pregadas com grandes pregos de madeira, chamados os *tornos da cormeia*, porque o cortiço tem aqui o nome de *cormeia*. É costume cobrirem os cortiços com uns chapeletes de colmo, *corpelas*, de forma cônica, também armados com os mesmos pregos de madeira, *tornos*. As *corpelas* servem para impedir que as chuvas frequentes não penetrem nos cortiços.

Para tirar o mel, levantam a *corpela*, e tiram três tornos, que prendem o tampo superior. Depois, com um púcaro de barro, furado no bojo, e cheio de brasas com bosta de boi seca, para fazer muito fumo, chegam-se ao cortiço, e sopram no púcaro, para obrigar o fumo a sair pelo buraco e afugentar as abelhas. Então, tiram com uma faca os favos que querem. As abelhas, como não são alimentadas artificialmente, precisam de grande parte do mel, para se sustentarem no inverno, o que torna a produção pouco rendosa. Bom rendimento, é quando descobrem uma *abelheira*, isto é, um enxame bravo, que criou no tronco oco dum carvalho, e lhe podem tirar o mel todo.

INSTRUMENTOS AGRÍCOLAS

A grande maioria dos instrumentos agrícolas, usados em Vilarinho da Furna, não difere grandemente dos usados noutras regiões do Norte. A única nota curiosa, é Vilarinho representar um ponto de encontro de duas esferas de influência nacionais diferentes, a minhota e a transmontana, e outra estrangeira, a galega.

Além de dois tipos de arado diferentes, cada um próprio de regiões distintas, temos ao lado de ins-

trumentos minhotos, o *malhador*, de que só conhecemos exemplares no Barroso e na Galiza.

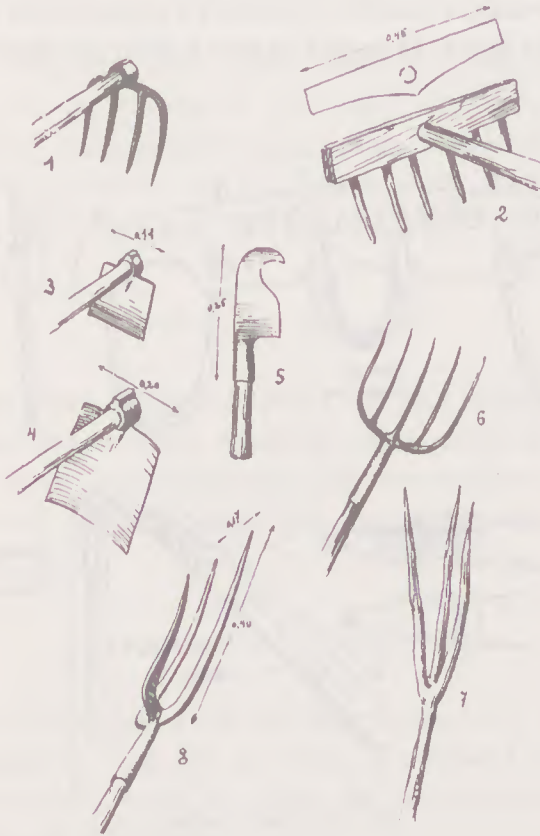


Fig. 11—Instrumentos agrícolas: 1) Picanha. 2) Engaço de pau. Por cima vê-se outra variante de marra. 3) Sachola. 4) Enxada. 5) Foice. 6) Forquilha. 7) Forcanha. 8) Forcada.

O instrumento mais usado é a *enxada*, de cabo comprido e de ferro espanhol. Ao acto de encabar a *enxada*, com uma *cunha*, chamam *crabunbar*.

O *alvião*, a *foice*, a *foicinha*, o *gadanho*, a *pá*, e o *machado*, são comprados nas feiras, ou de contrabando, e não diferem dos que se encontram pelo Minho.

A *forcada*, a *picanha*, a *sachola* e a *forquilha* são também compradas feitas. O *engaço* de pau é feito em Vilarinho, e

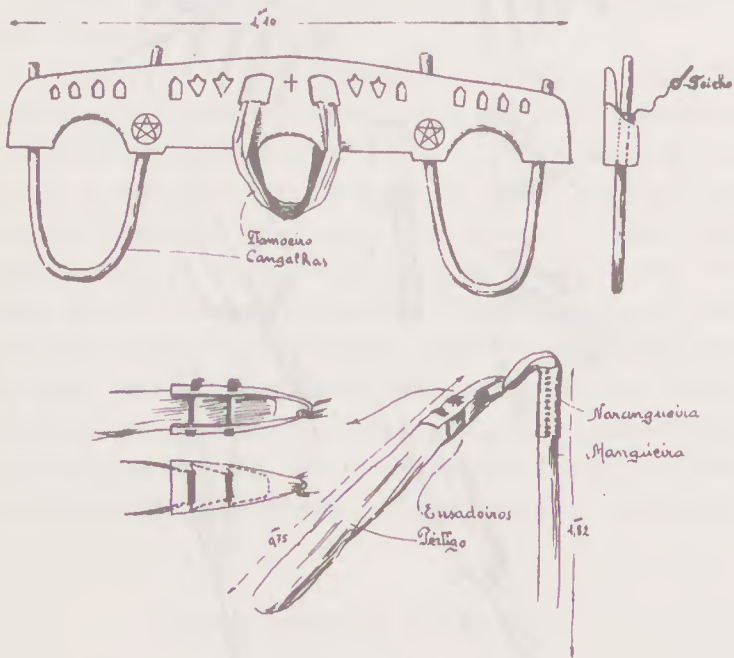


Fig. 12—Jugo e malho.

tem duas formas; num a *marra* é rectangular (a mais frequente), no outro, o lado de baixo da *marra* forma um ângulo sob o lugar do encabamento. O forcado faz-se dum ramo com três galhos, afeiçoados depois à navalha, ou foice, e tem o nome de *forcanha*. O maço de maçar o linho, a *maça*, também é feito em Vilarinho. No desenho

junto podem-se ver as formas dos principais instrumentos mencionados.

O MALHO

É composto dum cabo comprido, *mangueira*, que termina por um engaste de ferro, com uma argola, *naranqueira*, por onde passam as correias, *ensadoiros*, que se enroscam e prendem nos entalhes dum maço de madeira, duns 75 centímetros, *pértego* (*pértigo*), com que se bate o cereal.

CORDAS DE GANCHOS

Para fazer molhos de palha, ou para prender a carga às costas dos animais, usam-se umas *cordas de ganchos*, isto é, umas cordas presas, nas extremidades, a uns ganchos de madeira, com que se obtém uma prisão fácil e segura.

APEIROS DE LAVRANÇA

Em Vilarinho, além da charrua de ferro, fornecida pela indústria, com que se fazem as vessadas fundas do milho, há dois tipos de arado de pau, feitos na terra, e de origens diferentes.

CHARRUA

Sobre a charrua nada temos a dizer, pois é comum a muitas aldeias do país; representa o substituto industrial do antigo *vessadoiro* minhoto, abandonado há uns quarenta anos, e de que mais adiante falaremos.

ARADO RADIAL

Este arado é usado nas terras menos fundas, para as sementeiras do centeio, para decruar, para semear as ervas e o *renovo*, para margear, etc.

Este tipo de arado encontra-se na região natural do país, a que Orlando Ribeiro chamou Norte Transmontano ⁽¹⁾, e tem como fronteira ocidental uma linha que passa por Castro Laboreiro, Ribeira da Gavieira e da



Fig. 13—Arado radial.

Peneda, Lindoso, Vilarinho da Furna, seguindo depois pelo Sul do Barroso e daí para a Beira, por Montemuro.

O arado *radial* é um instrumento arcaico e rudimentar, que se caracteriza por ter um temão simples, implantado junto do ângulo formado pelo dente com a rabiça, que são feitos dum só pau curvo.

O temão é atravessado verticalmente pela teiró de madeira, fortemente encravada no dente, podendo-se

(1) Orlando Ribeiro, «Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico», 1945, principalmente pág. 221 e seguintes.

regular a abertura do ângulo, que o temão forma com o dente, por meio dum pescaz. Dos dois lados do dente, mesmo junto à relha, estão pregadas duas aivecas de pau, encurvadas na parte posterior, que se fixam atrás, num mexilho de secção prismática, que atravessa o dente.

A relha é uma chapa de ferro pregada na extremidade do dente, como se pode ver no desenho junto.

A este arado, de origem remota, chamamos nós lusitânico, por ter no Norte de Portugal um grande foco de disseminação e dispersão, e por ter sido, com toda a probabilidade, o mais antigo arado ao Norte do Tejo ⁽²⁾. O dente, *cabaço* (0^m,89), é de carvalho, assim como a *rabiça* (1^m,12), visto ser uma peça inteiriça. Por influência do quadrangular, fazem em Vilarinho distinção entre dente e rabiça, o que não é frequente em regiões onde só há radiais.

O *temão* (3^m,54) é de vidoeiro. A *teiró*, *ateiró* (0^m,60), é de carvalho. As aivecas, *abecas* (0^m,82), são de carvalho. O *mexilho* (0^m,32) e o pescaz, *coscunho*, são, em geral, de carvalho. A relha, *ferro*, é uma chapa de ferro pregada no dente, de 0^m,19 de largo, por 0^m,23 de comprido ⁽³⁾.

ARADO QUADRANGULAR

Este instrumento usa-se em Vilarinho para os mesmos fins do radial. Contudo, para o especialista, o arado

(2) Jorge Dias, «Os arados portugueses e as suas prováveis origens», em publicação na «Revista da Universidade de Coimbra», vol. xvii, 1948.

(3) Quando em Vilarinho se usa a palavra técnica, só a escrevemos em itálico sem a repetir.



A maçar o linho



Arado radial

quadrangular representa um tipo morfológicamente distinto, e a sua origem é muito diferente da do primeiro.

Este arado caracteriza-se por ter um esqueleto de forma quadrangular (rabiça, dente, temão e teirò), como se pode ver no desenho e fotografia aqui reproduzidos. A forma do esqueleto resulta do lugar de inserção do temão ser na rabiça, quase sempre, bem afastado do ângulo, que esta forma com o dente.

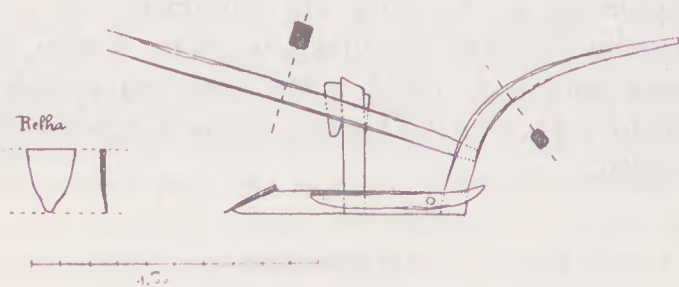


Fig. 14—Arado quadrangular.

Neste tipo, a rabiça está encravada na parte posterior do dente, pois são, quase sempre, duas peças independentes, ao contrário do radial. Contudo, o arado quadrangular apresenta uma série enorme de variedades de pormenor, que não cabe aqui descrever (4).

O arado quadrangular encontra-se no nosso país, na região natural a que Orlando Ribeiro chamou o Portugal Atlântico (5), é o arado dos povos germano-eslavos, outrora espalhado pela Europa central e setentrional.

(4) Sobre isto ver Jorge Dias, obr. cit.

(5) Orlando Ribeiro, obr. e lug. citados.

Com toda a probabilidade, este tipo foi trazido para o nosso país pelos Suevos, nos princípios do século v.

O exemplar de Vilarinho é um quadrangular simples, todo de carvalho, excepto o temão (3^m,26 de comprido e 0^m,07 × 0^m,08 de espessura). A *rabiça* tem 0^m,91 de comprimento, ficando a extremidade a 0^m,62 distante do chão. O dente, *cabaço*, tem 0^m,80 de comprido, mas é muito mais forte que o do radial. A teiró, *ateiró*, tem 0^m,39 de alto, por 0^m,08 de largo. As aivecas, *abecas*, têm 0^m,61 de comprimento e têm atrás um afastamento de 0^m,35. O *mexilho*, de secção cilíndrica, tem 0^m,30. A relha, *ferro*, é semelhante à do radial, e está como ela pregada no dente (0^m,17 × 0^m,21). O pescaç chama-se *coscunho*, como no radial.

VESSADOIRO

Há uns quarenta anos, usava-se em Vilarinho um arado quadrangular composto, o vessadoiro. Era o arado das vessadas do milho, substituído mais tarde pela charrua de ferro. A charrua, não puxa tanto pelo gado e faz o serviço com menos gente, razão porque se tem imposto em toda a região ocidental, de terras profundas.

Este vessadoiro tinha três rabiças, sendo as laterais o prolongamento das aivecas, razão porque se chamavam as *abecas*.

O temão (neste caso apo) era mais curto que o do quadrangular actual, e apoiava-se numa *carreta* dianteira, que se ligava aos bois por meio dum cambão. Em geral, trabalhava só com uma junta, mas a *sega*, que costuma estar encravada no apo dos vessadoiros para riscar a leiva,

encontrava-se em Vilarinho individualizada (seitoiro), e ia à frente a *seitar*, puxada por outra junta ⁽⁶⁾.

Já nada resta hoje, em Vilarinho, deste curioso arado germânico, que dentro de poucos anos só veremos nas salas dos museus ⁽⁷⁾.

GRADE

A grade de Vilarinho é um rectângulo de madeira, formado por duas *travessas* de 1^m,60 pregadas a dois *testeiros* de 0^m,85. Presas aos *testeiros*, há mais duas travessas paralelas às primeiras. Cada uma delas tem seis dentes de madeira, de 0^m,16 de comprimento. A grade é puxada por bois e serve para tirar as ervas e desfazer os torrões dos campos lavrados. Depois da sementeira também se usa passar a grade com os dentes para o ar, para alisar a terra.

MALHADOR

O malhador é feito dum tronco escavado, com orifícios no fundo, e assente em quatro pernas toscas. As espigas de milho deitam-se dentro deste tronco e batem-se depois com um maço, ou com os pés calçados de tamancos. Os grãos, conforme se desprendem, vão caindo pelos buracos do fundo, enquanto que o carolo fica no aparelho.

⁽⁶⁾ Ainda hoje se lava assim em Agra, Rossas, Vieira do Minho (Arquivos de fotografias e de desenhos do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular — Universidade do Porto).

⁽⁷⁾ Podemos reconstituir este vessadoiro, com a ajuda da família Trigo.

Os que vimos no Barroso (Carvalhelhos, Carvalhos e Fiães) são muito mais bem acabados, e chamam-se *raladores*. Além de serem feitos de tábuas aplainadas, em forma de tabuleiro, as pernas prolongam-se para cima uns quarenta centímetros, para as pessoas se poderem apoiar, quando malham com os pés.

O desenho, que aqui reproduzimos, era do *malhador* da casa Fecha, que já não existe. (Fig. 9, pág. 41). Contudo, ainda há um na casa de António Martins Canedas.

Este aparelho traduz bem a rusticidade da vida desta gente, que não sacrifica quase nada ao embelezamento das casas, dos móveis, ou dos instrumentos de que se serve.

CARRO DE BOIS

O carro de Vilarinho é o carro de bois de eixo móvel, frequente em quase todo o Noroeste peninsular, independentemente de particularismos locais.

Distingue-se dos da ribeira pela sua pequenez, e por não ter aros de ferro nas rodas; sinal de confinamento, vida acanhada entre paredes de montanhas, que raríssimas vezes transpõe. Que contraste com os carros dos planaltos transmontanos! Naqueles caminhos largos e longos, vêem-se carros enormes, de grandes rodas calçadas de espessos aros de ferro. Tudo neles revela distância, grandes jornadas monótonas por caminhos sem fim. Um é o carro de relação, o que liga os povos afastados entre si. O outro, é o carro local, para serviço caseiro entre a aldeia e os seus campos, mais apto a vencer obstáculos e declives que distâncias.



Arado quadrangular simples



Dois carros de bois. Reparar nas rodas da direita, gastas por não usarem aros de ferro

As rodas sem aro de ferro desgastam-se depressa e de maneira irregular, o que dá aos carros um aspecto ruinoso. Contudo, quando novas, são muito perfeitas e bem acabadas, e revelam boa técnica de construção ⁽⁸⁾.

Praticamente, todo o habitante de Vilarinho sabe fazer o seu carro, e como lhe não falta madeira e o ferro é caro, prefere substituir as rodas sempre que seja preciso, e não gastar dinheiro inútilmente.

As rodas compõem-se de três peças distintas, encaixadas umas nas outras, e ligadas interiormente por dois paus, *relhas*, que as atravessam dum lado ao outro, como se pode ver no ponteadado do desenho junto. A parte central da roda, o *meão*, está encravada na extremidade do *eixo*, mais adelgada, chamada a *espiga do eixo*. As duas peças, em forma de semi-círculo, que se ajustam fortemente ao *meão*, para completar a roda, são as *cambas*. O eixo móvel, gira nuns encaixes de madeira, os *chumaços*, providos de duas guardas laterais, os *apeladoiros*, para impedir que o eixo possa saltar fora. O atrito do eixo nos *apeladoiros* produz uma cantilena muito característica, razão porque, em terras próximas, os *apeladoiros* têm o nome de *cantadeiras*.

Os *chumaços* ficam pregados por baixo dos paus laterais do carro, os *braços da cheda*. O conjunto das peças que formam a parte larga do carro, em que se transporta a carga, tem o nome de *cheda*.

A *cheda* é formada pelos tais braços laterais, *braços da cheda*, que encurvam à frente, e se vão ligar a um pau

(8) Coisa que nem sempre sucede na « ribeira », onde os lavradores, para evitarem a despesa de rodas novas, as substituem, às vezes, por rodas cheias, feitas de duas camadas de tábuas sobrepostas e cruzadas. (Arquivos fotográficos e de desenhos do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular. Universidade do Porto).

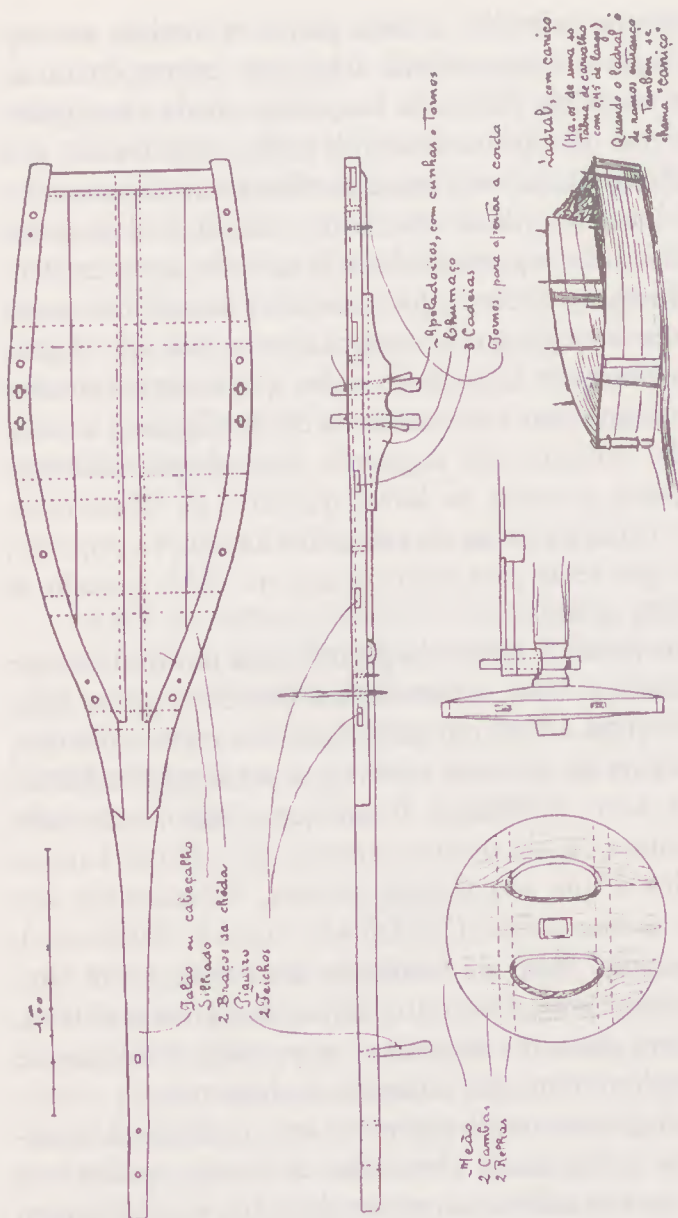


Fig. 15 — Carro de bois.

comprido, o *cabeçalho*, a cuja ponta se atrelam os animais. Este prolonga-se para trás, pelo centro do carro, com o nome de *talão*. Os braços da cheda são ligados entre si por três paus, *cadeiras da cheda*, e sobre estes, dos dois lados do *talão*, pregam-se as tábuas que constituem o fundo do carro, *silbado*. Na frente, há ainda dois *feichos* transversais de segurança. Nos braços do carro existem vários furos, que servem para meter os *fueiros*, destinados a amparar a carga, que se amarra com cordas, que depois se prendem nuns *tornos* de madeira, que estão encravados nos chumaços, ou nos braços da cheda. Quando a carga é miúda, utilizam um resguardo feito de paus flexíveis entrelaçados, o *caniço*, ou *ladral*, quando é de tábuas inteiras. Por baixo da ponta do cabeçalho há um pau pequeno, *pigarro*, que serve para assentar este no chão, quando se desatrelam os bois.

Um pouco à frente do *pigarro*, está um orifício, por onde passa um ferro, a *chavelha*, que prende o *jugo* ao cabeçalho. O *jugo* é bastante mais simples e menos artístico, que costuma ser em toda a zona que se estende do Minho até para além do Vouga. É um *jugo* baixo, sem talha nem pintura, e os únicos ornatos são alguns buracos recortados e uns pentagramas incisos, incluídos em discos, ou o *sino-saimão*, (*São-Solimão*, *signum-Salomonis*). O *sino-saimão*, além da finalidade decorativa, é um símbolo mágico protector contra forças malignas invisíveis, que podem atacar os animais e as pessoas, razão porque se multiplica num sem número de objectos.

O *jugo* assenta directamente nos cachaços dos animais, ou sobre umas almofadas de estopa, presas aos cornos, para segurar a carga nas descidas, a que chamam *monelhas* ou *molhelhas*. A volta do pescoço dos bois

passam umas argolas de madeira curva, os *cangalhos*, que se vêm prender ao jugo. Conduzem os animais com uma *soga* de couro presa aos cornos de ambos os animais.

O uso das cangas tem-se desenvolvido nos últimos tempos, pois, antigamente, como havia uma grande saída de gado para Espanha, onde davam preferência a animais habituados a trabalhar com *molhelbas*, os furnenses tinham de acostumar o gado a essa forma de tracção. Hoje, a guarda fiscal e o arrolamento dos gados, torna praticamente impossível a saída clandestina dos animais, pelo que se generalizou de novo a canga, mais conforme com a tradição minhota.

CARRO DE CARREAR TERRA

Além do carro de bois, e muito menos importante que este, há o carro de mão, de uma roda à frente. Esta gira entre dois braços de madeira, fixos a uma espécie de caixa em que se transporta terra, hortaliças, etc. Conduz-se pela parte de trás, por dois paus, ou *varais*, em que se agarra e empurra o carro.

ZORRA

O único veículo sem rodas é a corsa, ou *zorra* primitiva. A *zorra* é uma espécie de trenó, para arrastar pedra. É muito simples: um rectângulo formado por quatro fortes paus pregados e ligados entre si com chapas de ferro. Esta zorra liga-se ao jugo por meio dum *cambão*, e vai a rastos pelo chão fora. Chama-se a isto *zorrar pedra*. Há *zorras* triangulares, formadas por um galho forte, fechado atrás por uma travessa.

PADIOLA

Para trajectos curtos usam-se também *padiolas*, formadas por dois braços compridos, afastados uns 60 cm.,

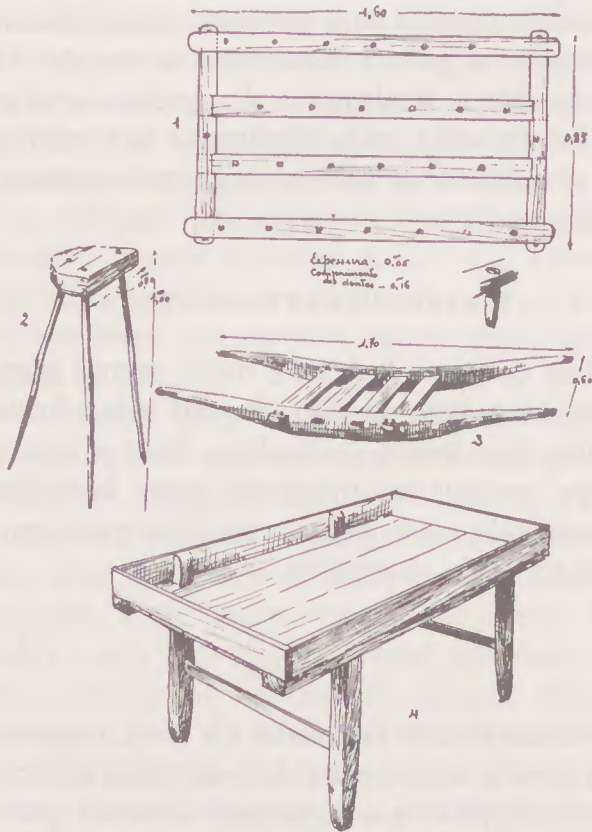


Fig. 16 — 1) Grade. 2) Banco de carregar a erva.
3) Padiola. 4) Manjedeira.

uns dos outros, e ligados entre si por várias tábuas, que formam o fundo da padiola. É transportada por duas

pessoas, uma à frente da outra. Utiliza-se, principalmente, no transporte de estrumes e matos, quando se fazem as camas ao gado.

MANJEDOIRA

Taboleiro de quatro pés, que serve de manjedeira portátil, quando se quer dar de comer aos animais fora das cortes.

BANCO DE CARREGAR A ERVA

Este banco é uma tripeça bastante alta (1,00), que serve para as mulheres, quando estão sòzinhas nos lameiros, se ajudarem a pôr os cestos de erva à cabeça.

CAPÍTULO VII

ALIMENTAÇÃO

Passam-se os dias, os anos e as gerações na luta permanente contra a terra, para dela extrair com que sustentar o corpo. Quase se cifra nisso toda a actividade do homem, por estas e muitas outras paragens.

Contudo, é parco o banquete do destino; a mesa do serrano não prima pelo requinte nem pela variedade, mas em geral é farta, se bem que sóbria.

Como não há diferenciação de classes, a alimentação não se elevou acima da rusticidade geral do ambiente, e as refeições sucedem-se todos os dias, sempre as mesmas.

Só os dias de festa quebram a grande monotonia alimentar, e então a voracidade não conhece limites. É nessas ocasiões que se mata a fome de carne ou de doce. Mas são poucos estes dias no ano: Natal, Nossa Senhora da Conceição, matança e alguma boda ou baptizado. De resto, só conhecem as variantes impostas pela rotação cíclica das estações, sobretudo: verão e inverno.

Pode-se dizer que, durante seis meses no ano, à merenda e à ceia, o furnense se senta em frente dos

mesmos repastos, com a satisfação invariável daquele que, do nascer ao pôr do sol, exercita o corpo ao ar livre, sem outras preocupações que não sejam as de semear, regar, ceifar, malhar; sem pausas nem descanso, mas também sem pressas nem ansiedade, num trabalho rítmico, como o largo pulsar da Natureza.

No verão, a primeira refeição, o *jantar*, consta de leite cru ou fervido, com boroa de milho e centeio (para 2 razas de milho $\frac{1}{4}$ de centeio), ou caldo de *bages* (vagens) e batatas, também acompanhado de boroa. Só raras vezes usam manteiga.

Ao meio dia, à *merenda*, e à noite, à *ceia*, comem batatas e legumes cozidos (em geral vagens), um pouquinho de carne de porco salgada (toucinho), e no fim um caldo de couves. O vinho não costuma faltar à maioria das mesas. Em geral, vão-no buscar à adega numa cabaça, que colocam em cima da mesa, donde todos bebem.

No inverno, à merenda e à ceia aparecem, de vez em quando, outros pratos mais ricos; carne de porco salgada, chouriços com arroz, farinhatos, presunto, sarra-bulho, isto é, sangue de porco assado com farinha centeia e milha, e adubado com presunto. Nesta época costuma-se beber água-pé. O vinho deixa-se para dias de festa e para o verão, pois não chega para beber todo o ano.

Como a água-pé não se conserva tanto tempo, bebe-se primeiro, ficando o vinho para mais tarde, não só por resistir mais tempo, como por ser uma bebida útil na época em que se pede maior esforço ao corpo, ou seja no verão.

A água-pé faz-se deitando água sobre os resíduos

do vinho, *brólho*, juntamente com alguns cestos de uvas. Por cada cesto de uvas misturam dois cântaros de água. Depois de bem pisada e mexida vai para as pipas.

A *sopa de leite*, ou papas de leite com farinha milha e sal, é um prato muito apreciado no inverno. O uso da *sopa de leite* é comum a uma grande zona montanhosa do Noroeste, onde se cria gado vacum. Em Castro Laboreiro pode-se dizer que é o prato tradicional, apesar de não colherem milho por o clima impedir o amadurecimento das espigas.

Este prato de leite é índice da economia ganadeira dos povos serranos do Noroeste. Os criadores de gado do Nordeste, rionoreses e quadramileses, não conhecem estas refeições, pois a secura da região bragançana não consente tal abundância de leite.

No fim do inverno, e às vezes até Maio, comem as chouriças com arroz. Os salpicões, feitos de febra de porco, guardam-nos para as romarias, ou para quando têm de fazer jornadas e ficar uns dias fora de casa.

No inverno, a caça também contribui para o enriquecimento da cozinha de alguns serranos, sobretudo o coelho e a perdiz. Hoje, raríssimas vezes pode a corça, ou o javali proporcionar um festim inesperado. No verão, os escalos e as trutas do Rio Homem não deixam de ser saboreados nas casas em que há pescadores. Mas, tirando a caça e a carne de porco, o habitante de Vilarinho come pouca carne, e se exceptuarmos as festas, que servem de pretexto a grandes comezainas, podemos dizer que todo o gado grosso e miúdo é vendido, pois é a única fonte de receita que possui, visto que a agricultura só dá para os gastos. É com o dinheiro do gado que pagam as

contribuições e compram artigos indispensáveis, que não podem produzir.

Portanto, as festas, são a oportunidade para satisfazer até ao fundo, todos os apetites habitualmente refreados. E basta-lhes saber que uma ou duas vezes por ano podem saciar-se plenamente, para aceitarem com alegria a parcimónia própria de todo o pequeno lavrador.

A lembrança dum festim passado e a esperança doutro festim futuro bastam para apaziguar a intemperança, que vive oculta no íntimo de cada homem.

A festa principal é a da Nossa Senhora da Conceição, Padroeira do lugar, e que se celebra no dia 8 de Dezembro. Nesse dia cabe a um dos vizinhos dar a festa e preparar à sua custa o banquete, em que toda a aldeia participa. Da mesma maneira que a maior parte das actividades pastoris e agrícolas, as festas também estão submetidas à tradição comunitária.

Cada casa do lugar, por ordem cíclica, deve fornecer e preparar os alimentos, assim como organizar a festa. Em geral costumam vir ao banquete todas as pessoas das casas com quem têm relações mais íntimas, e dois ou três representantes de cada casa do lugar.

O vizinho a quem compete organizar a festa, convida uma banda afamada de qualquer terra da «ribeira», para animar aquele dia com o seu reportório, e escusado será dizer que também tem de dar de comer aos músicos.

Uma lavradeira, que fez a festa há poucos anos, a Senhora Trigo, contou-nos que matara 14 cabras, fizera 30 quilos de arroz e comprara 50 quilos de pão trigo.

Antigamente a comida era feita em grandes alguidares de barro, que metiam no forno de cozer o pão. Hoje

preparam-na em recipientes de folha, aproveitados de latas de gasolina. A ementa consta de carne com batatas, arroz, sopa seca de pão, e vinho em abundância. Os músicos comem à parte, e não participam dos manjares preparados para a gente da terra. Para eles faz-se caldo e arroz de cabeças de cabra.

No Natal, a festa é familiar e cada um prepara as suas refeições individualmente, mas pode-se dizer que em cada casa se repete a mesma ementa: bacalhoadá à portuguesa, arroz doce, ou aletria e formigos. O bacalhau cozido, que é prato obrigatório em grande parte do país, e não falta mesmo à mesa do burguês rico do Porto e de Lisboa, leva, como acompanhamento, batatas, cebolas e couve branca, com molho de azeite e vinagre. Os formigos preparam-se com pão de trigo desfeito em leite, juntando-se-lhes depois: mel, açúcar e manteiga.

Nas bodas, baptizados e enterros também há refeições especiais, mas a variedade nunca vai além da carne de cabra, do arroz de forno e do arroz doce, ou aletria.

Nos enterros, os alimentos têm um papel importante, não pela riqueza ou variedade, mas pelo papel ritual que desempenham. Os doridos devem dar de comer aos que vêm a casa velar o cadáver. Depois, aos que foram acompanhar o defunto até à cova, é costume dar uma ração de pão e um copo de vinho. Esta distribuição é feita ao ar livre, na ponte, quando as pessoas regressam do enterro. Aqueles que *botam missa* por alma do defunto, costumam receber da família do morto, uma posta de bacalhau e uma boroa de trigo.

Como vemos, é simples e rotineira a alimentação do furnense, no que, aliás, se não distingue da maioria das populações rurais de toda a parte, que propendem

sempre para a monotonia alimentar. Mas, além de monótona, é sempre simples e parca, com exceção dos dias de festa.

Os temperos e adubos usados são o azeite, gordura de porco, manteiga no doce, vinagre, cebola, sal, pimenta, loureiro e açúcar.

Na alimentação de todos os dias, quase que só se usam os produtos da terra, de que exceptuamos o azeite, o sal, e o vinagre, que se compram na loja do lugar vizinho, S. João do Campo. Os alimentos de fora, como arroz, bacalhau e aletria, só se usam nas festas, ou excepcionalmente, pois o furnense não pode suportar despesas dessas com frequência.

O PÃO

O pão aqui não é só o símbolo de alimento, como é ainda a base do sustento do homem desde que nasce até que morre. O cidadão, habituado a uma alimentação rica e variada, não compreende o papel que o pão desempenha na alimentação do povo. Porém, o homem do campo, que fornece ao habitante das cidades tudo que ele necessita para viver, não tem à sua disposição tal variedade de iguarias. Por isso, o pão que foi durante séculos o alimento da maioria dos homens, continua a sê-lo, ainda hoje, das populações rurais.

O pão de Vilarinho é feito de farinha de milho e centeio, numa proporção de 6 razas de milho para um $\frac{1}{4}$ de raza de centeio. A farinha é transportada do moinho em *foles* de pele de cabra, e peneirada depois sobre a *masseira*, com uma *peneira* fina. A farinha é

amassada com as mãos, durante muito tempo, depois de se lhe adicionar água fervente e *formento* (fermento), deitando-se-lhe o sal necessário para ficar com bom paladar. Depois de bem amassada, alizam a massa e fazem-lhe uma cruz em cima com um dedo, enquanto murmuram: «Senhor te abençoe, que eu também te abençoei». Depois de se ter passado o tempo que entendem necessário para a massa estar em condições de ir

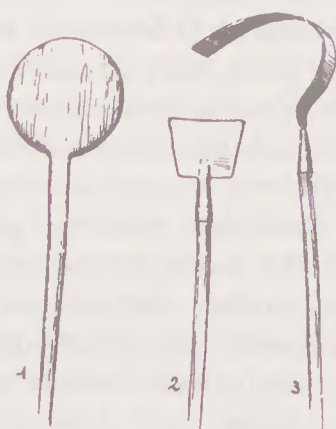


Fig. 17 — 1) Pá de pau. 2) Ferrea. 3) Rodo.

para o forno, começam a *padejar o pão* com uma gamela de pau, *cunca*.

Cada boroa tem um diâmetro aproximado de 45 centímetros, e é mais ou menos poligonal, de cantos arredondados, a tender para o círculo. Na masseira fica sempre um pouco de massa, para servir de *formento* na próxima fornada.

O forno é aquecido com giestas ou *cavacos* (achas), que ardem lá dentro durante bastante tempo. Depois dos resíduos da combustão serem retirados, com o *rodo*,

metem-se as boroas com a *pá de pau*, umas ao lado das outras, até o forno ficar cheio. Depois deitam uma mão cheia de farinha sêca pela boca do forno e dizem: «Senhor te abençoe no forno e fora do forno e a graça do Senhor no Mundo todo!». Enquanto dizem isto, fazem uma cruz com a pá sobre a boca do forno. Nem todos pronunciam esta oração assim, mas uma variante parecida: «Deus te acrescente no forno e fora do forno, assim como acrescentou o Mundo todo» Há ainda uma versão jucosa que reza assim: «O Senhor te acrescente dentro do forno e fora do forno, todo para mim e para os outros um corno». Não falta no povo espírito de irreverência, que, por vezes, se condensa em frases como esta. Sobre-tudo os contrabandistas, a quem a vida dura e cheia de perigos dá certa brutalidade selvagem, gostam, às vezes, de fazer humor sobre a credence das mulheres. Mas, no fundo, há neles a mesma alma crente e supersticiosa, que procuram esconder com fanfarronadas. O homem que me ensinou esta paródia de reza, e que, às vezes, tinha sarcasmos ferozes, era duma enorme religiosidade e, além disso, um belo exemplo de generosidade e caridade.

Depois do pão estar dentro do forno, e de terem feito a reza habitual, fecham o forno com um tampa de pedra ou de ferro, que clafetam com bosta fresca, para que se não perca nenhum calor. A tampa, com uma cruz gravada na parte de fora, só se tira três horas depois.

Quando fazem bolos, o que aliás é frequente, deixam a boca do forno aberta, e só a feixam depois, para cozer o pão. O pão tira-se do forno com a *ferrea* (pá de ferro). De verão o pão dura 15 dias, e no inverno chega a aguen-

tar um mês. Às vezes, deixam o pão guardado no forno, em cuja boca põem uma porta de grades, para os animais não poderem entrar.

FUMEIRO

Toda a casa de Vilarinho da Furna, mata o porco no princípio do inverno, e prepara a carne de maneira a ela durar grande parte do ano. Esta preparação da carne de porco, a que se chama fazer o *fumeiro*, exige grandes cuidados e habilidade da parte da cozinheira, que põe à prova o seu saber e experiência, pois dela depende o alimento da família durante grande parte do ano.

Quase todos matam o porco na mesma ocasião, no *dia da matança*. Não quer isto dizer que o dia seja imposto pela colectividade, mas a tradição e o hábito de sincronizarem, praticamente, todos os actos importantes uns pelos outros, faz com que também o dia da matança seja quase sempre o mesmo para todos.

O dia da matança é dia de festa; é o grande banquete, do ano, pois comem todas as partes do porco que não vão ser salgadas nem fumadas. Saciada a primeira fome de carne, olha-se então a sério para o futuro, e mete-se a carne na salgadeira bem acamada e coberta de sal, e aí fica durante mês e meio. Desta carne fazem os serranos diferentes espécies de alimentos: *presuntos*, dos membros, *toucinho*, das partes gordas do corpo, *orelheira*, da cabeça e da orelha, e *carne ensacada*, isto é a tripa cheia de carne, gordura, sangue, massa e temperos.

A carne ensacada toma diferentes nomes, conforme o conteúdo: *chouriço* quando é cheia de carne gorda, *salpicão* quando quase só leva febra de lombo, *farinhatos*

quando levam massa de farinha e gordura, e *chouriças*, quando são de sangue, com gordura e temperos.

Todos estes alimentos têm o nome genérico de fumeiro, porque são conservados pelo fumo, mantendo-se durante meses suspensos sobre a lareira que, como não tem chaminé, obriga o fumo a acumular-se junto ao tecto até sair pelas frestas das telhas.

O fumeiro come-se aos poucos, durante todo o ano, com muita parcimónia, mas o inverno é a estação em que ele leva mais gasto. No verão, o pouco de toucinho, que vem para a mesa com as batatas e as vagens, é mais para dar gosto que propriamente para faltar.

CAPÍTULO VIII

VESTUÁRIO

TECELAGEM E TEAR

O habitante de Vilarinho da Furna, apesar do desenvolvimento e expansão da indústria nacional de tecidos de algodão, que por todo o país espalha os seus produtos, mantém-se agarrado às indústrias caseiras, tradicionais, e só aceitou de maneira muito limitada os tecidos estranhos.

A lã e o linho, que produz em quantidade suficiente para o consumo, são a matéria-prima de que principalmente se utiliza para confeccionar o vestuário de trabalho e de domingo. Contudo, já vai misturando algodão à lã para tecer certos panos, que lhe saem assim mais baratos.

Além da lã e do linho, a palha também é utilizada para fabricar chapéus e palhoças, que têm o nome de *croças* (coroças) quando são para homem, e *cruchos* (coruchos) ou *crucelos* (corucelos) quando são para mulher.

O vestuário de Vilarinho da Furna, não tem os tons garridos nem a exuberância colorida das roupagens

minhotas. Habitantes de serras, que erguem os píncaros até às nuvens atlânticas, baixas e carregadas de humidade, cercados de encostas descarnadas pela erosão, não têm o delírio da cor dos da «ribeira». Além disso, a vida pastoril obriga-os à solidão e ao encontro consigo próprios, desenvolvendo neles uma tendência para a introversão e um sentido austero da vida, que os torna refractários a exuberâncias de qualquer espécie. Por isso o seu vestuário é sóbrio e sombrio, mais próprio para resistir ao frio e à neve, ou às grandes chuvadas, que para enfeite.

Parece, por vezes, existir uma espécie de mimetismo do traje rural em relação à paisagem, em que a vida dos camponeses ou pastores decorre. Isso se pode talvez verificar em Vilarinho, apesar de no verão a aldeia com os seus campos de milho e as vinhas de enforcado, nos dar o aspecto dum oásis risonho. Na verdade é só uma pequena mancha colorida na imensidade das serras graníticas, que esmagam tudo com a sua presença severa e ameaçadora.

No vestuário da terra, predominam as cores que vão do castanho e cinzento-escuro até ao preto. As mulheres viúvas, assim como muitas casadas, andam sempre de preto. Contudo, estas últimas usam nos *aventais da frente*, de tecido de lã escuro, riscas roxas, verdes ou azuis, de tons muito sóbrios e apagados. Só no verão, nos trabalhos de campo, se destaca uma nota alegre de vermelho-vivo por entre o verde tenro dos milhos; são os *saotes* (saiotes) das raparigas solteiras e de algumas casadas, que se vêem por baixo da saia arregaçada. Mas passado o verão, o saiote vermelho regressa à arca, e aí espera paciente que o sol de novo verão o venha de lá



Mulher a fiar com roda



Mulher com corucho ou curcelo

tirar. Os homens com as roupas de burel, ou os *aventais das costas*, muito escuros, quase pretos, também não diferem da cor geral da aldeia.

Vamos discriminar as diferentes peças de vestuário segundo o material empregado no seu fabrico. Começamos pelo linho, que, depois de passar por todas as complicadas fases já descritas, e depois de tecido, é utilizado para lençóis, toalhas, panos de uso doméstico, toalhas e panos de igreja, camisas de homem e de mulher, saias brancas e coletes de mulher, assim como *taleigos do monte*, espécie de bernal de linho rectangular, que os pastores levam para o monte quando aí vão permanecer muito tempo.

Trazem-no a tiracolo, suspenso duma asa do mesmo tecido, presa aos lados do taleigo. Quando ficam pouco tempo fora de casa, e só precisam de levar alimentos para uma refeição, têm um bernal idêntico, mais pequeno, chamado *a taleiga*.

As roupas de cima, de agasalho, são quase sempre feitas de lã, que neste clima áspero tem importância primordial.

As mulheres usam *saote* (saiote), *saia*, *avental de dente* (de diante, da frente), *avental das costas* (espécie de capucha preta sem capuz, que se deita pelas costas e se amarra à frente no pescoço). Nos pés, ou nas pernas usam como agasalho *meias* e *peúgas*, espécie de meia-caneleira, sem pé, que serve para proteger as pernas do frio e dos matos. A *peúga* não a conhecemos na «ribeira» minhota, mas é corrente nas serras do Alto Minho, no Barroso e em Alcobça (*canos*).

Os homens usam: *camisola*, *carapuça*, *casaco de burel* e *polainas de burel* asertoadas, com botões do mesmo

tecido. As polainas já se vão tornando muito raras e em breve terão desaparecido. Também usam *avental das costas*, não só como agasalho, mas em sinal de luto.

Quando no tempo de chuva trazem coroa, usam um chapéu-de-palha, revestido de pano oleado, para evitar que a água entre pelo pescoço. A palhoça é feita de maneira que a água escorre por ela abaixo sem penetrar, mantendo assim as roupas de baixo enxutas.

As coroças dos homens não têm resguardo para a cabeça, mas os coruchos das mulheres, também chamados *crucelos* (corucelos) têm um capuz de palha ligado à palhoça, terminando num longo bico.

Nos pés, além das botas, que em geral são mais para os domingos ou jornadas, usam chancas, *socos fechados*, e tamancos, *socos abertos*.

Com excepção dos panos de algodão, que são comprados na cidade ou nas feiras, e de algum calçado que obtém por contrabando, tudo o mais é produzido e fabricado em Vilarinho pelos seus habitantes. Tanto o linho como a lã são preparados pelas mulheres até se tornarem vestuário, e só para tingir é que os levam fora, a Covas, porque desconhecem essa técnica.

As mantas das camas são tecidas em Vilarinho e vão depois a *afuloar* fora, para ficarem com as qualidades requeridas. Os fulões ou pisões ainda existem em várias regiões semi-serranas (1).

Também são lá feitos os *socos abertos*, tamancos, e os *socos fechados*, chancas, de maneira que, se excluirmos essas poucas coisas, que a competição da indústria e o desejo natural de possuir uns tecidos baratos e novos

(1) Vimos uma perto de Rossas, Vieira do Minho.

os leva a comprar, o habitante de Vilarinho da Furna basta-se a si próprio em matéria de vestuário, como aliás, em quase tudo.

Em Vilarinho da Furna, não há distinção nítida entre vestuário de trabalho e de gala, sobretudo nos homens. Aos domingos e dias de festa, vestem roupas mais novas, menos gastas pelo uso, mas que não divergem grandemente das roupas da semana, quando não trazem exactamente as mesmas. Parece-nos que isto se explica, não só por razões temperamentais, que noutros pontos descrevemos, como pelo facto de viverem longe de estranhos e sempre em contacto íntimo com os vizinhos do lugar. O minhoto, aos domingos e dias de festa, é obrigado a deixar o teatro de acção quotidiana, para se dirigir à igreja, que em geral fica distante das suas terras, e sente por isso necessidade de se ataviar, porque vai encontrar gente que só vê de longe a longe. Mas o furnense ouve missa na capela do lugar, no meio dos vizinhos, que encontra todos os dias, quando anda na sua faina. É natural que o desejo de parecer bem perante os outros perca o significado, quando é obrigado a mostrar-se todos os dias nas formas menos lisonjeiras.

Além disso, são menos comunicativos e expansivos que os habitantes da «ribeira», e quando vão a uma romaria são sobretudo movidos pela necessidade religiosa de cumprir uma promessa, ou rezar a um santo da sua devoção, ou então por razões de ordem prática, como seja, comprar artigos que os tendeiros costumam apresentar em abundância nesses dias. Quer levado por motivos religiosos, quer mercantis, o seu traje exprime, na severa simplicidade, uma nota de dignidade, ou sole-



Mãe e filha em traje de domingo



Dois pastores e uma mulher com corucho.
O da esquerda traz corouça e chapéu de oleado.
O da direita chapéu de palha, avental das cosífas
e polainas de burel abotoadas

nidade, e nunca a festiva alegria que os minhotos levam consigo para toda a parte.

O furnense não é um criador de beleza. Toda a sua actividade se dirige no sentido prático, da produção de objectos úteis, porque, dada a feição do seu espírito acentuadamente ético, a vida para ele só pode revestir aspectos de gravidade.

TECELAGEM

A tecelagem tem em Vilarinho uma importância bastante grande, e quase não há casa em que não exista um tear. Numa terra que poucos tecidos compra, vestindo-se da lã das suas ovelhas e do linho da sua lavra, a tecelagem tem lugar de destaque e toda a dona de casa sabe tecer o seu bragal e os tecidos de lã, que hão-de proteger a família dos frios do inverno.

As filhas da família Geira, chegam mesmo a tecer cobertas de lã e algodão, de diferentes padrões e coloridos. É pena o uso de anilinas industriais de cores berrantes, que contribui para o mau gosto de certas produções da indústria caseira.

A LÃ

Já falámos das operações que sofre o linho, no capítulo relativo à agricultura; temos agora de explicar brevemente os cuidados que merece a lã até ir para o tear.

Depois duma primeira lavagem em água fria, metem a lã num lençol e deitam-lhe água bem quente por cima, para lhe tirar a gordura. Quando fica seca, desfazem-lhe os nós com as mãos, operação a que chamam *carpear*

e, depois de muito bem desenriçada, é *cardada* numas *cardas* de ferro.

A lã é fiada com uma *roda de fiar*, ficando o fio

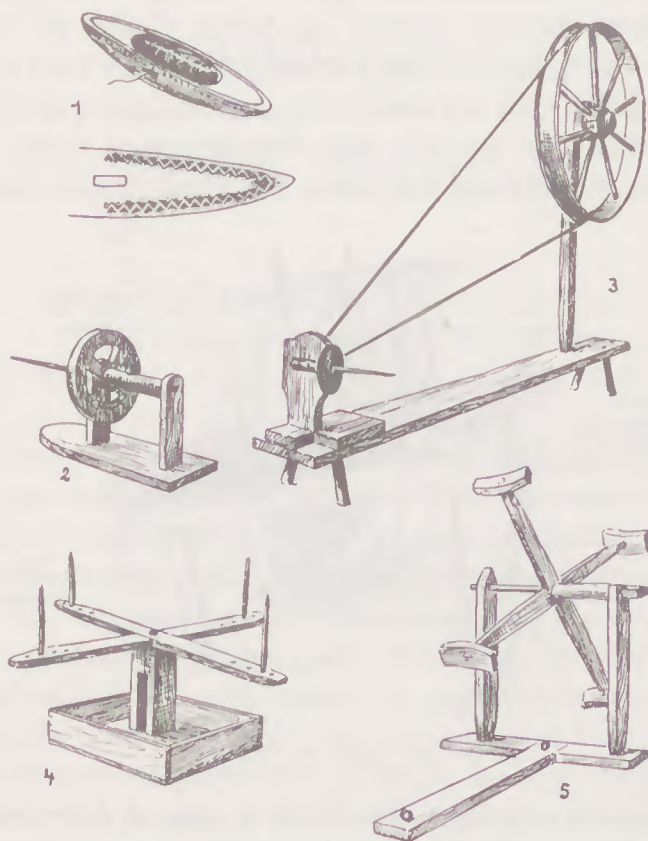


Fig. 18—1) Canela decorada. 2) Caneleiro. 3) Roda de fiar. 4) Sarilho. 5) Dobadoira.

enrolado no fuso em *maçaroca*. Das *maçarocas* fazem-se *meadas*, por meio dum *sarilho*, e depois passam para a *dobadoira*, para se obterem os *novelos*. Antes de ir para o tear metida nas *canelas*, ainda tem de passar pelo *caneleiro*.

O TEAR

O tear de Vilarinho é simples e não apresenta nenhuma particularidade que o distinga dos que se conhecem noutras aldeias do Norte. Como se vê na figura 19, compõe-se duma armação de madeira em forma rectangular, com um *banco* numa extremidade, e na outra, a *tábua de bater*, ou para *tocar*. Por cima desta última está o *órgão*, e, entre este e o banco, fica a *cruz*, donde descem

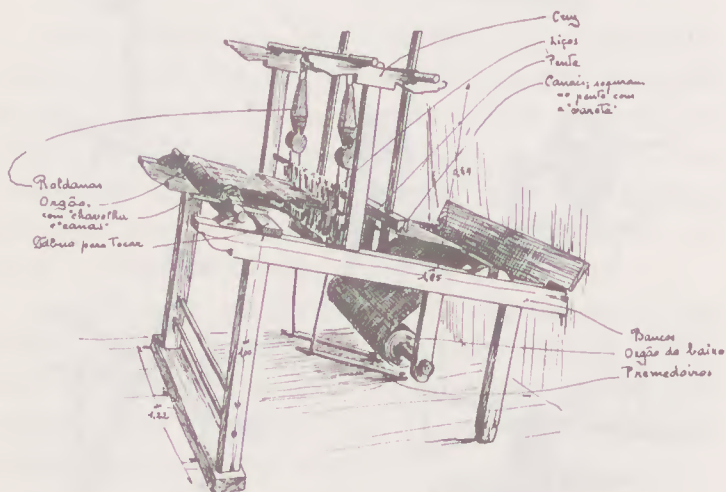


Fig. 19—Tear usado em Vilarinho.

as roldanas e os *liços*. Em frente à *tábua de bater*, está o *compostoiro*, e por baixo do banco fica o *órgão de baixo* e o pedal, *espremedeira*, ou *espremedoiros*, que se accionam com o pé. Os fios longitudinais são os *fios de urdir*, e os transversais, *fios de tecer*. Os fios estão enrolados nas *caneleiras* e nas *lançadeiras*. Ao caixilho de madeira, com aberturas estreitas e verticais, por onde passam os fios da teia, chamam *canais com pente*.

CAPÍTULO IX

CRENÇA POPULAR

RELIGIÃO, SUPERSTIÇÕES, DOENÇAS E REMÉDIOS

Para os que nasceram nas cidades modernas iluminadas de noite como se fosse dia, e esclareceram o seu espírito em contacto com os grandes pensadores, que durante séculos procuraram penetrar os mistérios da natureza, num esforço de reflexão crítica e de investigação racional e metódica da causalidade de todos os fenómenos, difícil será aceitar, a mentalidade simples e, podemos dizer, mítica do habitante de Vilarinho. As cidades e o espírito esclarecido do homem moderno afastaram, há muito, as legiões de demónios e espíritos das trevas, mas não os destruíram completamente. Nas regiões afastadas da civilização, refugiam-se ainda hordas numerosas e sinistras de bruxas e lobisomens, feiticeiras poderosas, que podem tolher os homens com o seu olhar mau, e, ainda, mouras encantadas em fontes e penedos são capazes de atrair o incauto viandante. Será desconhecer a História e a importância do meio

na formação dos indivíduos, querer mostrar intolerância e incompreensão perante as crenças das populações simples. Devemos lembrar-nos, que noutras idades, não foi só o povo inculto quem acreditou em tais demónios e espíritos, e a História dá-nos inúmeros exemplos de crenças dessas em personalidades célebres.

São bem conhecidas as visões de Savonarola, e ainda há tempos se mostrava uma nódoa de tinta na parede do quarto de Lutero, em Wartburgo, feita por este, quando perseguido pelo diabo lhe atirou com o tinteiro. Toda a Idade-Média viveu sob o peso do macabro, e as forças sinistras do reino infernal dobraram os homens de terror, como a nortada verga as plantas do litoral.

Se em épocas históricas toda a humanidade foi mais ou menos presa de tais crenças, não é de estranhar que em aldeias isoladas, onde o homem repete, com pequenas variantes, as formas de vida que os seus antepassados já há séculos repetiam, apareça um tipo humano com uma feição mental bastante próxima deles. Está claro que hoje não há isolamento absoluto, e, mesmo nas regiões mais afastadas, chega o jornal, e o homem por sua vez põe-se em contacto com outras regiões. Mas, apesar disso, a força do meio natural e do clima psíquico da maioria dá o tom geral à povoação. Não é, porém, só o isolamento que explica a feição psíquica de certas populações. A nossa experiência pessoal tem mostrado que a crença supersticiosa é muito mais profunda em certas regiões que noutras, e se bem que ainda não possamos chegar a uma conclusão segura, julgamos que os seranos são muito mais dados a acreditar no invisível que as outras gentes. Até hoje verificamos esta tendência, especialmente acentuada, nas serras graníticas do Norte,

da Peneda ao Barroso, assim como nas serras da Beira-Alta, especialmente Montemuro. Nas populações do planalto oriental transmontano, assim como nas da planície alentejana, não nos pareceu ser tão avassaladora a crença nos espíritos das trevas. Contudo, só uma investigação mais sistemática pode levar a resultados certos. Dizia Lutero que o diabo era triste e que a música o afugentava. Isto, que o frade Agostinho dizia, podemos-lo nós aproveitar, se bem que com um espírito diferente. De facto, certas regiões são avessas à alegria. As serras, sobretudo as graníticas, têm qualquer coisa de desolado e esmagador, principalmente com os seus invernos longos e temerosos, quando as nuvens se arrastam pesadas pelos cimos, e o vento uiva sinistro pelas quebradas. Nesses dias pequenos e escuros, passados ao canto da lareira, e nessas noites imensas, todas as imaginações trabalham desvairadas, presas do medo do desconhecido. As visões duma imaginação desordenada tomam vulto e realidade. Não se sabe onde termina a visão e onde começa o real, e uns vão contando aos outros as histórias estranhas, que a outros ouviram, e que para todos passam a ser verdadeiras. Destas crenças nasce a necessidade de aplacar as forças misteriosas do invisível, e daí um sem-número de práticas supersticiosas, que a Igreja tem desde sempre combatido, com mais ou menos eficácia.

Pelo que acabamos de ver, o habitante de Vilariño, como tantos outros, não foi capaz de se libertar das superstições ao aceitar o catolicismo, e, mais ainda, não lhe é fácil deixar de misturar a crença cristã com muitas outras crenças supersticiosas. Ninguém, contudo, o iria convencer de que não é bom cristão, por perseverar nas suas credices e práticas supersticiosas. Porém

o habitante de Vilarinho é, de facto, um perfeito cristão, no sentido pragmático da palavra. Se não houve nele a possibilidade de aceitar integralmente a explicação do Mundo e da vida que fornece o catolicismo, e persiste em crenças de velhos mitos e práticas que a Igreja condena, nem por isso deixa de se julgar bom cristão e de praticar certas virtudes, bem raras às vezes, em cristãos teòricamente mais ortodoxos.

RELIGIÃO

Como Vilarinho não constitui uma unidade religiosa, e está sob esse aspecto ligado a S. João do Campo, temos de falar em práticas que são comuns às duas povoações, sempre que a distinção não seja possível.

O pároco vive em S. João do Campo, e só vem a Vilarinho quando tem de dizer missa na capela desta povoação, ou quando os seus serviços são necessários. De contrário, os habitantes de Vilarinho deslocam-se a S. João do Campo. Conforme os hábitos comunialistas destes povos, a igreja, parte fundamental da sua vida, também está incluída na organização colectiva. Todos os anos é eleito um vizinho para desempenhar funções relativas ao culto, o qual toma o nome de *procurador*. Este vizinho, tem de fazer todos os serviços da igreja: ajudar à missa, tocar os sinos, etc. A eleição, como tem carácter religioso, e para ser mais solene, é feita pelo padre, que nomeia para *procurador* um homem casado, e sempre à roda pela ordem dos casamentos. Além disso, todos os anos é arrematada a lâmpada da igreja, numa espécie de leilão, que se faz picando de cima para baixo,

ficando o arrematante com a obrigação de fornecer o azeite para a lâmpada, e de olhar por ela. Como todos procuram oferecer o menos possível, porque ficar com o encargo de olhar pela lâmpada é uma honra cara, usa-se na terra dizer a alguém, que num negócio oferece pouco pela mercadoria: — «Olha lá, pensas que isto é a lâmpada?»

Em Vilarinho fazem-se duas procissões anuais, nas duas festas religiosas do lugar, de que mais adiante falaremos: a de Nossa Senhora da Conceição e a do Senhor de Codeceda (1). As procissões são feitas dentro do lugar. Na festa de Nossa Senhora da Conceição, o calvário vem à capela em procissão e volta depois para a sua capela própria.

Em Vilarinho há uma capela grande, onde se diz missa, e duas pequenas, à saída da ponte que vem da povoação. Estas últimas foram feitas há poucos anos e por esforço colectivo. Uma delas foi mesmo construída para aplicar um dinheiro recebido pela comunidade, e com medo que o Estado lho apanhasse.

Dentro da povoação há algumas alminhas; espécie de nichos com tábuas em que estão pintadas as almas do Purgatório, para que os que passam se lembrem dos mortos, e lhes rezem um Padre-Nosso.

Também há o costume de colocar uma cruz, no lugar em que morre alguém de morte violenta.

O padre recebe de cada cabeça de família as *premissas* (primícias), isto é, certas quantidades de géneros

(1) Codeceda é uma freguesia do concelho de Vila Verde. Foi couro do mosteiro beneditino de Santo André de Rendufe. Até 1855 pertenceu à comarca do Pico de Regalados, concelho de Aboim da Nóbrega. (Pinho Leal, «Portugal Antigo e Moderno»).

para a sua sustentação. Cada casal dá ao seu padre, por ano: rasa e meia de centeio (30 litros), rasa e meia de milho e um cântaro de vinho. Além disso, há vários pagamentos em géneros, quando se celebram solenidades religiosas. Quando o padre reza o responso do ano, isto é, um ano após a morte de alguém, recebe 14 medidas (280 litros) de cereal.

Como já dissemos, o habitante de Vilarinho cumpre regularmente com todos os seus deveres de católico praticante, e, apesar de não viver o pároco no lugar, podemos dizer que o seu comportamento é exemplar, sem se darem cenas nem desacatos, formando o que se chama uma irmandade perfeita, com elevado sentido da caridade, e sobretudo de auxílio mútuo.

Em Vilarinho, todas as formas de actividade estão, de certo modo, relacionadas com qualquer tradição, e, por trás dessa tradição, não é difícil encontrar sobrevivências de antigas crenças e ritos. Seria contudo necessário muito tempo, para fazer um levantamento pormenorizado de todas essas curiosas manifestações de anacronismo popular, e limitar-nos-emos a relatar e comentar algumas das mais importantes, começando por aquelas que estão directamente relacionadas com a religião, deixando para o fim as que são nitidamente pagãs, supersticiosas e reprovadas pela Igreja.

O CASAMENTO

O casamento toma um aspecto muito festivo em toda a povoação, não deixando praticamente ninguém de participar na solenidade. Além de representar um novo

começo de vida, e um novo lar, o que é sempre motivo de alegria, para Vilarinho tem a particularidade de surgir um novo chefe de família, que vai participar nas suas reuniões periódicas e intervir nas decisões da comunidade; ou seja mais um membro da Junta.

Em geral, escolhe-se um dia em que se não trabalhe, para que todos possam tomar parte nas cerimónias, sem prejuízo. Pela manhã, à hora combinada, a noiva sai de casa acompanhada pelos padrinhos, família e amigos, todos em trajos festivos e com cara de alegria. À mesma hora sai o noivo com os seus padrinhos e o grupo de amigos, rapazes solteiros, que lhe vão dar as despedidas.

A noiva leva um ramo de flores (hoje artificiais), e laços *se os merece*, isto é, se ainda é virgem, o que numa terra pequena, em que todos sabem da vida uns dos outros, não é fácil de iludir. À saída da igreja, depois do casamento, o noivo vai à frente com a noiva, e atrás os convidados aos pares, formando cortejo, e todos de guarda-chuvas abertos, quer faça sol ou chuva ⁽²⁾. Depois, só os mais íntimos se dirigem para casa dos pais do noivo, ou da noiva, onde há uma refeição abundante, com muito vinho e aletria à sobremesa.

(2) Este hábito do guarda-chuva aberto não deve ser muito antigo, visto que o guarda-chuva é uma descoberta relativamente recente. Contudo, conhecemos o mesmo costume na freguesia da Gralheira, na Serra de Montemuro. Não é de crer que este hábito fosse comum a outras regiões do país, refugiando-se depois em regiões arcaicas, pois o guarda-chuva não pode existir há muito entre tais populações. Devemos ver aqui um simples fenómeno de convergência, ou então o guarda-chuva veio substituir qualquer outro objecto usado noutras épocas em tais cerimónias. Inclina-mo-nos para que seja um caso de convergência. O guarda-chuva é em geral considerado pela gente do campo, todo o ano exposta às intempéries, como um sinal de elegância e distinção, e em todo o Minho era

O ENTERRO

Antigamente os mortos iam a enterrar a S. João do Campo, e ainda hoje se vêem várias cruzes de madeira ao longo do caminho, que serviam para marcar as etapas. Chegados a uma destas cruzes paravam, pousavam o caixão e o padre rezava um responso, depois revezavam-se os homens e o préstito seguia solene e silencioso pelos carreiros da montanha. Agora vem o padre a Vila-rinho, e o defunto é enterrado no cemitério da terra, construído há anos. Não só para o camponês simples, como para todo o homem, a morte é o fenómeno mais impressionante, porque, mesmo para os que nada crêem para além dela, representa o fim duma vida que não volta. Mas o camponês está longe de se dar a tais especulações. Ele vive no meio da vida, sujeito a uma causalidade cujas razões lógicas desconhece, interpreta tudo através da sua imaginação, para quem o mistério é tão real, como as coisas que o cercam. Incapaz duma compreensão perfeita dos mistérios cristãos, demasiado complexos para uma mentalidade simples, ele transforma-os e adapta-os à sua capacidade de entendimento, dos quais tem representações especiais, a que não faltam resíduos

vulgar ver os camponeses ao Domingo a passear com o guarda-chuva no braço. Portanto, não é difícil de aceitar, que em tal cerimónia os guarda-chuvas abertos venham dar certo ar solene e pomposo tanto do agrado do povo.

Se o guarda-chuva de fechar é recente (França, século XVIII), o uso do guarda-sol é antiquíssimo e ainda hoje é atributo de dignidade em vários países muçulmanos e na Abissínia (*). Será curioso levar mais longe a investigação deste costume em Portugal.

(*) Ver sobre este assunto George Montandon, «*Traité d'Ethnologie Cyclo-Culturelle*», Paris, 1934, pág. 353.

de outras, mais antigas, transmitidas através de muitas gerações. Assim, não é difícil encontrar vestígios de práticas antigas e outras talvez de criação local, entre as nossas populações rurais, relativas à morte.

Em Vilarinho há o costume de sair uma mulher com a *obrada* (oblata) num *çafate*, à cabeça, antes do defunto sair de casa. A oblata é uma espécie de oferenda especial que se faz a Deus, mas que é entregue ao padre. Consta de meia rasa de milho e meio quilo de toucinho.

Esta mulher deve caminhar à frente do enterro, muito séria, sem voltar a cabeça para trás, nem falar a ninguém até se enterrar o defunto, de contrário iria perturbar a sua alma.

Quando morre alguém, vai nessa noite um representante de cada família passar a noite a casa do morto, onde reza trinta Padre-Nossos, trinta Ave-Marias e trinta Glórias. A família dorida dá bolo a cada um, e no dia seguinte oferece-lhes vinho, uma posta de bacalhau e pão. Este costume de velar os mortos é prática muito antiga e relaciona-se com crenças animistas. A vela do cadáver faz parte dum certo número de deveres para com os mortos, que já em tempos remotos se praticavam entre os povos indo-europeus, e atestam a crença na vida posterior, pessoal, do homem depois de morto (3).

Os doridos também costumam dar uma ração de pão e um copo de vinho àqueles que acompanharam o enterro. A distribuição é feita na ponte, ao ar livre, quando regressam do cemitério.

(3) Eugen Mogk, «Mitologia Nórdica», Colección «Labor», 308, pág. 67 a 73.

Aqueles que *botam missa* pela alma do defunto recebem da família do morto uma posta de bacalhau e uma boroa de trigo.

É extraordinária a presença que o morto continua a ter entre os seus. Durante anos guarda-se luto, não se canta nem se vai a festas, e fala-se sempre dele como se tivesse desaparecido na véspera. O homem moderno procura triunfar do peso da morte, e esforça-se por esquecer tudo que não tem remédio e lhe vem ofuscar o brilho dos seus breves dias. Mas o serrano não é assim. Ele presta um culto sincero aos mortos e não se acobarda perante a dor que provoca a lembrança do ausente. Um pai, um filho ou irmão desapareceu do reino dos vivos, mas eles ficam solidários com aqueles que viveram ao seu lado, as mesmas dores e as mesmas alegrias, tentando com rezas minorar o seu sofrimento e ajudá-los a entrar para o reino dos Céus, em que absolutamente acreditam.

Segundo Tude de Sousa, cada freguesia tinha um livro que regulava as relações com os respectivos párcos. Vilarinho, eclesiásticamente dependente de S. João do Campo, nunca devia ter tido tal livro, mas as diferenças duns povos da serra para os outros são em matéria religiosa bastante diminutas. As próprias Câmaras Municipais intervinham nesta espécie de relações, procurando mediante posturas assegurar o prestígio da religião. Será curioso transcrever do Código de Posturas Municipais do concelho de Terras de Bouro, de 1853, as seguintes *Providências sobre a observância da nossa Santa Religião Católica Romana*, que transcrevemos da citada obra de Tude de Sousa (4):

(4) Tude de Sousa, «Gerez», Coimbra, 1927, págs. 69-70.

«Artigo 1.º — Toda a pessoa, que na ocasião da Missa estiver falando, ou de qualquer modo perturbar os assistentes, comete falta de respeito à Religião, e incorre na disposição do § 2.º do artigo 130.º do Código Criminal.

«Artigo 2.º — Toda a pessoa, que, cabendo-se na igreja ou capela, ficar fora da porta a ouvir Missa, ou inquietando quem entra, pagará duzentos réis.

«Artigo 3.º — Ninguém trabalhará com bois e carros nos domingos e dias santificados (excepto em urgentíssima necessidade), nem se empregará em outras obras servis que não sejam permitidas por costume legítimo, nem tão-pouco venderá objectos que não sejam de indispensável e quotidiana necessidade, e quem o fizer pagará por cada vez quinhentos réis.

«Artigo 4.º — Todos os chefes de família e tutores mandarão seus filhos, criados e tutelados à doutrina, e aquele que contravier, sem justa causa esta disposição pagará por cada vez seiscentos réis, excedendo as faltas a cinco cada ano (5)».

PRÁTICAS RELIGIOSAS EM PARTE PROIBIDAS PELA IGREJA, OU CAÍDAS EM DESUSO

CERCOS

Todos os anos, mas sobretudo em épocas de grandes calamidades, era uso fazerem cerco à aldeia, em pro-

(5) Tude de Sousa, transcreve a seguir o «Livro dos usos e costumes», da freguesia de Santa Marinha de Covide, do Concelho de Terras de Bouro, escrito no ano de 1744, que os estudiosos podem consultar.

cissão, com o S. Sebastião, advogado contra a fome, a peste e a guerra, e no qual há enorme crença, prestando-lhe o povo um culto especial em muitas aldeias da serra. Em Vilarinho chegava a procissão de S. João do Campo, com o *Procurador* à frente, levando a cruz. A seguir vinha o S. Sebastião, o S. João e *os mais santos*, depois os homens, seguidos pelo abade, e por fim, fechando a procissão, as mulheres. O cortejo dava a roda ao lugar e nos sítios mais alcantilados e de difícil passagem, tiravam o S. Sebastião do andor e levavam-no nos braços, para que o cerco ficasse completo. Quando terminava o cerco, havia, em geral, sermão em S. João do Campo, recolhendo os santos às suas capelas.

Conta Tude de Sousa (6) que, antigamente, em certas povoações, ia um grupo de tamborileiros à frente, com bombos e caixas de rufo, seguidos por atiradores com antigas armas de pederneira, fazendo descargas de tempos a tempos, com pólvora bombardeira e com buchas de folhas de figueira, para fazer mais barulho. Às vezes também havia música, e esta ia no cortejo entre o padre e os homens.

Hoje os cercos já se não fazem desta maneira, porque as autoridades eclesiásticas de Braga os proibiram (7). Contudo, a crença no valor do cerco é tal, que os párcos em certos casos de grande emergência, como epidemias ou outros males, não podem resistir às súplicas do povo e fazem então o cerco à igreja.

(6) Tude de Sousa, «Gerez», Coimbra, 1927, pág. 93.

(7) Ver Augusto César Pires de Lima, «O Fim dos Cercos de S. Sebastião», in «Boletim do Douro-Litoral», segunda série, II, Porto, 1944, págs. 33 e seguintes.

O padre sai paramentado, acompanhado pelas mulheres, fazendo-se acompanhar do S. Sebastião e doutros santos, e dão a volta à capela, pelo adro, cantando a ladainha.

A crença na força milagrosa de S. Sebastião é enorme, e é curiosa a promessa que lhe costumavam fazer para obter dele qualquer graça especial, que era a de fabricar uma toalha de altar em vinte e quatro horas. Era preciso que dentro deste prazo as mulheres fiassem o linho, o dobassem, urdissem e tecessem a toalha, para que o padre pudesse celebrar a missa da promessa sobre ela ⁽⁸⁾. É interessante notar-se que a crença no valor misterioso dum tecido de linho preparado em vinte e quatro horas, é muito antiga e tem uma origem pagã. Já na Constituição do Bispado de Évora (1534), vem entre outras condenações de ritos pagãos, a de que se não deve vestir camisa fiada e tecida em um dia.

CLAMORES

Os clamores eram procissões de preces em que se entoavam ladainhas em coro ⁽⁹⁾.

Hoje não costuma haver clamores em datas fixas, e só em épocas de desgraças meteorológicas, como grandes secas, ou muitas chuvas. Além dum representante de cada casa, obrigado a comparecer sob a ameaça

(8) Tude de Sousa, «Gerez», Coimbra, 1927, pág. 96.

(9) Vergílio Pereira, no «Cancioneiro de Cinfães», registou seis *cramois* (metátese de clamor), que encontrou na Gralheira. Ver Rebelo Bonito e Vergílio Pereira — As «Cantas» e os «Cramóis» do Cancioneiro de Cinfães, como formas arcaicas da «Etnografia Musical», in «Boletim do Douro-Litoral», terceira série, 1, Porto, 1948, págs. 21 e seguintes.

de multa, vêm pessoas de outras freguesias fazer rezas e cantar ladainhas, tendo cada família de receber em suas casas os indivíduos de fora, que o *Zelador* determinar. Contudo, noutros tempos, estes clamores tiveram uma importância muito grande, e não resisto a transcrever umas páginas de Tude de Sousa, sobre tal costume:

«Também na capela do Bom Jesus, de Vilarinho da Furna, pertencente à freguesia de S. João do Campo, se faziam em tempos clamores e cercos de nomeada com farta concorrência de freguesias vizinhas. Assim o diz a informação do pároco Custódio José Leite, de 9 de Maio de 1758 ⁽¹⁰⁾.

«A capela do Bom Jesus é frequentada de algum povo, principalmente nos dias 2 e 3 de Agosto que é ocasião em que o Juiz do Concelho e mais oficiais dele vêm de romagem ao mesmo Bom Jesus, a que chamam procissão geral, fazendo preces com as onze cruzes do Concelho a que acompanha um clérigo cantando a ladainha e se observa essa procissão por tal sorte que se lê o rol das freguesias, condenando as casas donde não vier uma pessoa delas; porém também não somente na mesma ocasião vem povo do mesmo Concelho chamado de Terras de Bouro, mas também por sua devoção concorre do concelho de Santa Marta mas ainda do Couto de Souto.»

No fim dos clamores costuma haver comezaina a que o Procurador assiste ⁽¹¹⁾. Antigamente, segundo

⁽¹⁰⁾ Torre do Tombo, «Dicionário Geographico de Portugal», do Padre Luís Cardoso, vol. 8.º, n.º 78.

⁽¹¹⁾ Tude de Sousa, obr. cit., págs. 99-100.

Tude de Sousa, este era obrigado a fornecer seis cântaros de vinho (12 litros cada), pagos do dinheiro da freguesia ⁽¹²⁾.

ESCONJUROS

Quando qualquer calamidade cai sobre a população, como, por exemplo, a bicha do milho, etc., o padre vai com o povo pelos campos ler o esconjuro, para que a bicha desapareça, cantando todos ladainhas.

Os esconjuros também se faziam para afastar perigos metereológicos, como, por exemplo, as tempestades, as trovoadas com granizo e até a própria chuva.

Enquanto que na *Ibéria Seca* os homens só imploram Deus para que lhes envie água, na *Ibéria Húmida* o excesso de água pode ser um problema, e vêem-se então as populações rurais esconjurar as nuvens carregadas de água, para as afastar dos seus terrenos.

A Galiza possuía os *nubeiros*, indivíduos destinados a escorraçar os demónios das nuvens tormentosas, e é possível que ainda hoje os tenha, os quais correspondem aos *tempestarii* dos antigos ⁽¹³⁾. Nas regiões dos bascos, estas práticas foram muito espalhadas, e não resistimos a transcrever uma parte do Capítulo XIX do livro de frei Martín de Castañega, que fala pormenorizadamente da magia basca. Diz ele: «Los conjuradores y cõjuros de las nuves y tempestades son tan publicos e(n) el reyno

(12) Tude de Sousa, obr. cit., pág. 97. Ver o que Pinho Leal conta das ladainhas e clamores feitos ao S. Miguel da Portela do Homem, que mais tarde foi levado para Vilarinho da Furna, onde se encontra (Pinho Leal, «Portugal antigo e moderno», vol. VII, sob Portella do Homem).

(13) Oliveira Martins, «Sistema dos Mitos Religiosos», 4.^a ed., pág. 298.

que por maravilla ay pueblo de labradores donde no tengan el salario señalado y una garita puesta e(n) el cãpanario o en algun lugar muy publico y alto para el cõjurador porq este mas cerca d las nuves y dmonios. Anda este error tã desvergõçado q se offrecen a guardar el termino de la piedra de aquel año y toman porfia y apuestan sobre ello con otros conjuradores comarcanos [y estos tales muchas vezes son los curas de los lugares] y al tiempo de lós cõjuros dizen y loanse que juegan con la nuve como con una pelota sobre quien aquié(n) se la hechara en su termino y algunos que presume(n) de mas sabios hazen cercos e(n) ellos y dizen y loanse que se veen en tanta priessa con los dmonios que les hechã el çapato del pie para que con el se despidan y salen del cerco muy fatigados y loanse de muy esforçados y senãlan terminos dentro de los quales quieren que se estiendam y valgan sus cõjuros procurãdo de hechar la nuve fuera de su termino y que caya en el de su vezino o en tal lugar o parte señalada» (14).

Neste trecho destaca-se a frase metida em parentesis: «y estos tales muchas vezes son los curas de los lugares». De facto, os párocos participavam, às vezes, em certas práticas de tipo tradicional, hoje proibidas, ou reprovadas pela Igreja. Isto, porém, nada tem de extraordinário. O pároco, vivendo a vida dos seus paroquianos, tem de ser influenciado pela força poderosa e assimiladora do clima psíquico local, sobretudo quando nele nasceu e cresceu. Além disso, sendo o responsável pela protecção e salvação dos que vivem à sua volta, e que ansiosos, em caso de aflicção, apelam para o milagre, quem pode impedir

(14) Caro Baroja, «Alguns Mito: Españoles», Madrid, 1944, pág. 221.

que colabore com eles e os ajude mesmo que, por vezes, tenha de ultrapassar os limites rígidos que a Igreja impõe? Hoje, porém, a maioria dos sacerdotes tem outra preparação e opõe-se tenazmente a todas essas práticas. Se as não podem extirpar do povo, pelo menos não colaboram nelas.

ENCOMENDAÇÃO DAS ALMAS

Durante o mês da quaresma, havia o costume de ir um homem de Vilarinho, todas as noites, para uma pequena elevação sobranceira ao lugar, donde encomendava as almas do Purgatório. Com voz lúgubre e cantada, lembrava aos vivos todos os que tinham desaparecido do seu convívio, e pedia para que lhe rezassem um Padre-Nosso e uma Ave-Maria. Durante uma hora, mais ou menos, ia lembrando os que tinham morrido, e as pessoas, em suas casas, rezavam pela alma dos defuntos.

Isto, que ainda é frequente em muitas aldeias do Norte, caiu em desuso.

SUPERSTIÇÕES

Vamos agora entrar no campo da superstição pura, naquela zona obscura da crença, que tem resistido séculos à acção da Igreja, e se mantém, ainda hoje, quase tão viva como outrora. Para bem compreendermos a mentalidade desta gente, devemos lembrar-nos que eles se encontram um pouco à margem da História; são como charcos parados em depressões das margens dum rio torrencial. O rio corre, umas vezes revoltoso e temeroso, outras vezes

mais calmo e risonho, mas caminha sempre para o seu fim, que é o mar, enquanto os charcos lá ficam a reflectir as estrelas nas noites calmas de verão, ou perturbados pelas chuvas e ventos do inverno, mas praticamente fechados em si, quase que com destino próprio. Por isso, os habitantes destas regiões solitárias e agrestes, que vivem entre encostas rochosas e sombrias, onde o inverno pesa mais que o verão, cercados ainda por velhos bosques espontâneos, onde uma vida misteriosa pulula, não são facilmente influenciados pelas correntes do pensamento, ou da civilização. A civilização chega lá na forma de alguns instrumentos mais aperfeiçoados, ou de algumas fazendas da indústria mais baratas, mas o seu espirito escapa-se-lhes. Do pensamento só chega o aspecto mais degradado e mercantilizado: o jornal. Mas, mesmo este, só o recebem um ou dois que emigraram, noutros tempos, e querem ainda ter a impressão de guardarem contacto com o mundo em que viveram. É, contudo, só a impressão, porque o meio é mais forte do que o indivíduo, e ao fim duns anos de luta o homem é novamente assimilado.

Colocado no meio duma paisagem grandiosa e esmagadora, o homem vive continuamente ameaçado por forças malignas e espíritos maus que é preciso aplacar. Não é naturalmente tão viva a crença nesses espíritos, como o foi há muitos séculos, mas é contudo ainda extraordinariamente viva.

Qualquer acto da vida tem o seu ritual, que muitas vezes se nos escapa, ou porque no-lo escondem, ou porque já se tornou imperceptível à força de repetido. Muitas práticas mesmo, já representam antomatismo tradicional, e os homens esqueceram-se do seu signifi-

cado primitivo. Pode-se dizer que a superstição forma uma longa cadeia, cujos primeiros elos já foram esquecidos, e só surgem ocasionalmente, embora se lhes tenha perdido o sentido, e em que os últimos se misturam inconscientemente com os valores da vida actual.

Como já dissemos, a superstição é a crença em certas forças que é preciso aplacar, ou chamar em auxílio do homem, ou que muitas vezes só se desejam interpretar.

A pseudo-ciência, que permite ao homem dominar essas forças, é a magia. Esta tem determinado mitos e dogmas, se bem que rudimentares, porque a magia tem sempre fins utilitários em vista, enquanto a religião se propõe objectivos elevados e fins superiores. A magia visa, como dissemos, fins utilitários e práticos que, como é natural, variam segundo as profissões dos indivíduos e as circunstâncias em que eles se encontram, possuindo determinadas fórmulas para os diferentes casos.

Nós podemos dividir estas fórmulas em quatro tipos principais: agrícolas, medicinais, marítimas e eróticas. Em Vilarinho temos de excluir as marítimas, que como é natural, não têm lá razão de existir. As fórmulas eróticas também quase não existem a não ser em pequenas coisas, como as práticas da noite de S. João de que falamos abaixo. As mais importantes são as duas primeiras, pois, como camponeses, em primeiro lugar está a necessidade de proteger as colheitas, e como homens as de se defenderem pessoalmente contra as investidas dos espíritos malignos. A magia tem duas atitudes; uma passiva, de mera defesa contra o ataque, outra activa, em que procura aproveitar-se das forças existentes na natureza, para obter determinados

fins. Segundo Frazer ⁽¹⁵⁾ a magia assenta em dois princípios do pensamento primitivo, a saber: primeiro, todo o semelhante atrai o semelhante, ou um efeito é semelhante à sua causa; segundo, as coisas que uma vez estiveram em contacto, continuam a exercer acção uma sobre a outra, mesmo que o contacto tenha acabado. Ao primeiro chama-lhe lei de semelhança e ao segundo lei de contágio ou contacto. Da primeira lei conclui-se que se pode obter efeito por simples imitação, da segunda, que aquilo que se fizer a um objecto material, se faz à pessoa que com ele esteve em contacto. Vê-se que os dois grandes princípios lógicos da magia, se reduzem a duas aplicações diferentes e falsas da associação de ideias.

As principais práticas supersticiosas neste povo de agricultores e pastores têm por fim proteger as colheitas, e relacionam-se com festas e ritos pagãos, hoje em grande parte confundidos ou misturados com práticas cristãs. As duas principais épocas são as dos solstícios, que coincidem com o Natal e o S. João. Como em muitas outras regiões da Europa, repetem-se aqui certos costumes, que não vale a pena enumerar por serem extensivos a quase todo o país. Além disso, a consciência pagã perdeu-se, e o que se festeja hoje é o nascimento do Menino Jesus e não o dum novo ano que começa, assim como no S. João é também o S. João Baptista, e não a época da plenitude da vida e das colheitas.

Contudo, a superstição pode-se facilmente distinguir da religião propriamente dita, numa série de costumes

(15) Frazer, «Les Origines magiques de la Royauté» (Paris, 1920), «L'Homme Dieu et l'Immortalité» (Paris, 1928).

ligados a festas cíclicas como: o Natal, os Reis, o Carnaval, a Páscoa, o S. João, etc.

Na noite de Natal, pela meia-noite, vêm à rua com um cavaco aceso tirado da lareira, para ver de que lado está o vento. Depois, conforme o resultado, sabem o tempo que vai haver durante metade do ano. Chamam-lhe eles as tēmporas. Se vem do Norte, o ano é frio; não mata nem cria. Se é do Sul, o ano é quente. Se é do Nascente, vão ter chuva quente. Se é do Poente vão ter chuva fria. Outros costumam ir às cortes do gado, a essa hora, ver para que lado estão deitados os bois e as vacas, tirando também daí conclusões do tempo. No S. João também se pode adivinhar o tempo por processos idênticos.

Nos Reis, costuma ir um grupo de rapaziada pelas portas cantar, e no dia seguinte vão pedir à porta de quem cantaram. Costume esse relacionado com antigas práticas pagãs.

Sobrevivências dum deus da vegetação, que em muitos lugares se sacrifica na forma do Judas ⁽¹⁶⁾, e que se supõe remontar aos tempos neolíticos ⁽¹⁷⁾, encontrámo-lo na forma do *Pai Velho*. O *Pai Velho*, é um boneco de palha vestido com roupas de homem, que no Domingo Gordo e na terça-feira de Entrudo costumam passear pelas ruas da povoação e pelo campo, dentro dum carro de bois. Atrás vai outro carro, enfeitado com flores e cheio de moças a cantar, acompanhado por uma *ronda* de rapazes, a tocar *viola*, *concertina* e *cavaco*.

(16) Jorge Dias, «A queima do Judas», in «O Nosso Lar», 1948, n.º 3.

(17) Richard Weiss, «Volkskunde der Schweiz», Erlenbach-Zurique, 1946, pág. 159.

No dia 1.º de Maio, também costumam pôr *maias* nas portas e janelas. Na véspera, seja muito ou pouco o serviço, vai sempre um de cada casa apanhar maias. Dizem eles, que é para comemorar o milagre que sucedeu quando Nosso Senhor andava perseguido e se refugiou numa casa de gente amiga. Um inimigo viu-o entrar na casa, e marcou-a com uma flor de giesta, mas no dia seguinte, quando veio com muitos soldados para o matar, todas as portas e janelas estavam enfeitadas com maias, e ele não pôde reconhecer a casa em que Jesus se acolhera.

É bem sabido de todos que este costume tem raízes em ritos pagãos, cujo significado se perdeu entre o povo, mas que subsiste em muitos sítios e com outras formas, como o Maio Moço, as Rainhas de Maio, e a Árvore de Maio.

No dia de Páscoa, quando o Senhor visita as casas, costumam enfeitar as janelas com ramos de loureiro.

No S. João as moças sabem ler nas águas prognósticos de casamento, para isso deitam-lhe à noite um ovo, e conforme os desenhos que este fizer na água, assim será o seu destino. O orvalho da noite de S. João dá beleza aos jovens e vigor aos velhos, e muitos esfregam-se com ele pela manhã cedo, antes do sol nascer.

Onde porém estas crenças são mais vivas é no respeitante à defesa do individuo perante os ataques dessas forças misteriosas, que umas vezes surgem na forma de doença estranha, ou de repente, quando de noite se vai por um caminho.

São as bruxas, os lobisomens e ainda espíritos indefinidos, que sob a forma duma sombra tolfem a pessoa de medo e a aniquilam. Até os próprios animais

estão sujeitos a esses ataques. Para isso, os homens defendem-se com talismãs e amuletos de grandes virtudes. Ao pescoço das crianças com interites, vêem-se umas saquinhas, que contêm vários ingredientes, considerados muito eficazes para afastar os maus espíritos. Um talismã muito usado contra os espíritos e contra os lobisomens é o *sino saimão* (signo Salomonis), que se vê gravado nas camas, nas cangas de bois e noutros lugares. As ferraduras de burro, ou de cavalo pregadas nas portas, também impedem a entrada aos espíritos, sobretudo às bruxas. Todos os actos dos homens devem ser calculados de maneira a evitar que o espírito se possa aproveitar da ocasião.

Um dia, vimos uma rapariga chegar-se a um rego de água, para se lavar. Primeiro lavou as mãos, depois fez o sinal da cruz, e só depois disto é que começou a lavar a cara.

Quando uma pessoa fica *tolhida* por um susto, e não consegue depois encontrar sossego nem saúde, tem de ser defumada, e para isso procura uma benzedeira, que põe umas brasas num caco, sobre as quais deita: alecrim, loureiro, sal, alho, bosta, fermentos, ruda, oliveira (falta um de que não se lembraram, pois são nove ingredientes).

Enquanto as brasas fumegam, a benzedeira dá três voltas à roda do padecente e diz: «assim como Nossa Senhora defumou o seu menino para cheirar, assim te defumo eu para sarar». E nomeia uma série de santos, após o que está terminada a *defumação*.

Também se pôde aproveitar a força mágica das benzedeiros para curar certas doenças, como, por exemplo: espinhela caída, ou pulsos abertos. Chama-se a isto, *coser o pulso aberto*. Quando alguém abre um pulso, procura

uma mulher velha, que conheça as maneiras de *talhar*, e se chama *benzedeira*.

Esta põe um púcaro de água ao lume até esta ferver, em seguida pega no púcaro, que coloca de fundo para o ar dentro dum alguidar. Se o pulso estiver, de facto, aberto, a água sobe do alguidar para o púcaro, e então a benzedeira coloca sobre o fundo umas tesouras metidas num novelo de linha, com uma agulha e um dedal. O padecente estende o braço sobre o púcaro enquanto a benzedeira vai dizendo: «Eu te coso», o padecente responde: «fios tortos». Depois de terem repetido isto algumas vezes, a operação está terminada e o pulso fica são.

Vamos aqui transcrever uma das muitas práticas mágicas que o Santo Ofício de Logroño, em Março de 1725, aponta como proibidas e sujeitas a castigo, pela semelhança que apresenta com a maneira de talhar o pulso aberto em Vilarinho.

«Para el remedio de las Inflamaciones, calientam la Agua con algunas Yervas, la echam en una Gamella, en la qual ponen una Olla boca baxo, sobre la Olla un Payne, sobre el Payne unas Tijeras, sobre las Tijeras una Abuja de coser, e sobre todo ponen la Parte inflamada, y cubriendola con alguna ropa, dicen algunas palabras, y Oraciones, y a vezes el agua de la basija se retira, y se mete en la dicha Olla puesta boca abajo» (18).

Como se vê, é flagrante a semelhança dos pormenores, o que demonstra a extensão das fórmulas da magia, que de há muito se espalharam por toda a

(18) Tirado de Julio Caro Baroja, «Alguns Mitos Españoles», Madrid, 1944, pág. 233.

Europa. No interessantíssimo livro de Caro Baroja, «Alguns Mitos Espanhóis», o autor relaciona certos mitos espanhóis com outros dos tempos gregos e romanos.

Sobre lobisomens e bruxas são inúmeras as histórias, aliás todas parecidas. A crença nos lobisomens é extensiva a grande parte do Mundo. Frazer diz que encontrou esta crença na Europa, na Ásia e na África (19). Por todo o nosso País, assim como por muitas outras regiões da Europa, tivemos ocasião de deparar com gente que sabia histórias acerca dos lobisomens, que nas suas linhas gerais coincidem umas com as outras. Consiste o mito do lobisomem na crença de que certas pessoas, graças à magia, se podem transformar em animais: lobos, burros, bodes, etc., e que depois, a certas horas da noite, vão pelos campos e caminhos cometer desacatos e inquietar as pessoas e os animais. Quem ferir o animal em que a pessoa se transformou, fere ao mesmo tempo o feiticeiro e o encanto acaba, mas convém evitar ser salpicado pelo sangue, pois podia-se também ficar lobisomem. São várias as explicações dos motivos por que se fica lobisomem, mas é crença quase geral, que o feiticeiro o não é voluntariamente, e anda a cumprir um fado imposto pelo destino. Este destino actua de maneiras diferentes: ou o feitiço resulta da ordem do nascimento, isto é, quando num casal depois duma série de sete filhas nasce um filho, ou quando se é contaminado pela baba ou pelo sangue dum lobisomem. Reproduzimos aqui uma destas histórias que nos contaram em Vilarinho.

(19) James George Frazer: «Le Trésor Légendaire de L'Humanité», Paris, 1925, pág. 41.

HISTÓRIA DO LOBISOMEM

«A casa do pastor Cancela, vinha, às vezes, um lobisOMEM em forma de reixelo (bode), que perturbava a tranquilidade da casa, pondo os animais em sobressalto e causando prejuízos.

O Cancela, que era homem decidido e pouco para medos, escondeu-se, uma noite, entre o centeio, com um *cutelo* (cutelo), e esperou até o reixelo chegar. Quando este veio, e passou aos saltos perto dele, atirou-lhe o cutelo com tal força, que o chão no dia seguinte estava tinto de sangue; mas nem vestígios do reixelo nem do cutelo. O Cancela procurou e matutou no caso, durante muito tempo, mas por fim desistiu e esqueceu-se do sucedido.

Passados tempos, o Cancela foi comprar reses por outras terras e, na casa dum negociante de gado, viu um cutelo igual ao seu, o que o espantou bastante, pelo que perguntou ao homem, onde é que ele tinha adquirido aquele cutelo. Mas o homem não lhe respondeu, e convidou-o a comer com ele, indo-se ambos deitar em seguida.

No dia seguinte pela manhã, o homem foi buscar a *res* (cabras) que o Cancela queria comprar, e não quis dinheiro pelos animais, dizendo que lhos dava em paga dele lhe ter quebrado o encanto, pois já não voltava a transformar-se em reixelo depois do Cancela o ter ferido.»

A história, como se vê, não difere do tipo geral da lenda do lobisOMEM, simplesmente a ideia de cumprir um fado, é aqui bem clara, pela expressão: quebrar o

encanto. Vê-se perfeitamente que o lobisomem é um feiticeiro involuntário, e vítima de forças mágicas superiores e implacáveis.

É curioso, que em épocas de grande exaltação da imaginação, como sucedeu durante a Idade-Média, chegou a haver verdadeiros casos de alucinação com carácter patológico, que a medicina classificou de lincantropia, e que consistia em certas pessoas se convencerem de que eram lobos, e começarem a andar a quatro e a uivar como êsses animais ⁽²⁰⁾. Hoje a imaginação contenta-se em acreditar na existência de tais seres monstruosos.

As primitivas fontes germânicas já falam nos homens lobos, dotados duma força e ferocidade extraordinárias, crenças que ainda subsistem (Werwolf ou Boexenwolf no ocidente da Alemanha central) entre outras populações rurais ⁽²¹⁾.

AS BRUXAS

Ao contrário dos lobisomens, as bruxas já não cumprem um fado, mas servem-se voluntariamente da magia para poderem exercer depois o seu poder sobre os homens.

A crença nas bruxas é também muito antiga e imensamente espalhada pela Terra, havendo épocas do ano, sobretudo nos dias de S. Tomás, S. João, véspera de Natal e segundas-feiras, em que são mais

⁽²⁰⁾ Oliveira Martins, «Sistema dos Mitos Religiosos». Lisboa, 1922, pág. 322.

⁽²¹⁾ Eugen Mogk, «Mitologia Nórdica», Coleccion Labor, 308, pág. 66.

temíveis, ⁽²²⁾ tendo todos de se acautelar das suas investidas.

Não há distinção clara entre bruxa, feiticeira, mulheres de virtude, benzedeadas, etc. Crê-se em geral que as benzedeadas e as mulheres de virtude têm também o poder de se transformar noutros seres, mediante o conhecimento da magia, que possuem, e andam depois a chupar o sangue dos animais e das pessoas, a cometer toda a casta de desacatos, que por vezes podem ir até desgraçar completamente as pessoas. Nem sempre, porém, as benzedeadas têm o poder mágico de serem bruxas, nem feiticeiras, e o seu poder limita-se a aplicar as fórmulas que conhecem para curar certos males, ou ajudar as pessoas. Já por aqui se vê, que há duas espécies de feitiços, os bons, e os maus. De facto, as feiticeiras podem ajudar a sarar os enfermos, e a afastar espíritos maus, ou podem aplicar a força mágica contra as pessoas, para as tolher, ou para as tornar presas de outras, como sucede com os filtros de amor, que têm a capacidade de tornar a pessoa que os toma irremediavelmente enamorada de quem lhos dá, mesmo que sejam pessoas velhas e horrendas. Em Vilarinho, e no nosso País, de maneira geral, só as mulheres têm estes poderes mágicos.

Os maus olhados são sempre lançados por mulheres, com feitiços, e só as mulheres conhecem bem a magia activa e sobretudo a magia má. Já Michelet dizia, que para cada feiticeiro há dez mil bruxas ⁽²³⁾. Por isso, embora as pessoas precisem delas, e as procurem em momentos de aflição, são sempre temidas e odiadas, e

(22) Frazer, «Le Trésor Légendaire de L'Humanité», Paris, 1925, pág. 39.

(23) Oliveira Martins, «Sistema dos Mitos Religiosos», 4.^a ed., pág. 214.

em quase todas as épocas foram perseguidas. São seres que têm pacto com o diabo, e cuja força mágica lhes vem de qualquer origem diabólica e terrível, e que renegaram toda a fé, o que não quer dizer, que em muitas povoações não enfileirem entre as beatas. O povo, serve-se de todos os meios para afugentar os seus feitiços: ramos de alecrim e arruda com uma tesoura aberta sobre o travesseiro dos filhos; rosários de cabeças de alho ao pescoço (também útil para preservar das bichas); figas como amuleto ou como gesto; chinelos velhos queimados; uma luz acesa sempre, desde que a criança nasce até que se baptize; uma ferradura pregada na porta; meias calçadas do avesso; espada nua à cabeceira, etc. ⁽²⁴⁾. Só assim se pode conseguir sossego durante a noite. Desde todos os tempos perseguidas, queimadas pelo Tribunal da Inquisição, às centenas, presas hoje pela polícia, elas continuam sempre as suas práticas mágicas, e continuarão apesar de toda a guerra que se lhes possa fazer, enquanto a população se não elevar a uma compreensão de vida mais perfeita, mais lógica e esclarecida.

A bruxa vive da concepção mítica da Natureza, que dá lugar a todas as crendices e temores, e morrerá se o homem alcançar uma atitude de reflexão crítica perante o Mundo e a Vida. Porém, estamos ainda longe de chegar a tal idade, e hoje, como outrora, a bruxa predirá o futuro, defumará os tolhidos, coserá os pulsos abertos; levantará espinhelas e partirá louca pelos ares, cavalgando um engajo, para um *sabbat* longínquo e desvairado, onde se cevarão os espíritos enlouquecidos por uma inaginação histérica e infrene.

(24) Oliveira Martins, «Sistemas dos Mitos Religiosos», 4.ª ed., pág. 316.

Em Vilarinho da Furna, como em muitos outros pontos do País, é esta mais ou menos a crença em tais seres míticos, dos quais se contam inúmeras histórias, que nada trazem de novo. Contarei, contudo, uma, que lá ouvi, como ilustração dessas crenças.

HISTÓRIA DAS BRUXAS

«Um vaqueiro, chamado Manuel Guedes, ia certa tarde pelo caminho das Laceiras, quando veio uma mulher montada num burro ao contrário; com a cara virada para o rabo e com muitas galinhas à volta dela.

«Quando o Guedes se aproximou o grupo transformou-se em duas lindas mulheres, muito bem vestidas, que começaram a dançar à volta dele, e o queriam levar.

«O Guedes aflito benzeu-se, e tudo desapareceu como por encanto.»

Aqui temos nós uma das muitas variantes destas histórias. Primeiro, a possibilidade das bruxas se transformarem em animais e noutras pessoas, como mulheres muito lindas. Depois, o aspecto estranho em que se apresentam; esta montada num burro ao contrário e com galinhas à volta. Por fim, o elemento de sedução: duas mulheres muito lindas, a dançar à volta do homem.

Como elemento último, o fim macabro de levar o homem com elas, para o fazerem vítima dos seus propósitos diabólicos. Contra esta força mágica, o homem aplica-lhe uma fórmula antídoto, que neste caso foi o sinal da cruz, e o feitiço desfaz-se como por encanto.

É uma cadeia de pensamentos míticos, de simplicidade elementar, e sempre parecidos em toda a parte, mas

que para a gente ingênua do campo, tem a força imensa do sobrenatural, que os apavora e ao mesmo tempo os atrai, pelo que este maravilhoso contém de riqueza de possibilidades ilimitadas. Enquanto que a imaginação trabalha sobre dados míticos, o seu campo é vasto, e promissor de todas as riquezas e venturas. Para um camponês a vida não começa e acaba limitada pelas necessidades da lavoura e da paisagem que o cerca. A cada momento pode surgir uma moura que lhe descubra uma riqueza fabulosa, ou uma feiticeira que lhe revele mundos e prazeres incomparavelmente superiores aos terrenos. No fundo, é isto que o cidadão moderno procura, com o jogo e a lotaria, o cinema e muitas outras varinhas mágicas, simplesmente com muito piores resultados.

Como acabamos de expor nestas páginas, o habitante de Vilarinho tem uma típica feição religiosa, com acentuada tendência para acreditar no mundo invisível, que se oculta para lá das formas aparentes, não podendo em muitos casos estabelecer distinção nítida entre a religião e a superstição. O cristianismo foi muito mais rígido na luta contra a magia, do que tinha sido o paganismo, mas ainda não foi capaz de a exterminar, pois, como atrás dissemos, a magia só pode ser destruída no dia em que o homem superar a atitude mítica perante a vida, o que é difícil. Portanto, nestas regiões, em que o homem vive numa fase mental mais simples e menos submetida à disciplina da causalidade lógica, não é de estranhar que a força da superstição demore a ser destruída. Porém, devemos acrescentar, que se a atitude supersticiosa é comum a quase todos, não quer dizer, que não haja na maioria uma elevação mental própria

da concepção cristã do mundo. Enquanto pela magia o homem procura dominar directamente as forças ocultas nas coisas, para fins úteis, sem se elevar à noção de ser uno e supremo, utilizando sòmente a vontade para conseguir os seus fins, a religião cristã ensinou-o a conseguir esses fins, rogando a Deus, de quem tudo e todos dependem.

Essa lição de humildade perante Deus, aprendeu-a bem o habitante de Vilarinho, que mostra, na sua crença, rasgos de elevada espiritualidade, aliados a um apuramento de certas qualidades humanas, que o distinguem bem do homem grosseiramente supersticioso.

Que admira se ele ainda acredita na magia. Não acreditam nela tantos, que vivem em contacto com o mundo moderno e dele parecem participar pelo seu exterior? Diz Caro Baroja que em Espanha se empregam amuletos no Século xx iguais aos pré-históricos, como, por exemplo, o «zinguiñari» basco ⁽²⁵⁾. Ora, segundo Frazer, a Idade-Média da Magia correspondia no espiritual à Idade da Pedra no material ⁽²⁶⁾, portanto, se no material ainda há sobrevivências, não admira que as haja no espiritual.

Lentamente, muito lentamente, todos estes pequenos mundos individualizados, mercê duma autarquia quase perfeita, vão cada vez estabelecendo mais contactos com o século, até que um dia cairão na órbita única, para que hoje se tende, na qual se apagarão todas estas singularidades de que aqui falamos. É talvez triste, para nós, ver desaparecer a riqueza multiforme de usos,

(25) Caro Baroja, « Alguns Mitos Españoles », 1944, pág. 269.

(26) Frazer, « L'Amme, Dieu et l'Immortalité », Paris, 1928.

costumes e tradições, que realçam e valorizam a vida. Mas, ninguém pode evitar a marcha lenta do tempo, em nossos dias bastante mais veloz, porque essa marcha é a da evolução da humanidade para um destino talvez mais lógico, mais racional e mais perfeito, em que se perde em pitoresco e emoção romântica, mas se espera ganhar em elevação humana e espiritual.

DOENÇAS E REMÉDIOS

Incluimos no capítulo da Religião e Superstições as doenças e os remédios, pelo carácter mágico que a doença em geral toma em Vilarinho da Furna.

A doença quase nunca tem para o habitante de Vilarinho uma causa natural, andando sempre envolta num misterioso mundo de superstições, pelo que se deve combater também por processos mágicos. Contudo, podem-se dividir as doenças em dois tipos: doenças correntes e diagnosticáveis, e doenças vagas a que se atribuem razões misteriosas. As primeiras, tratam-se com drogas tradicionais da medicina caseira, que já visam uma causa física; as segundas combatem-se mediante forças mágicas: amuletos, defumações, talhar o ar, benzedelas. Há ainda, e isto é o mais frequente, o processo misto, em que se aplica à mesma doença um tratamento caseiro, sem descurar certas formas de combater o espírito maligno.

Às vezes, o remédio já é em si um elemento mágico, como as *pedras de peçonha*, apanhadas no monte de S. Bento, para curar as mordedelas de víbora. Não pudemos ver nenhuma dessas pedras, e não sabemos

bem o que sejam, contudo é o processo que usam para o veneno da víbora. Terá esta pedra algum valor como antidoto contra o veneno dos ofídios do Gerês? Não sabemos, mas é possível que a cura venha da resistência do indivíduo ao tóxico, e nada mais. Um antigo director clínico das Águas do Gerês, o Sr. Dr. Soeiro, disse-nos que o veneno daqueles ofídios não era mortal, se não houvesse complicações, pois ele tinha sido chamado para vários casos, limitando-se a dar uns tónicos cardíacos, por não dispor de medicamento específico, e todos se salvaram. Portanto, é natural que as *pedras de peçonha* desempenhem em Vilarinho o papel daquele médico no Gerês, isto é, animar o doente, dando-lhe confiança na cura, pois como diz o ditado: a fé é que nos salva.

O médico raras vezes é chamado para Vilarinho; só o fazem em casos graves, e quando o doente é abastado. Em geral, só vem quando há poucas esperanças de salvação, como descargo de consciência. Como podia ser mesmo de outra maneira, se o médico tem de vir de longe, a cavalo, por maus caminhos, o que torna a visita dispendiosa? Hoje já há uma estrada da Floresta, das Caldas do Gerês até Bouça de Mó, mas um automóvel também não fica mais barato, e ainda é preferível vir o médico do costume, a cavalo, pelos velhos atalhos tradicionais. Para esta gente, mesmo aquela considerada rica, pagar a um médico umas dezenas de escudos é um encargo excessivo, e só quando o mal se agrava demasiado se atrevem a fazê-lo.

Se o mal não é de morte, ou não parece sê-lo, então usa-se o processo de cura local, conforme a doença. Eis os remédios caseiros que lá conheci:

Para constipações no peito: Compressas de vinagre e aguardente.

Para o defluxo: 1.º) Chá de flor de carqueja. 2.º) Água de unto.

Para os *defluxos* de estômago: Chá de cidreira.

Para as doenças de *sujidade do sangue*: Chá de hipericão.

Para as feridas infectadas: 1.º) Fel de porco. 2.º) Pingue sem sal. 3.º) Pelicas de unto sem sal. 4.º) Papas de trigo com leite.

Diarreia: Pão de trigo seco e arroz sem ser lavado.

Para nascidas ou panarícios: Fel de porco. (O fel de porco dependura-se atrás da lareira, para se conservar e servir quando é preciso).

CAPÍTULO X

FESTAS, DANÇAS, INSTRUMENTOS, JOGOS E DESPORTOS

Em muitas regiões do nosso país são as festas a nota mais interessante e característica dos seus povos, pela exuberância de cor e alegria, pela variedade das danças, músicas e descantes, ou pela riqueza dos jogos, com que os camponeses dão expansão à sua ânsia de competição, destreza e necessidade de convivência social. As festas, ou são religiosas ou profanas, mas o mais frequente é que após uma festa religiosa, se siga a festa profana. Muitas destas festas religiosas são uma oportunidade para o povo crente cumprir os preceitos da fé cristã, sem se privar de dar depois satisfação às forças lúdicas naturais do homem. As festas profanas, se bem que tenham o seu maior brilho nos dias em que se festeja alguma divindade cristã, relacionam-se também com muitos trabalhos agrícolas, e em várias regiões são quase endêmicas durante todo o período das colheitas. No Minho durante todo o verão é festa: ceifas, malhas, vindimas, esfolhadas, espadeladas, são um rosário de descantes, chulatas e bailaricos, à mistura com brincadeiras tradicionais, que por vezes têm raízes em práticas antiquí-

simas, cujo significado o povo ignora, mas repete fiel ao costume.

Porém, o serrano não participa desta natureza expansiva dos povos da ribeira, tão pletóricos de seiva, como rica de humo é a terra que lavram. O serrano é concentrado, pouco expansivo, quase nada sensual; é sóbrio e solitário, e domina-o a tendência ascética a que não é estranha a grandeza da serra granítica, desolada e varrida de ventos agrestes, por onde decorrerá o seu destino de pastor-lavrador.

Desde pequeno atrás das cabras e dos carneiros, apenas homem já a participar das vigias dos gados pelas alturas, e, à mistura com isto, as grandes caminhadas nocturnas e silenciosas a atravessar a fronteira com sacos de contrabando, para ganhar mais uns escassos escudos que lhe venham equilibrar a economia deficitária, tornam-no sombrio, ensimesmado e seco. A sua alma não se abre aos gozos da vida, mas toda ela se funde de prazer místico no grande diálogo entre o homem e Deus. Não será um misticismo superior, que se traduza em obras grandes, porque o serrano de Vilarinho é um humilde cavador, gasto nas lutas do quotidiano contra uma natureza avara, e nunca teve os meios, nem a possibilidade de se instruir a ponto de produzir frutos que enriqueçam o nosso património das letras ou do pensamento. Também, estão eles longe de saber o que isso significa, para lhes poder interessar. O seu diálogo é íntimo, sincero, fundo e humilde, e não têm aspirações exibicionistas; toda a sua ânsia é a de alcançar na morte, a paz e o descanso que não conhecem na vida.

Portanto, é pouco o que se tem a dizer acerca das festas de Vilarinho, e as raras manifestações festivas que

por lá se encontram, além de pouco exuberantes, também não são muito originais.

Tirando a parte religiosa, a parte lúdrica é diminuta e não faz mais do que reflectir pàlidamente o que é próprio do Minho, com o qual o serrano contacta, nas grandes romarias a que vai por devoção.

Em Vilarinho as festas principais são a de Nossa Senhora da Conceição e a do Senhor de Codeceda. Tirando estas, ficam as festas de ocasião, relacionadas com casamentos ou baptizados, ou então as que se ligam com certos trabalhos agrícolas, como segadas ou esfolhadas, que podem originar descantes e, às vezes, bailarico. Porém, ás verdadeiras festas que o serrano conhece, aquelas que disso têm o verdadeiro nome, pela força lúdrica intensa, pela exuberância de alegria e riqueza de cor, são as realizadas na serra, mas por peregrinos vindos de todo o Minho, esse inesgotável alfofre de danças, canções, alegria e zaragatas. No S. Bento da Porta Aberta, na Senhora da Peneda e no Santo António de Michões da Serra, sobem pelas serras ondas de romeiros alegres e pimpões, os homens com cavaquinhos, violas e harmónicos, as mulheres garridas e de cesto com vitualhas, e na mão, por vezes, o varapau, com que o homem, ao desfazer da festa, e cheio de vinho, há-de armar o barulho, fazendo zunir o lodo em sarilhos e varrimentas de efeito, de que saem algumas cabeças rachadas e belas recordações heróicas para contar na velhice. É então aí, na severidade das suas serras, que os serranos apreciam essa vida trasbordante do homem da ribeira. Há minhotos que vêm de muito longe, lá dos confins do concelho de Guimarães, a pé e a dançar, e que depois de vinte e quatro horas, em

S. Bento, pelo mesmo processo regressam à sua terra, e aos seus trabalhos. Que contraste flagrante, a exuberância do ribeirinho e a austeridade do serrano! É tal a força de contágio da alegria dos povos da ribeira, que depois do S. Bento, durante dias e dias, ouvem-se as raparigas a cantar, pelas ruas de Vilarinho, as modas que lá aprenderam. Depois, a pouco e pouco, a severidade do meio faz recuar aquele esboço de alegria às suas proporções habituais. É, contudo, aí que a juventude serrana aprende a dançar, a cantar e a tocar. Fora disso, as oportunidades são poucas, e só em casos individuais e casuais, é que algum rapaz ou rapariga pode aprender qualquer coisa de novo e importá-la para Vilarinho. Criação original não é natural que haja alguma aqui. De resto, as danças, os instrumentos e as músicas, que tocam, são comuns a outras aldeias.

DANÇAS

As danças conhecidas em Vilarinho são as três, talvez, mais populares de todo o Minho: o *malhão*, a *cana verde* e o *vira*. Não é aqui lugar para fazer a descrição dessas danças que, aliás, não são executadas com o brilho que lhe conhecemos noutras regiões. O *vira*, que é uma dança muito espalhada, tem contudo variantes, dançando-se às vezes, na mesma terra, de duas maneiras. A melodia do *vira* é a mesma usada para o *fandango* e para a *jota* noutras regiões do Alto Minho (1), mas os

(1) Pedro Homem de Mello, « A Poesia na dança e nos cantares do Povo Português », Porto, 1941.

passos e as figuras coreográficas variam dumas danças para as outras, e de região para região. Em Vilarinho dança-se o chamado *vira do Gerês*. Os pares colocam-se todos em bicha, uns atrás dos outros, ficando à esquerda a fila dos homens, que dão a direita às mulheres.

Depois, segundo o ritmo da música, os pés fazem os movimentos habituais desta dança, virando-se os homens e as mulheres uns para os outros, outras vezes ficando todos virados para a fila, deslocando-se toda a coluna para cima e para baixo, de tempos a tempos, conforme as voltas da música. Se bem que seja uma dança bonita, quando bem dançada, não tem o brilho do vira solto e individual, que representa quase que um diálogo coreográfico entre o homem e a mulher; por vezes, uma espécie de luta amorosa, em que o homem procura conquistar o seu par, excedendo-se em elegância e beleza, defendendo-se esta com desdém, apoiado numa não menor leveza de movimentos.

Em Vilarinho, ao contrário do Minho da ribeira, só a mocidade dança. Depois duma certa idade, a austeridade de carácter impede as pessoas de se entregarem a esses prazeres profanos. Mas a mocidade terá que pagar o seu tributo aos deuses da terra, e quando a ocasião se presta, depois duma festa qualquer, em que os ânimos dos pais estão mais tolerantes, lá se organiza uma dança, e os pares rodopiam livres e contentes ao som dos instrumentos tradicionais.

INSTRUMENTOS

Como já dissemos acima, os instrumentos usados em Vilarinho, com excepção da flauta, são os mesmos das

outras regiões do Minho, e comprados geralmente em Braga, ou em segunda mão, a qualquer Minhoto. Encontra-se lá a *viola chula*, o *cavaquinho*, o *harmónico (concertina)* os *ferrinhos*, o *bombo*, o *reque-reque*, que alguns sabem tocar, mas que além de serem pouco usados, nunca o são com a proficiência que conhecemos noutros lugares.

O único instrumento local, pois é feito na terra, pelos pastores, é a flauta. É um instrumento rústico, feito de cana, com um bocal talhado numa das pontas, em que metem um taco de madeira, para estrangular a entrada do ar. Na parte superior tem um furo junto do bocal e mais longe seis furos equidistantes. Da parte de baixo leva um outro furo.

Nesta flauta, alguns pastores tocam umas músicas simples, e pouco melódicas. Infelizmente, até os tocadores de flauta vão desaparecendo, e hoje poucos pastores se lembram ainda de levar para a serra, a que foi companheira das horas de solidão dos seus antepassados. A emigração dos homens, deve contribuir para o desaparecimento daquilo que é rústico e simples, pois, ao regressarem dos grandes países, julgam ridículos os usos e costumes locais. É a doença da época, a que ninguém pode obstar.

JOGOS E DESPORTOS

Aquilo que dissemos do habitante de Vilarinho com relação às festas, podemos dizê-lo, também, quando o estudamos dentro da actividade, a que aqui chamaremos desportiva, visto que toda ela se exerce mais ou menos, dentro do âmbito de exercícios físicos, a que hoje se chama desporto.

A austeridade do temperamento do serrano de Vilarinho não deu lugar a que os jogos de competição e destreza se desenvolvessem, pois eles assentam numa certa atitude extrovertida, que lhe é estranha.

Esse gosto da vida e a alegria de viver que caracterizam o paganismo, provocam um excesso de energia vital, que é necessário liberar em jogos físicos, caracterizados pelo prazer de competir com outros, além da mera necessidade de distensão física. Segundo Huizinga, o jogo é qualquer coisa mais que puro fenómeno fisiológico, ou reacção psíquica motivada só psicologicamente. Ultrapassa também, como tal, os limites da pura actividade biológica, ou puramente fisiológica ⁽²⁾. Não podemos dizer que os habitantes de Vilarinho não tenham vocação desportiva; muitos deles são mesmo apaixonados por certas práticas, mas o que verificamos é a ausência de jogos de competição individual, ou mesmo de grupo, e vocação marcada para um tipo de desporto, muito especial: a caça. A caça não é um desporto como os outros, a não ser para certos cidadãos modernos, caçadores de coutadas e atiradores aos pombos e aos pratos. O verdadeiro caçador, é aquele que reencarna o seu antepassado pré-histórico, para quem a caça era quase a única forma de economia. Foram povos caçadores os que pintaram os bisontes de Altamira, os cervos de Calapatá (Teruel), a caçada ao javali de Teruel, e dezenas de outras pinturas rupestres de enorme beleza, que atestam a capacidade estética superior dos nossos remotos antepassados. O prazer da caça é um prazer único, que em

(2) J. Huizinga, «Homo ludens, El juego como elemento de la História», Editorial Azar, Lisboa, 1943. Pág. 16.

nada se compara ao que pode provocar outro desporto, porque caçar representa regressar à pureza da origem da espécie; é quase que uma acção sagrada. Condenado a matar para subsistir, o homem, nesta luta leal entre ele e os outros animais, não sente ódio nem maldade, antes podíamos dizer sente amor. Na perfeita solidão da natureza, os sentidos concentrados numa completa tensão de luta, o homem segue incansável o rasto dos animais. O instinto aviva-se no caçador; qualquer imperceptível movimento ou ruído lhe chamam a atenção, e no momento próprio, quando o animal salta, todo ele se contrai — para desfechar o tiro mortal. Embora inconsciente do processo psicológico que nele se desenrola, o certo, é que ele sente a alegria de quem cumpre um destino, com a grandeza e a coragem que lhe são inerentes.

É a caça, portanto, o desporto que o habitante de Vilarinho pratica com maior paixão, e não raras vezes é caçador furtivo, entrando nas matas do Estado para atirar às corças. Ele vê na caça um direito natural, e não lhe parece crime infringir as disposições da lei, que arbitrariamente (a seus olhos) lhe veda um livre exercício.

O aumento da população e o aperfeiçoamento das armas de caça têm diminuído a quantidade desta, a ponto de, há umas escassas dezenas de anos, ter desaparecido uma espécie indígena do Gerês, a cabra brava, *Capra Lusitanica* ⁽³⁾ e de estarem outras ameaçadas, como a águia real, *Aquila Crisaetus*, que faz ninho nas fragas da serra, e que é destruída não só a tiro, mas sobretudo com veneno, por causa dos prejuízos que causa.

(3) Carlos França, Arquivo da Universidade de Lisboa, vol. IV, «Le Bouquetin du Gerez».

O javali, que aqui é só conhecido por *porco-bravo*, também só se encontra em poucos sítios, sendo mais frequente, num vale muito fundo e arborizado, junto à raia de Espanha, na zona de limite com os montados do Lindoso.

Os corços, *Cervus Capreolus*, ainda não foram exterminados devido à protecção dos Serviços Florestais, que proibem o melhor que podem a caça dentro das matas do Estado, e à Comissão Venatória que vedou temporariamente a caça ao corço em toda a serra, embora com eficiência muito discutível.

A caça miúda: lebre, perdiz e coelho, não é muito abundante, mas basta para entreter os caçadores, que nas épocas do ano, em que a lavoura e a pastorícia lhes pedem menos atenção, se perdem dias inteiros por serras e vales, só com um *naco de pão* e uma *tora de toucinho na taleiga*, e uma *pinga* de vinho na *borracha*, ágeis e vivos como corças.

As raposas são abundantes, mas não são propriamente objectivo de caçadas, atirando-lhes os caçadores quando elas aparecem e destruindo-as por meio de veneno, quando lhes assaltam as capoeiras.

Em geral, a raposa, mata bastante mais aves do que as que pode comer, e volta na noite seguinte, para comer o que lhe sobrou na véspera. Conhecedores deste hábito, os lavradores deitam estricnina nas galinhas que ficam mortas, de maneira que a raposa, quando volta e come os restos envenenados, morre muitas vezes mesmo não longe do local em que comeu.

O animal mais nobre e mais feroz da região é o lobo, mas este já não é objecto da caçada individual, e fazem-se-lhe batidas grandes em certas épocas.

BATIDAS AOS LOBOS

A batida ao lobo é a caçada mais interessante, não só pelo número de pessoas que compreende, como pelo carácter tradicional e comunal que reveste. Enquanto a caça vulgar é um aspecto individual que não se pode referir a um determinado povo, a batida já é um aspecto típico destas regiões, e relaciona-se com a sua organização comunitária. O lobo infesta todas as serranias do Noroeste, que desde a Peneda até ao Larouco se encadeiam umas nas outras, majestosas e ásperas, como monstros petrificados.

Os habitantes das serras vivem em eterna luta contra as feras, embora muitas vezes, talvez estas paguem por crimes que não cometem, e sejam de outra espécie as feras, que dão sumiço aos gados que ficam pelas serras de noite. O lobo é um animal de hábitos um pouco estranhos e misteriosos, que umas vezes quase desaparece, como se se fosse a extinguir, e de repente surge em grande número. Por alturas da guerra de 1914-18 os lobos quase que tinham abandonado a região, mas nos últimos 15 anos voltaram a aparecer em abundância, causando prejuízos e preocupações sérias aos povos serranos. Daí resulta a necessidade de lhes dar caça e de os destruir por todos os processos, sendo hoje o envenenamento o método mais usado e mais eficaz, embora a batida se não tenha de todo abandonado, por ser uma velha tradição, que satisfazendo a necessidade de combater o inimigo comum, também dá aos homens o prazer duma grande empresa guerreira de enorme envergadura.

Portanto, quando as feras se tornam mais ameaçadoras e saem dos seus covis, não só para comer cabras e coelhos, mas até as vacas, e sobretudo as éguas que andam ao *feirio*, os serranos organizam uma batida para os ir atacar nos seus próprios domínios; nos vales ravinosos e cobertos de matagais e fragas, das regiões raianas.

As batidas podem ser locais e limitadas à população da terra, sendo nessa altura orientadas e dirigidas pelo *Zelador*, ou então batidas gerais, de grande envergadura, e organizadas pelos Serviços Florestais, ou pelo Administrador do Concelho.

Em Vilarinho, nestes últimos anos, não se têm feito batidas, mas noutros povos da serra, ainda são frequentes. Não há muitos anos, assistimos a uma na Peneda. Batidas gerais, ultimamente, só se fizeram, que saibamos, no Marão e na Cabreira, organizadas pelos Serviços Florestais.

Nas batidas, ou montarias vulgares, que são as que aqui nos interessam, por serem um aspecto da vida comunal destes povos, a decisão para a batida é tomada em reunião da Junta, marcando o Zelador o dia da batida. O Zelador estuda um determinado plano de ataque, segundo os lugares que sabe serem habitados pelas feras, que é necessário enxotar para o fojo. O fojo são duas enormes paredes de pedra, duns cem metros cada uma, dispostas em forma de ângulo agudo, bastante aberto, em geral numa encosta inclinada, e orientadas de cima para baixo, havendo no ponto de convergência delas, um buraco a que se chama *fóss*.

As feras devem ser afugentadas na direcção destas paredes, pois, uma vez lá dentro e perseguidas, têm de ir

descendo até ao lugar em que elas se estreitam em corredor, sendo aí fácil atirar-lhes a matar. Mas se as feras escapam aos zagalotes, e correm feridas pela abertura apertada, vão cair no fosso, que foi previamente coberto de ramos e folhas, e então é aí aniquilada.

A batida é um dos espectáculos mais extraordinários a que se pode assistir na serra. Ainda de noite, antes dos primeiros alvares do dia, já todos ocuparam os postos destinados pelo Zelador. No momento próprio, quando chegou a hora do ataque, uma detonação rasga a serenidade magnífica da madrugada. Nessa altura, uma algazarra bárbara e infernal rompe dos chavascas e das encostas distantes. São gritos desvairados a ecoar pelas quebradas, à mistura com latidos das matilhas. Estrondos de petardos, e sons estrídulos de buzinas, respondem ao ruído diabólico das *sarroncas*. As *sarroncas* são uns aparelhos feitos dum cortiço, com uma pele de cabra esticada numa das extremidades, e atravessada no meio por um fio encerado, pelo qual se correm os dedos, produzindo um som rouco e desagradável. Nas sombras da manhã, ainda mal se divisam os contornos das cumeadas, e as encostas e quebradas são manchas negras, em que tudo se confunde, e lá de longe, de vários pontos à nossa volta, a gritaria aumenta, os estrondos multiplicam-se sem que nada se distinga ainda. As feras, assustadas, vão caminhando desconfiadas para o lado em que não se ouve barulho. É lá que está o fojo, e ao fundo os caçadores silenciosos, de armas aperradas e corações ansiosos.

A batida dura horas, é preciso usar de precauções, e evitar que os animais fiquem escondidos, ou se escapem por qualquer aberta.

A pouco e pouco, vai-se apertando o cerco, e aquelas vozes, pela manhã distantes, já se vão nitidamente distinguindo, e atrás delas surgem as figuras inverosímeis dos batedores. Quando a massa de homens vinda do poente, atingiu a linha de cumeada que ficava por trás do fojo, foi como se um friso fantasmagórico, de outras eras, surgisse de repente, vivo, em pleno século vinte. Homens bárbaros e desalinados, com roupas em farrapos, armados de fouces roçaduras, arcabuzes de pederneira, forçados, armas de boca de sino e muito curtas, outras só de um cano e muito compridas, desfigurados pelo entusiasmo da luta, os olhos fundos e brilhantes, os cabelos revoltos, alguns a cavalo, todos com um furor sagrado na expressão, e desejosos de travar contas próprias com um lobo, antes de o deixar chegar ao alcance dos caçadores do fojo, que são os únicos que têm armas de fogo central. Nada se pode comparar a tal espectáculo nos nossos dias! Aqueles homens, que hoje perseguem os lobos, deviam, de facto, ser os mesmos, que durante um século fizeram recuar constantemente as hostes romanas. São os homens da serra, solitários e livres, iluminados pelo entusiasmo da luta, que agora é só luta contra os lobos.

É possível, que o constante emprego da estricnina (4), venha a tornar em breve as batidas inúteis, e lá se vai mais um dos grandes espectáculos, que sem espectadores, se representava ao vivo, naquele grandioso cenário de montanhas rochosas e matagais bravios. Como em todas as coisas, nos nossos dias, o pitoresco é sacrificado ao prático, não talvez porque se ame menos o

(4) No ano de 1945, envenenaram 19 lobos.

primeiro, mas porque a eficácia das possibilidades do segundo são maiores. Os costumes pitorescos, em geral, também visavam um fim prático, simplesmente, a humanidade vai progredindo no campo das conquistas sobre o mundo das coisas, e cada nova vitória deixa, a atestá-la, muitos mortos queridos, que tombaram para bem dos que hão-de vir.

Por enquanto, porém, as batidas ainda não perderam o seu significado, e a atestá-lo estão os vários fojos espalhados pela região, os quais são objecto de conservação da comunidade, pelo alto valor colectivo que representam.

Na Amarela há três fojos; um no monte de Vila-rinho, mas já escangalhado, outro no monte do Lindoso, e outro na Carrasqueira, que é o ponto da serra onde há mais lobo e javali.

Estas montarias, quando se realizam, representam para o povo uma grande festa. Terminada a batida, juntam-se todos, caçadores e batedores, à sombra das enormes árvores de qualquer chã, perto duma fonte, com boas merendas e muito vinho, e entre risos e histórias de caça e de aventuras, mais ou menos enriquecidas pela fantasia, come-se e bebe-se fraternalmente, oferecendo uns aos outros do que levarem, até que o fim da tarde venha despertar daquele belo sonho, e lembrar-lhes que é preciso regressar a casa. Então lá vai o magote de homens, com os lobos mortos, se os há, pendurados em paus, provocando a sua chegada enorme borborinho na povoação, que sai toda a vitoriar os heróis.

Em geral as batidas, mesmo as locais, metem homens das povoações vizinhas, que vêm voluntariamente, em parte pelo prazer que isso para eles representa,

e também por um antigo espírito de solidariedade em empresa de tanta monta e de interesse tão geral.

Além das caçadas individuais e colectivas, feitas assim como descrevemos, com auxílio de armas, também se usavam armadilhas para os lobos. Tude de Sousa fala num processo especial de apanhar os lobos a que chamavam o *fojo de cabrita* ⁽⁵⁾.

Consistia este num muro de pedra duns três ou quatro metros de altura, capeado por dentro, feito à volta dum penedo. Quando se queria atrair os lobos, punha-se um cabrito em cima do penedo, que com os seus berros os atraía. A fera saltava lá para dentro com facilidade, mas depois não podia sair, sendo morta a tiro quando se queria.

Este processo, de que Tude de Sousa fala, já não é, há muito, usado em Vilarinho, nem mesmo nos parece que o seja nas outras povoações destas serras ⁽⁶⁾.

Os habitantes de Vilarinho também caçam por meio de armadilhas, que embora proibidas pela lei, lhes fornecem sem despesa, alguns coelhos e perdizes. A armadilha mais usada em Vilarinho é a *enxó*, que consiste num caixilho de madeira, com duas tampas também de madeira, que fecham automaticamente por meio duns esticadores feitos de pêlo de cabra torcido. Esta enxó coloca-se no chão, sobre um buraco previamente feito, num ponto de passagem da caça, e disfarça-se com terra. Quando um coelho, ou uma perdiz passa por cima, as tampas cedem ao peso do animal, que cai dentro do

⁽⁵⁾ Tude de Sousa, «Gerez», 1927, pág. 48.

⁽⁶⁾ Ver a descrição que Camilo faz dum fojo destes na Samardã. Camilo Castelo Branco, «O degredado», Novelas do Minho, 2.^a ed., Lisboa, 1903, III, págs. 17-18.

buraco, tornando-se a fechar de novo, mal ele deixa de pesar sobre elas, ficando assim prisioneiro até o caçador furtivo o vir buscar.

O laço também se usa bastante para a caça miúda.

A PESCA

Mal se poderá falar da pesca como desporto, pois, se bem que ela aqui tenha alguns praticantes, é mais com o fim de apanhar o peixe, de que pelo prazer de pescar. São poucos os que pescam trutas e escalos à cana. A maioria atravessa umas redes no rio ao fim da tarde, e pela manhã cedo vai levantá-las e ver o que nelas caiu. Além disso, têm uma rede pequena, presa dos dois lados a dois paus, o *tesão*, que usam metendo-se à água e entalando o peixe contra as pedras a fim de este se embrulhar na rede.

Um processo muito usado é a *pesqueira*. A *pesqueira* faz-se dentro do rio com *jogas*, que se dispõem de maneira a formar um canalzito por onde o peixe enfia, quando corre ao sabor das águas. O canal vai estreitando, e ao fim tem uma espécie de ratoeira feita de juncos do rio, dispostos em forma de saco, *caneiro*, por onde pode passar a água, mas suficientemente estreito para reter o peixe.

JOGO DO PAU

O jogo do pau, tão cultivado no Minho, tem aqui poucos adeptos. Conhecemos alguns serranos que sabiam jogar o pau, e um até bastante bem, mas não se pode

dizer que é um jogo próprio de Vilarinho, pois aqueles que o praticam é porque andam por feiras e romarias, ou estiveram muito tempo fora da terra, onde o aprenderam.

O jogo do pau é uma espécie de esgrima feita com uma vara de lodo, que deve ter de comprimento a distância que vai do chão ao queixo do seu possuidor. O jogo varia de terra para terra, havendo diferentes botes, uns mais difíceis de parar que outros, como por exemplo, as terríveis pontuadas, que usam para Fafe e Guimarães. Em geral, joga-se com as duas mãos, mas há golpes dados com uma só mão, coisa que aliás vimos fazer em Vilarinho.

O jogo do pau, é um excelente meio de defesa contra todas as armas, exceptuando as de fogo, que infelizmente abundam cada vez mais, nas mãos dos desordeiros.

JOGO DOS VINTE

Este jogo é uma espécie de jogo do fito, ou da patela. Joga-se com quatro bolas de pedra, que lançam de longe na direcção dum pauzito, o *meco*, ganhando aquele que o deitar mais vezes abaixo, ou conseguir mais pontos, por ficar mais próximo deste.

LUTA DE TOUROS

Como já se disse, ao tratar dos rebanhos, o povo de Vilarinho da Furna, assim como o doutras povoações da serra, tem um touro comum, que anda com a vigia das vacas.

Os povos serranos têm uma certa vaidade no seu touro, que supõem sempre melhor que o dos outros, resultando daí a necessidade de tirar a prova, sobretudo quando duas vezeiras de povoações vizinhas se encontram em pastagens próximas. Então os pastores lançam os touros um contra o outro, para os verem lutar. Muitas vezes a luta é anunciada com antecedência, e juntam-se inúmeras pessoas para assistirem ao espectáculo, a que chamam a *luta da turra*, tomando cada qual partido pelo seu touro, do que resulta, às vezes, grande pancadaria entre os homens das duas povoações.

Como destas lutas resultam por vezes graves prejuízos, pois com frequência os touros ficam feridos e inutilizados, sem que daí resulte qualquer vantagem, além do prazer de assistir a um espectáculo emocionante, há muitos Zeladores que os proíbem.

Como nunca assistimos a nenhuma destas lutas, transcrevemos aqui o que Tude de Sousa conta acerca delas: «Em 10 de Maio de 1914 foram lançados um contra o outro, a turrar, os touros do Rio Caldo e de Vilar da Veiga, com assistência de alguns centos de pessoas, homens, mulheres e crianças. Música e grande entusiasmo, chapéus no ar e Viva o Boi! Viva o Boi! vencedor» (1).

Na serra de Montemuro, freguesia da Gralheira, também há o uso de deitarem as vacas com cio à luta, assistindo ao espectáculo povos vindos de longe, de muitas povoações. Porém, aqui a luta não é entre representantes de povos diferentes, pois, a maior parte das vezes, as vacas pertencem a lavradores do mesmo lugar.

(1) Tude de Sousa, «Gerez», 1927, pág. 18, nota (1).

E curioso que a glória de ter tido uma vaca vencedora, mantém-se na família por muitos anos, e é assunto de eternas conversas, contando sempre a estranhos, que vêm à povoação, à grande façanha gloriosa.

Como acabamos de ver, os desportos em Vilarinho não resultam da necessidade de expansão física em lutas de competição, nem são expressão dum povo convivente.

Tirando o jogo de pau e o jogo dos vinte, que não contam pelo insignificante papel que desempenham nestas povoações, pode-se dizer que só a caça conta como actividade desinteressada. A caça individual, que acima analisamos, é uma forma *sui generis* da actividade desportiva, se, é que, como tal, a podemos designar. Nas montarias assistimos às manifestações tradicionais dum povo comunitário que, nos actos de interesse colectivo, se revestem de exuberância e de alegria que individualmente lhes são pouco naturais.

CAPÍTULO XI

CANCIONEIRO MUSICAL

Em Vilarinho canta-se pouco. As razões que apresentamos no capítulo das «Festas», para explicar a pequena exuberância lúdrica deste povo, são as mesmas que tornam os serranos refractários à expressão musical. A sua concepção da vida, mística e severa, afasta-os da vocação musical, e é fácil ver que os adultos consideram o canto como uma actividade própria da mocidade irresponsável e que, quando muito, se permite às mulheres, em certas ocasiões do ano, em que a rigidez habitual se afrouxa. Mas se a mulher casada ou viúva raras vezes canta, então o homem é que não o faz nunca. É verdade que a música pode servir todas as ansiedades do espírito, e talvez nada, como ela, se preste para exprimir os estados de alma de emoção religiosa, assim como a plenitude da vida. No Alentejo, por exemplo, o canto tem a seriedade profunda de quem cumpre um rito sagrado, e nada impressiona mais, que um grupo de camponeses de Serpa, pelas noites quentes de Verão, abraçados uns nos outros e de olhos fechados, repetindo sempre e sempre a mesma canção, como se estivessem em êxtase. É música de gente acentuadamente introvertida.

No Minho, pelo contrário, o papel da música é diferente. A cantiga é, regra geral, expressão de alegria, de amor humano, é música coreográfica, manifestação duma mentalidade predominantemente extrovertida.

Porém, Vilarinho é uma ilha de montanha no meio do grande mar minhoto. A maneira de ser austera que a serra imprime nos habitantes desta aldeia, impede-os de aceitar sem restrições tal forma de cantar, que consideram indigna da seriedade de adultos e que toleram só às moças e crianças.

Aqui somos tentados a levantar o problema da influência geográfica, isto é, da influência da serra e da planície sobre a expressão musical. Não há dúvida, que muitos autores consideram a canção alentejana, que é das mais belas do nosso país, como produto da planície, outros, mesmo, da estepe (1). O certo é que nas nossas montanhas se canta bastante menos que na «ribeira», ou nas terras abertas de largos horizontes. Será a razão principal a própria paisagem, ou também o afastamento das aldeias, umas das outras, e a sua reduzida população? Enfim, são problemas cheios de interesse que gostávamos um dia de esclarecer, mas que não cabem no âmbito desta obra.

O que podemos confirmar é que a música desta aldeia serrana não é um elemento tão vivo como na restante região do Minho, a que pertence. Só a mocidade feminina em geral não resiste ao desejo natural de cantar. Mas, mesmo assim, não nos foi fácil juntar um grupo delas, pois havia sempre muitos obstáculos à recolha

(1) José Augusto Rego, «O folclore musical do Baixo Alentejo» (1933), in Boletim Oficial da Junta de Província do Baixo Alentejo, 1937, n.º 1.

por causa dos longos lutos numa terra em que quase todos são parentes e em que os costumes são severos. Se as raparigas não podiam, as mulheres casadas então muito pior. Além dos mesmos impedimentos havia mais o receio da crítica dos vizinhos e da própria família, para quem tal coisa era repreensível por fútil e imprópria de gente com juízo. Contudo, conseguimos em alguns serões apanhar vinte e quatro cantigas cantadas por duas mulheres velhas e bastantes raparigas que compreenderam a nossa curiosidade e venceram os preconceitos. As velhas chegavam a afirmar, que antigamente se cantava mais do que hoje. As vinte e quatro cantigas escritas são escolhidas entre muitas outras que tínhamos de pôr de parte, por serem demasiadamente conhecidas, como cantigas da moda a que não se escapa, nem na solidão da montanha, como por exemplo, o *Sebastião*.

As canções cantadas em Vilarinho são profanas e religiosas. As primeiras cantam-se nos serões de inverno, ou nas festas que se relacionam com certos trabalhos agrícolas, como esfolhadas e espadeladas, e as segundas por altura das festas de Igreja e procissões. Quem mais canta na vida diária são as rapariguitas, naquela idade em que tudo é alegria transbordante e ânsia de expressão. Estas cantam pelos caminhos e, sobretudo, ao fim da tarde, juntando-se às vezes num pequeno grupo à porta de casa. (Em 1945 a canção predilecta era a n.º 2: «Manuel é quem me ama», que berravam com voz aguda e sem cessar). É possível que nos serões de inverno, livres da presença de estranhos, as mulheres cantem mais à vontade, do que diante de nós, apesar da confiança, que já connosco tinham. Certo é que, na nossa presença, só as raparigas novas se sentiam à vontade e

sem a sensação de praticar um acto repreensível, como parecia ser o caso com as mulheres adultas.

Observa-se aqui o mesmo fenómeno que se tem verificado em grande parte do país, e que corresponde a um certo ideal de voz que, por vezes, ultrapassa os limites do agradável, sobretudo dentro de casa. Este ideal consiste em cantar com a voz muito alta, comprimindo-a de maneira a produzir um som penetrante, agudo, muito especial. No campo, ao longe, esta voz estrídula é agradável e às vezes até muito bonita, mas dentro de casa quase que incomoda.

Nem sempre é fácil de anotar a música do nosso povo. A canção popular portuguesa é ainda um ser vivo, em que cada cantador, melhor ou pior, colabora activamente. Vivendo na tradição oral, o ritmo, a melodia e a letra duma canção estão sujeitos a um sem-número de variações de pormenor, conforme a região, ou conforme a fantasia e habilidade dos cantadores. Por isso, a mesma canção pode ser colhida várias vezes, sempre com variantes, quer na letra, quer propriamente na música. Porém, é curioso notar, que o esquema harmónico se mantém inalterável através de todas estas variações.

Acontece que certas pessoas cantam de maneira tão irregular e, podemos dizer, tão irracional, que não é possível anotar o ritmo e certas inflexões, porque estas não se deixam enquadrar dentro do actual sistema erudito de notação musical, por muito completo que ele seja, enquanto que outras se aproximam mais ou menos dos ritmos e inflexões regulares e correntes.

Em Vilarinho, porém, a irracionalidade não é tão grande como em outras regiões do nosso país, influenciadas por certas manifestações do folclore musical

espanhol. Tal irregularidade em Vilarinho parece-nos provir mais da falta de vocação, exercício e convívio, do que da qualidade específica da música. Confirma esta opinião o facto de entre as raparigas da aldeia estar uma natural das Taipas, que só há uns anos vive na serra, e que cantava de maneira racional, clara e regular, em flagrante contraste com as da terra.

Esforçamo-nos por notar da maneira mais fiel o que ouvimos, sem pretender corrigir a música ou a letra.

Na verdade, hoje usa-se para esse efeito a gravação em disco, que conserva e reproduz com toda a exactidão as canções do povo. Lamentamos não dispor da aparelhagem necessária para o fazer, de maneira a salvar mais eficazmente o que ainda hoje vive e se vai perdendo de forma assustadora. Nós próprios observamos isto em muitas aldeias, que visitamos anos seguidos. As belas canções antigas são substituídas pelas músicas de revista de mau gosto, ou pelos fados de Lisboa e de Coimbra. Em certas festas, o uso dos alto-falantes acabou com a participação activa do povo, que antigamente cantava e tocava para dançar a sua própria música. Assim, não tendo oportunidade de cantar, nem tocar, a nova geração não aprende as músicas tradicionais e próprias do seu carácter. Não é porque tenhamos qualquer preconceito contra os fados, mas estas canções provêm dum ambiente completamente diferente daquele em que se desenrola a vida dos camponeses.

As cantigas que aqui apresentamos levam o título pelo qual são conhecidas em Vilarinho. Quando lá não têm nome, deixámo-las só com a numeração.

Não é próprio dum trabalho etnográfico a valorização estética das canções colhidas. Contudo chamamos

a atenção para as cantigas: 3, 17, 19, que tão particularmente exprimem os amplos horizontes serranos, de linhas puras e distantes. Por outro lado, a cantiga n.º 23 parece ser uma combinação curiosa do velho romance com a recente corrida ao volfrâmio. Este carácter era reforçado pela maneira especialmente grosseira, ou ordinária como as cantadeiras a cantavam.

Confrontámos todas as cantigas por nós colhidas, com as dos principais cancioneiros portugueses e com as do Arquivo de Músicas Populares do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular. Damos em nota as analogias que encontramos.

Ficariamos gratos a todos os musicólogos, que conhecendo músicas semelhantes, registadas em qualquer parte, fizessem o favor de nos dar notícia para o Centro.

1. A VIDEIRINHA (1)

The image shows a musical score for the song 'A Videirinha'. It consists of three staves of music in G major (one sharp) and 4/4 time. The first staff has a tempo marking of quarter note = 100. The lyrics are written below the notes. The second staff has a tempo marking of quarter note = 84. The third staff continues the melody. The lyrics are: 'A-gua cho-ve, o ri-o cres-ce, es-ta á-gua don-de vem dos te-us o-lhos me-ni-na, ou do co-ra-ção d'al-guem? Cho-ra vi-dei-ra, ó vi-dei-ri-nha, cho-ra vi-dei-ra da vi-da mi-nha.'

Água chove, o rio cresce,
Esta água donde vem?
Vem dos teus olhos menina,
Ou do coração d'alguem?

Chora videira, ó videirinha,
Chora videira, ó vida minha.

(1) As mulheres velhas da terra afirmam que esta cantiga é muito antiga e própria de Vilarinho. Isto só poderia ser possível relativamente à letra da quadra, pois quanto à música e à letra do estribilho encontramos várias analogias:

(a) No «Cancioneiro de Músicas Populares», por César das Neves. (Porto, 1898, vol. III, pág. 418): *Videirinha* recolhida nas Pedras Salgadas. A melodia é quase igual divergindo no ritmo e no compasso.

(b) Em Rodney Gallop, «Cantares do Povo Português», Lisboa, 1937, pág. 140, n.º 123, um cantar recolhido em Chaves, bastante parecido com o estribilho da *Videirinha*. Difere ligeira-

Água chove, o rio cresce,
Esta água donde vem?
Vem dos teus olhos menina,
Ou do coração d'alguém?

Chora videira, ó videirinha,
Chora videira, ó prenda minha.

Água chove, o rio cresce,
Esta água donde vem?
Vem dos teus olhos menina,
Ou do coração d'alguém?

Chora videira, ó videirão,
Chora videira, do meu coração.

Água chove, o rio cresce,
Esta água donde vem?
Vem dos teus olhos menina,
Ou do coração d'alguém?

Chora videira, deixai-la chorar,
É o meu amor, que me quer deixar.

mente no ritmo e na melodia mantendo-se a mesma construção harmónica. A letra é igual ao primeiro e ao terceiro estribilho.

(c) No «Cancioneiro Minhoto», de Gonçalo Sampaio. (Porto, 1940, pág. 105), um *Canto das bendimas*, recolhido em Ponte do Lima e arredores de Viana. Tem comum só o estribilho. Melodia muito parecida, ritmo diferente e harmonia igual. A letra é igual à do segundo estribilho.

2. (1)

(♩ = 104)

Ma-nu-el é quem me a - ma, Ma-nu-el é quem m'a-do - ra,
Ma-nu-el é quem me ti - ra da mi - nha ca - sa pra fo - ra.

Manuel é quem me ama,
Manuel é quem m'adora,
Manuel é quem me tira
Da minha casa pra fora.

(1) Esta cantiga era a mais cantada em 1945, pelas raparigas que se juntavam em grupos pelos largos da povoação. Uma vez pareceu-nos ouvir ao longe esta cantiga a três vozes, entrando a terceira voz no quinto compasso com *lá*, continuando depois em terceiras, dentro da tonalidade. Não nos foi possível encontrar depois quem voltasse a cantar assim. Será este o único caso de coro a três vozes em Vilarinho?

3. A LAVADEIRA

The musical score is written on three staves in 6/8 time. The first staff has a tempo marking of $\text{♩} = 92$ and contains the melody for the first line of lyrics. The second staff has a tempo marking of $\text{♩} = 104$ and contains the melody for the second and third lines of lyrics. The third staff contains the melody for the final line of lyrics. The lyrics are written below the notes, with hyphens indicating syllables that span across notes.

Dei - tei meus o - lhos ao ri - o p'ra ver teu bri - o, estavas a la -
-va-r(e) la - va, la - va, la - va - dei - ra, 'stás na brin - ca - dei - ra,
'stás a na - mo - rar.

Deitei meus olhos ao rio
P'ra ver teu brio,
Estavas a lavare.
Lava, lava, lavadeira.
Estás na brincadeira,
Estás a namorar.

Na repetição cantam geralmente *si* em vez de *sol* como anacruse.

4. Ó RIBEIRA (1)

(♩=120)

Ó ri - bei-ra, ó ri - bei-ra; ó ri - bei-ra és la -
-ma-nha; a - fei - ti-nha na ri - bei-ra, não m'a-fa-ço na mon-ta-nha.

Ó ribeira, ó ribeira,
Ó ribeira és tamanha.
Afeitinha na ribeira
Não m'afago na montanha.

Não m'afago na montanha
Entre o tojo e a carqueja.
Dei a mão ao meu amore
Lá no arco da igreja.

Lá no arco da igreja,
No arco da lealdade,
Dei a mão ao meu amore
Muito à minha vontade.

(1) As velhas de Vilarinho consideram esta moda muito antiga. Só encontramos analogia na letra da cantiga *A Ribeira* do «Cancioneiro Minhoto», de Gonçalo Sampaio, pág. 58. A música é diferente. Gonçalo Sampaio diz que é da Ponte da Barca, Porto e todo o Minho.

5. Ó ALTA SERRA

(♩=92)

Ó al-ta ser-ra da ne-ve, on-de o p'ne-do ca-i - u,
ninguê-m di-ga'õ que não sa-be, nem a-fir-m'õ que não vi-u,
nem a-fir-m'õ que não vi-u, o la-rai la - rai lá ló-lá.

Ó alta serra da neve, (¹)
Onde o p'nedo caiu,
Ninguém diga o que não sabe,
Nem afirm' o que não viu,
Nem afirm' o que não viu,
O larai, larai, lá, ló lá!

(¹) Nesta cantiga repete-se de maneira muito marcada a tendência do nosso povo para fazer coincidir sílabas finais surdas, com os tempos fortes do compasso. Veja-se por exemplo serra e penedo que pronunciam, neste caso, serrá e p'nedú.

6.

(♩ = 100)



So - le pos-to quer en-cos-to, eu mor-ro por m'en-cos-ta-re)



En - cos-ta - t'ao meu pei-ti-nho, que nunca t'hei-de dei-xa-re), la-



-rai, la -rai, la -rai lai lai, la -rai, la -rai, la -rai lai lai, la -rai

Sole posto quer encosto, (1)
 Eu morro por m'encostare.
 Encosta-t'-ao meu peitinho,
 Que nunca t'hei-de deixare.
 Larai, larai, larai, lai, lai.
 Larai, larai, larai, lai, lai, larai.

(1) O *e* de sole é pronunciado, quase como um *é* aberto.

7.

(J. 80)

In-d'eu por Braga a - bai - xo, ai, ou - vi can - tar e pa -
 - rei, - ó A - na, ó lin - da A - na, ai, ou - vi can - tar e pa - rei -

Ind'eu por Braga abaixo,
 Ai
 Ouvi cantar e parei,
 Ó Ana, ó linda Ana!
 Ai
 Ouvi cantar e parei.

A cantiga linda era,
 Ai
 Quem na cantava não sei,
 Ó Ana, ó linda Ana!
 Ai
 Quem na cantava não sei.

8. DOBADOIRA (1)

(♩=126)

Eu pus m'a pé - ao vir o di - a na mi-nha al-
 Tu - do dor - mi - a, só eu fa - la - va, na do - ba -

- dei - a Tu - do dor - mi - a. Do - ba, do - ba, do - ba - doira dentro
 - doi - ra, só eu do - ba - va.

do meu co - ra - ção, o no - ve - lo é ta - ma - nho, já me não ca - be na mão.

Eu, pus m'a pé,
 Ao vir o dia.
 Na minha aldeia
 Tudo dormia.
 Tudo dormia,
 Só eu falava.
 Na dobadoira,
 Só eu dobava.

Doba, doba, dobadoira,
 Dentro do meu coração.
 O novelo é tamanho,
 Já me não cabe na mão.

(1) As mulheres disseram ser antiga.

9.

(♩=76)

Eu cor-tei o a-mi-ei-ro, a-tre-vis-sei-o no ri-o,
D'a-qui pa-ra mi-nha ter-ra não per-ci-so de na-vio.

Eu cortei o amieiro,
Atravissei-o ⁽¹⁾ no rio.
Daqui pra a ⁽²⁾ minha terra
Não perciso ⁽³⁾ de navio.

Daqui pra a ⁽²⁾ minha terra
Tudo é caminho chão,
Tudo são cravos e rosas
Postos pela minha mão.

(1) « Atravissei-o » por « atravessei-o ».

(2) No texto musical encontra-se por lapso « para minha terra » em vez de « pra a minha terra ». É esta a versão autêntica.

(3) « Perciso » por « preciso »

10. Ó RAMO

The musical score is written on three staves in treble clef with a key signature of one sharp (F#) and a 3/4 time signature. The first staff begins with a tempo marking of $(\text{♩} = 96)$ and contains the melody for the first line of lyrics. The second staff begins with a tempo marking of $(\text{♩} = 120)$ and contains the melody for the second and third lines of lyrics. The third staff concludes the piece with a final cadence. The lyrics are: "Ó ramo, ó lindo ramo, ó ramo da oliveira, tu és o mais lindo ramo, ora qu'andava na brincadeira."

$(\text{♩} = 96)$
Ó ra - mo, ó lin - do ra - mo, ó ra - mo da o - li -
 $(\text{♩} = 120)$
- vei - ra, tu és o mais lin - do ra - mo, o - ra qu' an -
da va na brinca dei ra.

Ó ramo, ó lindo ramo,
Ó ramo da oliveira.
Tu és o mais lindo ramo,
Ora qu'andava na brincadeira.

11.

(♩=69)

Ó ca-cho da u - va, ó sil-va d'a - mo-ra,
as - - sen-ta-t'a-qui não te vás em - bo - ra

2: verso

Não te vás em - bo - ra, não te dei - xo i - re,
não me quei - ras dar pe-nas a sen - ti - re.

Ó cacho da uva,
Ó silva d'amora.
Assenta-t'aqui,
Não te vás embora.

Não te vás embora,
Não te deixo ir,
Não me queiras dar
Penas a sentir.

12.

(dorso)

Ra - mi-nho da pro - fei-ção, Trai, la-rai, la - rai, Trai, la-rai la -
 -rai, - a vi-nho da su-a-a - de-ga, Trai, la-rai, la - rai, - Trai, la-rai, la -
 - rai, re - ga-la o meu c'ra-ção, Trai, la-rai, la - rai, Trai, la-rai, la - rai.

Raminho da profeição, ⁽¹⁾ ⁽²⁾
 Trai, larai, larai, trai, larai, larai.

O vinho da sua adega,
 Trai, larai, larai, trai, larai, larai.

Regala o meu c'ração.
 Trai, larai, larai, trai, larai, larai.

(1) Profeição por perfeição.

(2) Por lapso a sílaba *fei* da palavra profeição não ficou debaixo da nota *sol*, como devia.

13.

(♩ = 112)

Handwritten musical score for a song. It consists of two staves of music in 4/4 time, with a tempo marking of (♩ = 112). The melody is written on a treble clef staff. The lyrics are written below the notes, with hyphens indicating syllables across notes. The lyrics are: "Mi - nha ma - çã ver - me - lhinha, ver - me - lhinha na ma - ceira, ver - me - lhinha em ca - sa - da, meu - amor, que fa - ri - a em sol - teira!"

Mi - nha ma - çã ver - me - lhinha, ver - me - lhinha na ma - ceira, ver -
 - me - lhinha em ca - sa - da, meu - amor, que fa - ri - a em sol - teira!

Minha maçã vermelhinha,
 Vermelhinha na maceira,
 Vermelhinha em casada, meu amor.
 Que faria em solteira!

14. AS PERAS (1) (2) (3)

(♩=92) (♩=116-120)

U - ma pê - ra, du - as pê - ras; u - ma
 pê - ra, du - as pê - ras, três pê - ras num ra - ma - li - nho.

Uma pera, duas peras.
 Uma pera, duas peras.
 Três peras num ramalhinho.

Uma é minha,
 Outra é tua.
 Uma é minha, outra é tua.
 Outra é do meu amorzinho.

(1) Ver «Cancioneiro de Músicas Populares», de César das Neves, Porto, 1898, vol. III, pág. 18, Cantiga, *Arredonda a Saia*, recolhida em Trás-os-Montes. Melodia muito parecida mas letra inteiramente diferente. A cantiga tem de mais um estribilho que falta à de Vilarinho.

(2) Ouvimos a mesma canção também a uma mulher de Vila da Feira.

(3) A segunda voz nem sempre entra onde está indicado. Às vezes entra no último tempo do segundo compasso.

15.

(♩=92)

Eu fui con-ti-go à hor-ta a mi-nha mãe cha-
 -mou, "ó A-na vem cá, ó A-na", "Se-nhora minha mãe já vou."

Eu fui contigo à horta,
 A minha mãe chamou:
 Ó Ana! vem cá, ó Ana!
 Senhora minha mãe, já vou!

16. Ó MARIA (1) (2)

(*d.=120*)

Ó Ma - ri - a, to - ma lá e le - va es - ta moda no - va p'ra tu - a

(*d.=80*)

ter - ra. O - ra vai tu, o - ra vai vai,

o - ra vai tu, qu'eu não pos - so, ai, ai.

Ó Maria, toma lá e leva
Esta moda nova p'ra tua terra.

Ora vai tu, ora vai, vai.

Ora vai tu, qu'eu não posso, ai, ai!

(1) Ver «Cancioneiro Minhoto», de Gonçalo Sampaio, pág. 111, *Ó Maria!* (do Porto e de todo o Minho). A melodia é quase igual. A letra é igual mas não tão completa como a colhida em Vilarinho.

(2) Os sinais de *staccato* que se encontram no texto musical não correspondem, como é evidente, a um verdadeiro *staccato*.

Eles são, sòmente, destinados, por falta de outro processo mais perfeito da notação, a dar uma ideia de articulação saltitante e a estabelecer sobretudo o contraste com a ligadura bem pronunciada do fim de cada verso.

Ó Maria, do cabo da eira,
Não há casamento sem alcoviteira.

Ora vai tu, ora vai, vai.
Ora vai tu, qu'eu não posso, ai, ai!

Ó Maria, do cabo da horta
Quero-me casar, a ti que m'importa.

Ora vai tu, ora vai, vai.
Ora vai tu, qu'eu não posso, ai, ai!

Ó Maria, eu bem dizia
Qu'as papas faz cortar a azia.

Ora vai tu, ora vai, vai.
Ora vai tu, qu'eu não posso, ai, ai!

17. (1)

(♩ = 88)

Fui ao mar caçar pei-xi-nhos, pi-quei-me no verde to-jo, es-tes
mo-ci-nhos d'a - go - ra têm pro - sa que me-te no-jo.

Fui ao mar caçar peixinhos,
Piquei-me no verde tojo
Estes mocinhos d'agora
Têm prosa que mete nojo.

(1) Ouvimos esta melodia também no Barroso (Carvalhe-
lhos, Boticas).

18. LAURINDINHA

(♩ = 116)

O - lá, Lau-rin - di - nha, la - ran - ja, li - mão, quem
não tem a - mo - res não sabe, que é bom...

The image shows a musical score for the song 'Laurindinha'. It consists of two staves of music in G major (one sharp) and 2/4 time. The tempo is marked as quarter note = 116. The melody is written on a treble clef staff. The lyrics are written below the notes, with hyphens indicating syllables across notes. The first line of lyrics is 'O - lá, Lau-rin - di - nha, la - ran - ja, li - mão, quem' and the second line is 'não tem a - mo - res não sabe, que é bom...'. The music ends with a double bar line.

Olá Laurindinha,
Laranja, limão.
Quem não tem amores,
Não sabe que é bom.

Olá Laurindinha,
Laranja, laranja.
Quem não tem amores,
Depressa os arranja.

19.

(♩=96)

Ó vi-da da minha vi-da, a mi-nha vi-da vai bo-a, - quem tem a-
 -mo-res na ter-ra, que vai fa-zer a Lis-bo - a? - que vai fa -
 -zer a lis-bo - a, - ó ai ó la - ri lo-le - la.

Ó vida da minha vida,
 A minha vida vai boa.
 Quem tem amores na terra,
 Que vai fazer a Lisboa?
 Que vai fazer a Lisboa?
 Ó ai, ó lari, lo, lé, la ⁽¹⁾.

(1) É curioso o facto de esta cantiga acabar na dominante, que corresponde à interrogação. Na verdade esta sensação de dominante existe só para o nosso sentimento actual de tonalidade, pois, na verdade, estamos em presença do antigo modo mixolídio.

20. (1)

(J. 276)

Não pas-ses à mi-nha por-ta, ga-ro-to, meu pai não que-re, não
per-de vo-cê, qu'é ho-mem, per-co e-u que sou mu-lhe-re).

Não passes à minha porta,
Garoto, meu pai não quiere.
Não perde você qu'ê home ⁽²⁾,
Perco eu que sou mulhere.

Não passes à minha porta,
Nem de noite, nem de dia.
Eu não sou santo nem santa,
Que me façam romaria.

(1) Ver «Cancioneiro Minhoto», de Gonçalo Sampaio, pág. 56, *Steja quieto!* (Cabeceiras de Basto). A música é diferente. A letra dos dois últimos versos da primeira quadra é igual.

(2) Ver mesmo cancionero, pág. 137, *Fandango* (Ponte de Lima). Melodia quase igual. Letra completamente diferente.

21. Ó FILOMÉNIA (1)

(♩ = 126)

Ó que-ri-da Fi-lo - mé-ni-a, eu a-qui estou a teu la-do,
pa-re-ce que vais gos-tan-do des-te me-u pa-lav-ria-do

The image shows a musical score for the song 'Ó Filoménia'. It consists of two staves. The first staff is a single melodic line in treble clef, with a key signature of one sharp (F#) and a 3/4 time signature. The tempo is marked as (♩ = 126). The lyrics are written below the notes. The second staff is an accompaniment line in bass clef, also in treble clef, with a key signature of one sharp and a 3/4 time signature. The lyrics are written below the notes.

Ó querida Filoménia,
Eu aqui estou ao teu lado (2).
Parece que vais gostando,
Deste meu palavriado.

Palavriado dos homens,
Estou farta de o saber
Não é pelo ter usado
Tenho t'o ouvido dizer (3).

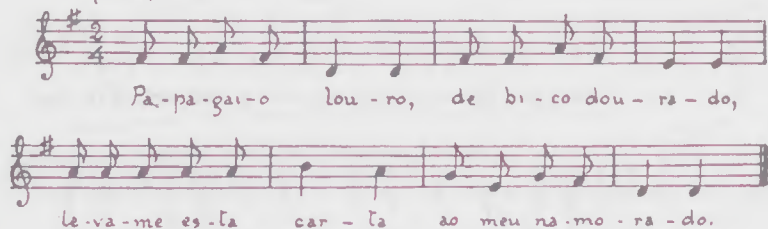
(1) Ouvimos esta mesma canção em Portelo de Cambres, Lamego.

(2) No texto da música está por lapso a teu lado, por ao teu lado.

(3) Ouvisto por ouvido. Forma frequente por influência de visto.

22. PAPAGAIO LOURO

(da 120)



Pa-pa-gai-o lou-ro, de bi-co dou-ra-do,
le-va-me es-ta car-ta ao meu na-mo-ra-do.

Papagaio louro,
De bico dourado,
Leva-me esta carta
Ao meu namorado.

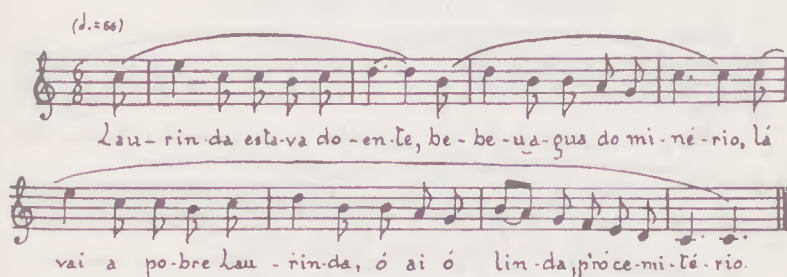
Ele não é viúvo,
Nem home casado.
É rapaz solteiro,
Lindo como um cravo.

Lindo como um cravo,
Branco como uma rosa,
Toma lá cerveja.
Anda cá vaidosa.

Eu não sou vaidosa,
Nem tenho vaidade.
Toma esta carta,
Leva-a à Piedade.

23. LAURINDA (1)

(♩ = 66)



Lau-rin-da esta-va do-en-te, be-be-u-a-gua do mi-né-rio, lá
vai a po-bre Lau-rin-da, ó ai ó lin-da, pro-ce-mi-té-rio.

Laurinda estava doente.
Bebeu água do minério.
Lá vai a pobre Laurinda (2),
Ó ai ó linda, pro cemitério.

Lá vem-na pobre Laurinda,
Cheia de pena e dor.
Bem te dizia Laurinda,
Que era melhor chamar o doutor.

Lá vem-no senhor doutor,
Com a lanceta na mão.
Bem te dizia Laurinda
Que era na veia do coração.

A veia do coração
É sítio que não tem cura.
Lá vai a pobre Laurinda,
Ó ai ó linda, p'ra sepultura.

(1) Ver «Cancioneiro Minhoto», de Gonçalo Sampaio, pág. 64.
Aninhas (Ponte da Barca). Semelhança na letra e na música.

(2) As cantadeiras pronunciavam *probe* e não *pobre*.

24. CANTIGA RELIGIOSA

(♩=120)

Ma - ri - a, quem diz Ma - ri - a, - diz u - m'au-ro-ra bri-lha-re, - sois
a estrê-la do di - a, - sois a estrê-la do ma-re.

(Versos continua:) *(Versos 1, 2, 3 e 4 são cantados com esta melodia.)*
(♩=70)

Sois a mãe dos pe-ca - do - res, Sois a mãe dos fi-lhos te-us,
Sois a mãe do pu-ra - mo-re, sois en-fim a mãe de De-us.

Maria, quem diz Maria,
Diz uma aurora a brilhar.
Sois a estrela do dia,
Sois a estrela do mar.

Maria, quem diz Maria,
Diz uma aurora formosa,
Sois a estrela do dia,
Que lindo botão de rosa.

Esse teu nome Maria
É o consolo na agonia,
Que faz tremer o inferno,
Dizendo: Ave-Maria.

Maria, quem diz Maria,
Estrela dos horizontes.
Sois mais pura que o lírio,
Que água das próprias fontes.

Sois a Mãe dos pecadores,
Sois a Mãe dos filhos teus,
Sois a Mãe do puro amor,
Sois, enfim, a Mãe de Deus.

LETRA DE ALGUMAS CANTIGAS QUE SE CANTAM COM DIFERENTES MÚSICAS, INDISTINTAMENTE:

Foste dizer ao meu pai,
Que eu estava coradinha...
Os anjos do céu me leve
Se esta cor não era a minha.

Não chores, tu não chores
Teu chorar nos faz penar,
Os devotos deste povo,
Hoje vos vêm consolar,

Não corteis a ponta ao tojo,
Nem a raiz à carvalhada,
É o sustento dos moços
No ano de pouca palha.

Menino que vai no barco,
Tire o pé que molha a meia.
Vá casar à sua terra,
Não case na terra alheia.

Moças do Bairro Alto,
Que fazeis ao que ganhais?
Trazeis o vosso pai descalço,
Nem uns soquinhos lhe dais.

O moinho traina, traina...
Deita farinha de roda,
A filha da moleirinha
Tem um falar que namora.

Debaixo dum laranjal
Está uma menina a ler um jornal.
Aurora olha o que teu digo,
Aurora não chores, que eu vou contigo.

Menina que sabe ler,
Sabe boa habilidade;
Sabe o segredinho doutros,
O dela ninguém no sabe.

Senta-te aqui António,
Tu numa pedra, eu noutra,
Choraremos aqui ambos,
A nossa fortuna é pouca.

À sombra da oliveira
É um regalo namorar,
Tem a folha miudinha,
Não deixa entrar o luar.

O lugar de Vilarinho,
É pequeno, mas tem graça.
Tem uma fonte no meio,
Dá de beber a quem passa.

O lugar de Vilarinho
É pequeno e tem que dar,
Raparigas pro combento,
Rapazes pra militar.

O lugar de Vilarinho
Ó longe parece vila.
Tem um cravo na entrada,
E uma rosa na saída.

O lugar de Vilarinho
Todo cheio de ameixeiras,
No meio dele passeiam
Quatrocentas feiticeiras.

CAPÍTULO XII

PROVÉRBIOS E ADIVINHAS

PROVÉRBIOS

Não é tão fácil coligir provérbios, como se pode pensar, a não ser quando o acaso nos coloca durante bastante tempo em contacto com a região que queremos estudar, ou quando conhecemos uma pessoa dessa região, que, por qualquer circunstância, ultrapassou a fase etnográfica, que é peculiar a muitas populações do país. A gente do povo não tem bem consciência dos provérbios de que se serve, eles surgem espontaneamente, no meio da conversa, como que para justificar uma opinião. Assim como o indivíduo culto se apoia na frase dum pensador, ou dum homem de ciência, para reforçar o valor dum ponto em vista seu, o camponês também reforça a sua maneira de ver, com um rifão qualquer. Mas a identidade do processo não corresponde a semelhança do fenómeno psicológico. Quando o homem culto se apoia no princípio de autoridade, fá-lo conscientemente, sabendo que apresenta um argumento, que só vale por ser a opinião dum mestre, cujo valor é geral-

mente aceite. Porém, um camponês, quando reforça a sua opinião com um adágio, raras vezes tem clara consciência, de que se está a apoiar numa frase, que vale por ser uma condensação da experiência secular de gerações. Para ele, o provérbio, é como se fosse concomitantemente uma coisa sua, e de todos.

Psicológicamente, para o camponês, o provérbio tem mais carácter de argumento lógico, que de autoridade, e, portanto, só no momento em que esse valor lógico é necessário pelo decorrer da conversa, é que ele surge, e não pode dispor dele arbitrariamente, como seria possível a uma pessoa, para quem ele passou a ser um elemento de erudição. Devemos dizer que conforme o estado mental do indivíduo, o provérbio pode ter valor lógico, ou valor de erudição.

Se para o habitante duma região, em que a vida decorre ainda numa fase a que podemos chamar mítica, o provérbio conta como elemento de valor lógico, este passará imediatamente a elemento de erudição, no momento em que o indivíduo, saindo do seu meio, se eleve a uma atitude racionalista. É por isso que, em certas regiões, se pedimos para nos dizerem provérbios, não faltam pessoas que comecem a citá-los uns atrás de outros, pois para essas pessoas, os provérbios já vivem armazenados na memória, como elementos de erudição. Mas, se formos a um velho de Vilarinho pedir para nos dizer provérbios, ele ficará a olhar pafa nós, sem nos compreender, e isto não é por desconhecer o termo, pois seria o mesmo se empregássemos qualquer outro.

Um dia, por exemplo, estava um velho a falar muito animado, com várias pessoas, e disse um provérbio de que fixamos só uma parte. No dia seguinte pergunta-

mos-lhe como era aquela frase, que terminava assim: e repetimos-lhe parte do provérbio, que ele próprio tinha dito. Pois não foi possível lembrar-se. O único processo é fixá-los na memória, pois não é fácil escrever diante deles, e ao mesmo tempo pretender que conversem connosco. Só depois de se ter conquistado muita confiança, se consegue escrever sem que se sintam desconfiados.

Daqui se depreende que uma boa colheita de provérbios só pode ser feita nas regiões, em que se vive muito tempo, e não é possível conseguir-se para uma monografia que tem carácter geral, e visa, sobretudo, a dar as formas da vida comunitária duma povoação, e do espírito que lhe é peculiar.

Porém, se os provérbios são um dos maiores repertórios do saber popular, e um dos melhores elementos para avaliar a mentalidade do povo, porque são condensações, ou sínteses da experiência secular desse povo, e aspectos da sua natureza filosófico-natural, só o são para um povo visto em conjunto, ou, pelo menos, para uma região bem individualizada e ampla, como talvez uma província, mas nunca só para uma aldeia. Primeiro, porque os provérbios são muitas vezes extensivos a todo o país, quantas vezes até, anteriores à própria língua, e mais tarde a ela adaptados. Segundo, porque embora limitada a sua área, nunca é fácil estabelecê-la com precisão, nem conhecer-lhes o lugar de origem. Os provérbios, como a língua, são património dum povo inteiro, e só podem ter valor local, quando são condicionados por certos elementos, que não podem ter carácter geral, como os que se referem a coisas geográficas ou de meteorologia local, ou ainda a usos e costumes de determinada região.

Está claro que se fosse possível fazer-se uma recolha, o mais completa possível, dos provérbios duma povoação, mesmo que estes não fossem criação própria dos seus habitantes, já se poderiam tirar conclusões relativas a esse povo, pela própria selecção que deles fizeram. Mas isto não foi possível, por falta de tempo, e limitámo-nos a apresentar aqui os ditados que lá pudemos fixar, e que não sabemos se já foram registados por outros autores noutras regiões. Tude de Sousa não inclui os que aqui damos, no capítulo do *Gerez* dedicado a este assunto.

Como dissemos, não é fácil saber a origem dos diferentes provérbios, contudo, ordenámo-los de maneira a ficarem em último lugar, os que estão mais em relação com os costumes da terra e tenham mais carácter local:

I—Uma folha de loureiro, já é meio cozinheiro.

II—Quem tem vergonha passa mal.

III—Uma noite de feno, um ano enfermo.

IV—Melhor magro no mato, que gordo no cu do gato.

Este adágio refere-se a uma história que glorifica a miséria tranquila, opondo-a à riqueza com risco e insegurança. É o rato magro do campo, que encontra o seu vizinho da cidade, gordo e bonito, e lhe pergunta como é que ele tem vida tão boa. O outro, generoso, leva-o consigo para a casa onde vivia opiparamente. Mas, quando o rato magro vê um gatarião enorme, resolve ir embora, dizendo ao amigo da cidade: melhor magro no mato, que gordo no cu do gato.

A história não é com certeza de Vilarinho, mas o ditado encontrou bom acolhimento, pois é um argumento para justificar a pobreza tranquila da Serra, que para eles

vale mais que a vida mais abastada, mas cheia de riscos, que as cidades lhes podiam oferecer.

V — Antes me morra o melhor boi, do que os ratos com fome.

VI — Janeiro pões o porco ao fumeiro.

VII — Sou muito velho para saber burro *baqueiro*.

Não compreendemos verdadeiramente o significado deste ditado, pois a pessoa que o disse, só nos explicou que já estava velha para se meter em trabalhos. Ou se relaciona com o pastoreio das vacas (bacas) que exige o vigor do adulto jovem e que os velhos não podem já fazer, ou então tem qualquer significado em que não penetramos. Baqueiro também pode ser corruptela de *vegueiro* que Tude de Sousa (1) regista como significado de burro, e que se pronuncia *begueiro*. Mas neste caso, seria begueiro não somente burro, mas qualquer tipo de burro que faz trabalhos pesados.

VIII — Quem faz bem ao comum, não faz bem a nenhum.

Este ditado é que parece nascer da experiência da vida comunitária destas povoações; deixando perceber a decepção daquele, que se tendo sempre esforçado pelo bem da colectividade, não conseguiu contentar ninguém. De facto, os zeladores que durante o seu mandato, se esforçam por conseguir obra de valor colectivo, recebem, não raras vezes, só as críticas de todos, coisa aliás muito própria dos povos latinos. Contudo, este provérbio é conhecido noutras regiões.

IX — Quem bota apeladoiros de gesta, todo o dia é uma festa.

(1) Tude de Sousa, «Gerez», pág. 147.

Este ditado também pode ser da terra, como de qualquer outra destas redondezas, pois aqui os camponeses dizem que quando os carros de bois chiam, o gado anda melhor e não precisa do estímulo humano. Para isso, fazem apeladoiros de diferentes madeiras que chiem, quando entram em atrito com o eixo do carro, sendo a giesta a mais própria para este efeito. Assim conseguem, que todos os dias, quando o carro sai, os caminhos se encham da música festiva desses sons.

X — Santa Marinha com a sua cabacinha, Santiago com o seu *alqueirado* (metereológico).

Diz aqui o povo que no dia de Santa Marinha, a 18 de Julho, costuma chover um pouco, o que é simbolizado pela cabacinha da Santa, e que no dia de Santiago, a 25 do mesmo mês, então chove a valer, o que no ditado é simbolizado com o *alqueirado*, que é um cântaro grande, de alqueire.

XI — Desgraçado do que nasce na Terra Fria. Por muito feia que seja, sempre por ela pia.

O serrano tem clara consciência que, apesar da rudeza da vida nas suas montanhas pobres e frias, nunca mais o abandona a saudade delas, quando a miséria o obriga a emigrar para regiões mais férteis e felizes. Quando vão para o Brasil, América do Norte, ou França, buscar um pouco de pão que lhes falta em casa, é sempre com a ideia de juntar uns patacos para voltar. Desgraçados daqueles que não ganham o suficiente para regressar, pois a saudade envenena-os toda a vida; saudade dessa terra fria e pobre, em que nasceram e apascentaram gados, mas majestosa e grande na sua magnífica solidão. É certo que, falando com pessoas de outras regiões, esta gente costuma sempre dizer que a sua terra é feia, pois,

parece-lhe impossível que um estranho goste de montes de granito, cobertos de urze e de carqueja, mas eles não a trocam por nada. Contudo isto não é razão para que o provérbio seja de Vilarinho, pois em todas as regiões serranas e frias do Norte o amor do torrão é igualmente vivo.

ADIVINHAS

As adivinhas são bastante mais fáceis de coligir que os provérbios, pois não são uma forma da sabedoria inconsciente, que brota naturalmente durante a conversa, como imagens de linguagem. A qualquer habitante, sobretudo aos velhos, se pode pedir para nos ensinarem adivinhas, que seremos prontamente servidos. Mas é tão fácil saber o ponto de origem destas últimas, como o dos primeiros, pois elas correm de terra em terra, sabe-se lá há quantos séculos.

Algumas, porém, podem-se mais ou menos localizar na paisagem, pelo emprego que fazem de termos e costumes só próprios de certas regiões. Só mais tarde, pelo estudo comparativo entre diferentes aldeias do país, se poderá chegar a conclusões mais concretas.

A falta de estudos locais não permite por enquanto tentativas, que conduziriam a erros desnecessários.

Nós vamos ordenar as adivinhas que colhemos em Vilarinho, de maneira a que aquelas, que têm mais características locais, fiquem no fim, e daremos primeiro as que têm carácter mais geral, e certamente foram trazidas de fora:

I — O que é uma coisa redondinha, redondela, que não tem porta, nem cancela: é o *ovo*.

II — Altos palácios, lindas janelas. Abrem-se e fecham-se, ninguém mora nelas: são os *olhos*.

III — Alto da perna e redondo da bola. Cada ponta tem a sua *xeringola*: é o *pinheiro*.

IV — À meia-noite se levanta o francês,
Sabe da hora, não sabe do mês.
Tem espora e não é cavaleiro,
Tem serra não é carpinteiro,
Cava no chão não acha dinheiro: é o *galo*.

V — Qual é a coisa que de dia anda como uma escada e à noite põe-se como uma tripa: é o *cordão do colete*.

Esta adivinha já fica limitada à região em que as mulheres usam os coletes apertados à frente com um cordão, o que abrange uma área do país relativamente grande.

VI — Quatro na lama, quatro na cama.

Dois parafusos e um que l'abana (lhe abana):
é a *vaca*.

Quatro na lama são as pernas. Quatro na cama são as tetas. Dois parafusos são os cornos. E um que lhe abana é a cauda.

Esta adivinha da vaca é extraordinariamente parecida a outras, que se conservam em regiões ganadeiras da Inglaterra, da Noruega, das ilhas Färœ, da Suécia e da Suíça ⁽²⁾ e devem ter uma origem comum nos povos ganadeiros germânicos, se atendermos à sua área de expansão ⁽³⁾.

(2) Richard Weiss, «Volkskunde der Schweiz», Erlenbach-Zürich, 1946, pág. 276.

(3) Antti Aarne, in «Folklore Fellows Communications», 27, pág. 60.

Damos aqui, para comparação, a tradução alemã de Geuzmer da adivinha da velha Saga islandesa de Hervor e König Heidrek, e outra adivinha actual, em dialecto suíço.

Eis a adivinha da Saga islandesa:

Viere hangen (quatro pendem),
Viere gangen (quatro andam),
Zwei weisen den Weg (dois indicam o caminho),
Zwei wehren den Hunden (dois defendem dos cães),
Hinten zottelt einer (atrás abana um),
Öfters schmutzig (muitas vezes sujo),
König Heidrek (rei Heidrek),
Kannst du es raten (podes adivinhá-lo?)

A adivinha suíça é assim:

Vieri trampe (quatro patinham),
Vieri lampe (quatro pendem),
Vieri luege (quatro olham),
Gege Himmel (para o céu).
Lueget si in Himmel ue (olham para cima, para o
céu),
Chunt gäng eine hinde zue. (E atrás vem sempre um).

É indiscutível a semelhança entre a adivinha de Vilarinho e estas, de origem germânica, que reproduzimos. Não se pode, com certeza, admitir um caso de convergência, e é mais para aceitar que fosse trazida para cá, pelos povos ganadeiros das invasões pré-romanas.

No Barroso (Telhó) existe esta variante da adivinha de Vilarinho:

Quatro na lama, quatro na cama,
E um que l'acena (o rabo),
E dois que l'abanam (os cornos). (4)

VII — Cabe na mão, não cabe na casa: é a *lux*.

VIII — Ó Senhor Domingos, sente o cu no mole,
Enquanto eu asso o repimpol.

Darei-le doce do cu,
Amoroso *dentre* as pernas.

Esta adivinha de sentido ambíguo e de intenção pornográfica não é fácil de localizar.

A interpretação é a seguinte; sente o cu no mole: sente-se no banco. Repimpol é um bolo de farinha. Doce do cu, é o mel, que supõem ser o excremento das abelhas. Amoroso de entre as pernas, é o leite, que sai de entre as pernas das vacas.

IX — *Daurto* me miras, comer me querias,
Tu hás-de morrer e eu hei-de viver,
Dentro de ti me hei-de meter: é o *centeio a*
falar para uma cabra.

O centeio diz para a cabra, que o mira lá do alto, que ela o queria comer, mas que ela será morta antes de ele ser ceifado, e que depois irá dentro da sua pele (fole), quando for farinha e vier do moinho.

Esta adivinha tem muitas probabilidades de ser de Vilarinho, e se não é, provém duma região próxima, em que as condições locais se repetem. Primeiro, tem de haver campos de centeio junto dos quais se elevem encostas em que pastem cabras.

(4) Recordamos aqui a adivinha que Júlio Dinis transcreve em « As Pupilas do Senhor Reitor », pág. 144, Ed. Civilização, provavelmente recolhida em Vale de Cambra, região de cultura ganadeira onde domina a vaca arouquesa.

Como se sabe, em geral, nas regiões serranas, o centeio é cultura das encostas e cabeços, mas em Vilarinho cultivava-se nos campos fundos, antes da cultura do milho. Além disso, o uso do fole é restrito a certas regiões serranas, como Barroso, Marão, Montemuro, etc., onde o centeio se cultivava nos cimos, não podendo, portanto, a cabra mirá-lo do alto.

Mas não é fácil fazer interpretações de origens, sem trabalhos exaustivos por todo o país, que depois se possam comparar com estudos estrangeiros. Como vimos na adivinha da vaca, as relações entre aspectos do folclore europeu são indiscutíveis, e é de alta importância estudá-las.

CAPÍTULO XIII

EMIGRAÇÃO E CONTRABANDO

EMIGRAÇÃO

Vilarinho da Furna, como a grande maioria das nossas aldeias do Norte, já aproveitou todos os terrenos agricultáveis, sem com isto conseguir satisfazer as necessidades crescentes da população. As regiões de pastoreio, se bem que muito vastas, são insuficientes para uma próspera economia pastoril, pois a maioria dos terrenos só se prestam para apascentar cabras, não havendo pastos ricos para gado vacum, que uma parte do ano se contenta com as magras pastagens nas chãs da serra. Como a insuficiência dos pastos não permite uma indústria de lacticínios, nem uma exploração de gado lanígero em grande escala, a população de Vilarinho tem de procurar novas fontes de riqueza na emigração e no contrabando.

A emigração não data da moderna geração, o que mostra que há já muito a terra não é capaz de satisfazer as necessidades da população, do que resultou uma nítida saturação humana. Porém, este excedente populacional não tem sempre seguido as mesmas rotas. O habitante

de Vilarinho, como a maioria do português, nunca emigra com a ideia de se estabelecer definitivamente numa terra mais prometedora, para aí iniciar nova vida. O pensamento, que os leva a abandonar a terra, é o de juntar uns contos de réis, para depois regressarem com possibilidades duma vida mais farta. Para isso não recuam diante de nenhuma dificuldade, nem hesitam em ensaiar novas terras, desde que tenham notícia de que lá se ganha mais facilmente. Os velhos iam só para o Brasil. Essa grande Nação feita por portugueses, em que se fala a nossa língua, foi durante muito tempo a terra da árvore das patacas. Mas depois o Brasil falhou. Já era preciso trabalhar uma vida inteira para juntar uns cobres, e isso nem sempre se dava, ficando por lá muitos, roídos de saudade e de miséria. As novas gerações, que também não podiam permanecer na miséria da terra, sem empreender qualquer coisa, tentavam então novos países, apesar das dificuldades serem muitas. De facto, as outras nações exigiam uma documentação difícil: vistos de entrada, contratos de trabalho... Além disso, havia a dificuldade duma língua estranha, e até a impossibilidade de vagamente localizar essas terras, porque nunca tinham visto um mapa, e elas surgiam de repente no seu campo de conhecimento, como um novo cometa deslumbrador. O Brasil já era familiar, à força de se ouvir falar nele, e, a pouco e pouco, acabou por ser uma coisa cheia de sentido. Mas essa América fantástica, onde ninguém tinha ido, e que ficava para outras bandas do mar, nos confins da Terra! Mas lá, segundo corria, ganhavam-se muitos dólares, e isso era o bastante, para esses portugueses ignorantes e simples se meterem a descobrir a América por iniciativa própria. E assim foi. De Vilarinho

partiram vários e nenhum deixou de lá chegar. Alguns regressaram com dinheiro, e outros ainda por lá andam. Uns partiram depois de satisfazer os requisitos legais, mas outros, para lá chegar, não ficaram atrás dos nossos aventureiros do século xv e xvi. De Vilarinho, sem mais nada além de uns dinheiros conseguidos com dificuldade, lá se metiam para Espanha. Depois, uns barcos suspeitos, que tinham uma actividade um pouco misteriosa, encarregavam-se de levar passageiros clandestinos, escondidos no porão. De noite, depois de muitos dias de viagem, sem luz nem ar, um escaler ia deixar esses homens na costa americana. E um português de Vilarinho, José Rodrigues Trigo, semi-analfabeto, que na sua terra nunca tinha visto um comboio nem um automóvel, vê-se, de repente, a centos de quilómetros das suas serras, numa praia solitária, a ouvir um mar furioso, que o separa irremediavelmente dos seus. E, contudo, este homem soube fugir à polícia americana, aprendeu a falar a nova língua, correu várias terras até chegar a Nova-Iorque. Ali, naquela Babilónia imensa, em que um lisboeta culto, com papéis e dinheiro, dificilmente se aguenta, arranjou trabalho, viveu e juntou dinheiro, até que num dia de pouca sorte, a polícia o surpreendeu, e foi repatriado, antes de ter chegado à soma que ambicionava. Outros foram para França. Também não sabiam francês, nem o que lá iam fazer. Mas não era isso que lhes metia medo. De noite passaram para Espanha, e lá foram por qualquer processo até chegar aos Pirenéus. Aí também se arranjou a passar, de noite. A gente do povo descobre sempre quem lhe dê informações, e nunca deixa de aparecer quem os guie a troco duns escudos. Depois de estarem em França procuraram trabalho, e aqueles homens, que na sua terra

fazem tudo, sem terem nenhuma especialidade, aceitam na terra estranha qualquer incumbência. Tudo lhes serve desde que ganhem a vida, e em pouco tempo se adaptam a qualquer officio.

Conhecemos um rapaz novo, o António Fecha, que estava em Vilarinho a construir uma casa de pedra, bem talhada, com uma armação de telhado complicada, e muito mais perfeita que as que lá são usadas. Perguntamos-lhe como aprendera a fazer aquilo, e respondeu-nos que fora carpinteiro em Paris. Foi lá que aprendeu o officio e ganhou os contos de réis, que lhe permitiram regressar e construir a sua nova casa.

Estes homens novos viveram anos em Paris e Nova-Iorque, sentiram à sua volta fluir uma vida rica e estranha de luxo e requinte, viram arranha-céus enormes e *boulevards* elegantes, e, contudo, nunca lhes passou pela cabeça a ideia de por lá ficar, de arranjar mulher e esquecer a pobre terra onde nasceram. Todos eles trabalham e poupam, sempre com o sonho de voltar com um pouco de dinheiro, para passar o resto da vida na sua terra humilde e parada. Pouquíssimos ficam nessas terras grandes, quando fazem fortuna, pois a todos move a miragem do regresso. É certo que muitos depois se sentem infelizes, e recordam a riqueza e a facilidade da vida que levaram, mas a nenhum ocorre a ideia de para lá voltar.

A emigração é uma das origens da rápida perda dos valores da cultura popular, além de provocar a corrupção da língua pela má apropriação de estrangeirismos. Estes homens chegados de grandes países, onde viveram em contacto com civilizações adiantadas, perderam a ingenuidade primitiva, e encaram os hábitos simples e

tradicionais com ironia e desdém. É, aliás, bem compreensível, que um pobre pastor de cabras, que viveu uns anos em Paris, ou Nova-Iorque, se sinta humilhado por ver a gente da sua aldeia dançar um *vira* ao toque duma viola. A beleza que essas danças e músicas populares têm, infinitamente superior à dum *jazz-band* ou dum *swing*, não as pode ele racionalmente compreender. Se no íntimo ainda as sente, há qualquer coisa nele que se recusa a aceitá-las e o obriga a tomar uma atitude hostil contra elas. Esta atitude de crítica irónica e a não participação nos prazeres dos outros, vai despertando nas almas simples a desconfiança e a vergonha, por se verem olhados daquela maneira por outros, que a seus olhos valem mais, porque já viram mundo e são mais desenvolvidos nos modos e no falar.

Embora lá não tenham ainda chegado o cinema e o rádio, chegam aqueles que viram mundos mais fartos e prósperos, e se não podem conformar com o destino que lhes deu uma terra pobre e agreste, em que o pão não basta para satisfazer a fome de todas as bocas, e muito menos oferecer a abundância, que é a base duma vida mais elevada e melhor.

CONTRABANDO

Um dos processos muito usados para equilibrar o *deficit* económico entre as famílias de Vilarinho, é o contrabando. Da povoação até Espanha só se erguem montanhas cortadas de barrancos fundos e pedregosos, encostas cobertas de vegetação arbustiva, matas de carvalhos e medronheiros, ou então grandes lombas de montanha, semeadas de penedos de difícil passagem, o que

favorece a actividade dos contrabandistas. Bons conhecedores da serra e das artimanhas necessárias para escapar à vigilância da guarda, entregam-se desde há muito, com ardor, a esta prática, que a lei considera punível. Contudo, o contrabandista é considerado por todos os seus vizinhos como pessoa honesta e de bem, como de facto o é, na generalidade; às vezes, mesmo bastante mais que muitos guardas que o perseguem, e se não envergonham de praticar acções bem pouco próprias da farda que envergam.

O contrabando praticado nestas regiões montanhosas, não dá, em épocas normais, prejuízo ao Estado, pois as distâncias a transpor são tão grandes, e por caminhos tão maus, que as cargas, que os homens levam às costas, são fatalmente pequenas. Além disso, esta gente pobre e pouco relacionada com os grandes centros, não pode fazer contrabando de vulto, limitando-se a transacções que só interessam a economia local. Nos anos da guerra de Espanha e, depois, durante a guerra europeia, era frequente trazerem ferramentas, instrumentos agrícolas, espingardas de caça, calçado e roupas, levando para Espanha, café, ovos, sabão, açúcar e até gados. Durante os anos de grande fome na nação vizinha, também passavam milho e outros artigos de mercearia, que conseguiam comprar no mercado negro. Está claro que o contrabando de géneros alimentícios, numa época de escassez, é crime grave contra a economia nacional. Mas devem-se desculpar, porque não faziam mais do que imitar o exemplo de outros, com mais responsabilidades, e que praticavam um contrabando descarado, e em grande escala, na sua região. Em épocas normais, o contrabando limita-se à troca de produtos

que lhes sobram, por outros de que carecem, e só para uso da povoação.

Os contrabandistas dividem-se em dois tipos: os contrabandistas de profissão e os acidentais. Os primeiros são aqueles a quem a Natureza deu qualidades invulgares, para exercerem com êxito tão difícil e arriscado mister. Os segundos são os que só na mocidade, ou em épocas de apertos, se atiram a experimentar a sorte num golpe de audácia. Muitas vezes, os segundos só trabalham como acólitos dos primeiros, e não fazem mais que segui-los com cargas, sem arriscarem nada, e limitando-se a receber uma soma preestabelecida. Na verdade, só aos primeiros se pode chamar contrabandistas. Criados no hábito do perigo e obrigados a usarem de constantes estratagemas para iludirem a vigilância da guarda e lhe escapar nos momentos difíceis; endurecidos por uma vida áspera e rica de emoções, estes homens distinguem-se dos outros por uma fisionomia característica, em que traços de nobreza e independência se misturam aos da astúcia espertalhona da raposa. Poucos homens terão olhos e ouvidos mais apurados que estes profissionais do contrabando. Pode-se dizer que não há pedra na serra que não conheçam, e o mais leve sinal lhes permite saber se passou gente há pouco, para onde ia, e quem devia ser. As pegadas são para eles um livro aberto. Sabem se são botas da guarda, ou se as alparcatas são espanholas ou portuguesas. Chegam mesmo a reconhecer certas pegadas. Ao fim de algum tempo, as pegadas de determinados guardas dos postos mais próximos estão identificadas, e rapidamente sabem tirar daí as conclusões necessárias, para agir com êxito. Conhecem todos os caminhos e atalhos, e, mais ainda, por onde se pode passar longe desses

atalhos, que os guardas também já podem conhecer. Na serra costuma haver umas pedras encasteladas em cima dos penedos, a que chamam *mariolas*, e que servem, para orientar os pastores e guardas-fiscais em dias de névoa, ou nevão. Mas, como os contrabandistas não precisam de nada que os oriente, pois conhecem a serra com os olhos fechados, costumam deitar estes *mariolas* abaixo, para que os seus perseguidores se percam na noite.

Há contrabandista que nunca foi apanhado, se bem que todos saibam da sua actividade, mercê duma genial predisposição para a profissão. São tão finos, e conhecem tão bem a maneira de agir dos guardas e dos denunciantes, que sabem sempre fugir pelas malhas das redes que lhes estendem. Nas noites muito frias de Inverno, simulam saídas em grupo, ou então, combinam uma expedição de maneira que chegue aos ouvidos de algum denunciante (em geral, mulheres a quem a guarda paga, para darem aviso do que houver) e depois vão-se meter na cama, enquanto que a guarda segue ofegante pela serra acima, para os lugares de provável passagem, à espera do que nunca mais vem. Depois, quando os guardas chegam cheios de frio e sono, metem-se eles ao caminho, mesmo de dia, pois agora nada há a recear por aquele lado.

Para estes homens excepcionais, o contrabando é mais que um processo de arranjar dinheiro, é também uma paixão violenta, pelos lances arriscados, supresas que ocasiona, e pelo forte sentimento de personalidade que lhes dá. Contudo, para a maioria, é só um processo perigoso de obter mais uns escudos, para as necessidades da vida, enquanto a mocidade lhes aquece o sangue com desejos de aventuras, que os anos de sensatez vem acalmar.

CAPÍTULO XIV

O HOMEM

FISIONOMIA E CONCEPÇÃO DE VIDA

TIPO FÍSICO

O habitante de Vilarinho não apresenta grande unidade de tipo físico, nem particularidade especial, que o possa individualizar no conjunto de povos nortenhos. Nos seus 60 fogos, em que habitam umas 250 pessoas, encontram-se alguns tipos bastante altos e fortes, à mistura com outros medianos. Predominam os morenos, de olhos escuros, mesmo entre as mulheres, se bem que, em algumas famílias, o elemento louro não seja estranho, mas nunca o louro puro. Há uma família, Fecha, em que aparece um tipo louro corado, de estatura mediana, de olhos castanhos-claros, de enorme vitalidade e vivacidade. De maneira geral, Vilarinho mostra uma galeria humana, saudável e bem constituída, sem casos de nítida degenerescência. Nas crianças pequenas há casos de miséria física, devidos à mentalidade primitiva das mães. É possível que a selecção natural expurgue os futuros habitantes destes produtos mais infelizes, como até hoje o deve ter feito.

FISIONOMIA E CONCEPÇÃO DE VIDA

Como a maioria dos habitantes de serras acidentadas e sombrias, por o céu estar grande parte do ano encoberto, o furnense é pouco expansivo, reservado, e, perante estranhos, mesmo desconfiado. Porém, uma vez familiarizado com as pessoas, mostra-se franco e prestável, podendo-se mesmo contar com a sua amizade, se lha soubermos conquistar. O que é notável neste pequeno povo, é a extraordinária independência de pensamento, a clara inteligência e a preocupação com os problemas da vida e do Além, que ultrapassam de longe os da nossa burguesia média.

Embora quase destituídos dum raciocínio que vise fins práticos, porque a tradição os manietta, e, por outro lado, presos a concepções míticas, nem por isso deixa de ser notável a sua capacidade de raciocínio em problemas que se relacionam com os fins superiores do homem.

Discorrem de maneira notável, sobre os problemas da política internacional, num plano superior; não com a preocupação mesquinha do episódico, e muito menos do anedótico, tão frequente na nossa gente cidadina. Porventura fruto da grande paisagem solitária e silenciosa, em que o homem se encontra só consigo, o habitante de Vilarinho tem um conceito da vida acentuadamente religioso, que dá às suas conversas um sentido profundo que impressiona, pois facilmente projecta os problemas num plano absoluto. Aqui, a palavra filosofia é desconhecida, mas sabe-se filosofar, enquanto que noutros sítios, em que toda a conversa é uma cadeia de

lugares-comuns, se emprega a palavra filosofia a torto e a direito. A atitude religiosa e profunda perante a vida, faz com que o princípio de unidade e solidariedade seja, neste povo, uma força activa pouco vulgar.

Há uns seis anos, a família Geira teve a maior parte dos seus membros úteis acamados, com uma febre tifóide, que os impossibilitou de trabalhar as suas terras durante o período das grandes lavouras. Pois todo este trabalho foi feito pelos vizinhos, que nesta época já têm serviço demasiado, sem procurarem a mínima recompensa. Porém, apesar de serem caridosos para com os seus vizinhos e gentes que passam, não admitem facilmente gente estranha no seu clan.

Durante a guerra fugiu de Espanha uma família minhota, que há já bastante tempo emigrara, e que, vendo-se sem recursos, procurou trabalhar na floresta, e viver em Vilarinho, para o que encontrou todo o auxílio daquela gente caridosa. Porém, como eram trabalhadores e económicos, foram juntando uns patacos, e hoje já se sentem com vontade de dar à sua vida uma forma mais estável, sendo a sua aspiração comprar um bocado de terra para se irem enraizando. Mas encontram uma oposição cerrada da parte do povo, que não quer estranhos no seu seio.

É curioso que, aqui, a mulher continua a ter, como no Minho, um papel importante na vida social, podendo mesmo participar das reuniões da Junta, se for o representante da casa, por viuvez, ou ausência do homem. Também toma parte activa nos trabalhos da lavoura, e a sua voz em casa é sempre ouvida com respeito, o que mostra que, a grande tendência matriarcal do Minho, chega às regiões serranas do Norte minhoto,

ao contrário do Leste transmontano, em que o patriarcado impera.

A CASA E A COMUNIDADE FAMILIAR

A vida, numa região de recursos limitados, cria problemas que são resolvidos de vária maneira, e quase sempre inconscientemente, ou pelo menos vistos só no seu aspecto pessoal. Como já dissemos, o habitante de Vilarinho procura melhorar a sua economia por meio de contrabando. Quando isto não basta emigra para o Brasil, França e sobretudo para a América do Norte. Porém, há ainda um processo de evitar a crise da superpopulação, bastante interessante, que já temos verificado noutras regiões serranas, que é a tendência para o celibato absoluto, ou para o casamento tardio. Os filhos ficam a viver com os pais, na casa de lavoura, até à morte destes, e só então casam alguns, ficando os outros a viver com o irmão ou irmãos casados, conservando-se intacta a «casa». Desta maneira, a população não sobe vertiginosamente como se dá noutras regiões, sobretudo industriais, em que os mocitos se lançam logo ao casamento, e arranjam rebanhos de filhos que não podem alimentar. Esta abstenção matrimonial, que deve ter as suas causas na impossibilidade da terra sustentar uma população superior à já existente, toma contudo um aspecto de elevado respeito da comunidade familiar, e, por vezes, mesmo, aspecto místico. É claro, que as razões lógicas das coisas não costumam ser apreendidas pelo povo, a quem é alheio o pensamento racionalista, e actua de maneira inconsciente, e transfigurada pela sua

imaginação ingênua e crente. Às vezes, esta tendência para o celibato, nasce também do respeito quase religioso pela casa de lavoura, que toma o aspecto de entidade extra-terrena e indivisível.

De acordo com este sentimento, é frequente não se fazerem partilhas por morte dum dos cônjuges. Os filhos continuam a viver e a trabalhar na casa, obedecendo ao pai, ou à mãe sobrevivente.

A mesma razão leva muitos a deixarem ao filho mais velho dois terços da casa, e ainda a sua parte do terço que é dividido por todos os irmãos. Esta forma de morgadio atenuado, ainda é, hoje, aqui praticado, com perfeita aceitação dos irmãos lesados, que em geral não casam e ficam a viver na antiga casa paterna, agora pertença do irmão. É certo, que na vida em comum, não se nota a mínima superioridade do irmão senhor das terras, em relação ao outro que junto a ele trabalha. Nem sempre o favorecido, é o irmão mais velho, mas sim aquele considerado mais capaz de ser o chefe da casa. Os irmãos que vivem na casa e para ela trabalham, podem, contudo, possuir gados, que pastam nas vezeiras comuns, assim como podem ir tentar fortuna fora, e regressar novamente para a comunidade familiar. É curioso que as pessoas são conhecidas pelo nome da casa e não pelo de família, o que prova a importância que ligam à casa (1). Isto é, aliás, o que se dá com a aristocracia terratenente.

(1) É interessante comparar o que aqui acabamos de dizer, com o Direito de Família do Alto Aragão, pois a analogia é enorme. Joaquim Costa, «Alto Aragón, Derecho de Familia» in «Derecho Consuetudinario y Economía Popular de España», tomo 1, cap. 11, «Da Comunidad doméstica del Alto Aragón».

Estes espíritos ingénuos são, na vida quotidiana, dominados por uma imaginação forte, que a razão lógica não limita, e que portanto exerce neles uma influência profunda. Como o homem medieval, também o habitante de Vilarinho e o serrano em geral são dominados por uma visão sobrenatural da vida, carregada de fintas, ora lívidas, ora trágicas, com visões estranhas de bruxas e lobisomens.

O medo é uma entidade real, capaz de estrangular nas suas garras a felicidade das pessoas. Tudo toma vulto naquelas imaginações, e até os lobos, não são só as feras que comem os gados, mas umas abantesmas que povoam as serras com os seus uivos sinistros.

É vulgar a gente encontrar pessoas, que por um susto ficaram tolhidas, e que durante meses arrastam uma existência doentia e trémula. Os espíritos sinistros estão ainda vivos, e espreitam as presas por detrás de cada sombra. A doença também irmana com estes espíritos da noite, e é uma força misteriosa, que prostra os homens.

Em geral diz-se que fulano tem uma febre, sem a mínima preocupação de saber que doença tem. Mesmo quando vem o médico, não lhe perguntam o que é, basta-lhes a receita. Para eles é uma febre, e a confiança no poder curativo do médico é pouca, chegando quase que a regozijar-se com o falso prognóstico, pois, no fundo, o espírito racional é inimigo do mundo mágico em que vivem e de que se alimentam.

O serrano tem uma concepção sombria da vida, e não julga a sua existência um mar de rosas, apesar da sua vida material ser, muitas vezes, superior à da população do Minho, que é, na maioria, composta de caseiros,

dependentes da boa ou má vontade dos senhorios. É vulgar os serranos suporem-se os descendentes de antigos condenados, mandados pelas autoridades para aquele degredo de montes e fragas, e que para ali ficaram entregues às inclemências do tempo e à solidão dos cerros pedregosos. Contudo, nada nos consta de Vilarinho ter sido coito de homiziados. Esta convicção, desvia a sua atenção dos bens terrenos, para os bens duma vida futura mais feliz, e assim, toda a sua existência, está impregnada dum certo pesadume. Por isso, as mulheres casadas já não vestem cores claras, e as suas roupas escuras só trazem como única nota colorida, roxo ou verde-escuro no avental. As viúvas andam sempre de preto, e o luto, que também é preto, dura temporadas enormes. Os que estão de luto não podem cantar, e, como são quase sempre parentes uns dos outros, é vulgar não se conseguir ouvir as suas canções durante épocas enormes. Felizmente que a ânsia de vida da geração mais nova, consegue triunfar desta concepção dos adultos, mas dentro de poucos anos são também dominados pela austeridade do ambiente.

É curioso verificar-se que nesta região se encontra ainda grande número de monárquicos ferrenhos, de tendências absolutistas, em contraste com a sua organização *parlamentar*. Isto vem confirmar a nossa opinião, que a sua organização não tem verdadeiramente o carácter de livre determinação, que se lhe pode atribuir ao estudá-la exteriormente. No fundo, pressupõem a existência duma força divina, que reveste o Juiz (zelador) dum poder que está para além dele próprio. É claro, que na nossa época, espantosamente influenciada pela tendência niveladora de todos os valores, os habitantes de Vilarinho, que lêem os

jornais e emigram, não nos poderão dar esta explicação profunda, e interpretam tudo de maneira simplista e banal. Porém, se nos detivermos em conversas longas e renovadas, quando já não representamos para eles uma pessoa estranha, e podem monologar à vontade ao nosso lado, veremos, então, como as coisas são diferentes do que parecem.

CAPÍTULO XV

CONCLUSÃO

Acabamos de escrever, em todos os pormenores, a vida duma povoação comunitária; desde as actividades propriamente práticas da luta pela existência, até às que estão para além das necessidades materiais, e representam a evasão do mundo do utilitário, para zonas mais elevadas, onde o homem se sente mais livre e mais rico de interioridade.

Na interpretação da vida dum povo, há sempre que contar com dois elementos primordiais: o geográfico e o histórico. O povo, que a etnografia estuda, está sempre dependente do meio físico, em que se trava a sua luta pela existência. O clima, o relevo, a constituição do solo e, ainda, a proximidade ou afastamento do mar, ou o seu isolamento em relação a outros povos, tudo isso são elementos muito importantes, para a compreensão da maneira de ser e de agir dum povo.

Mas há também que ter em conta o elemento histórico, que neste caso é o substracto tradicional, ou a feição psíquica, que provém dum passado remoto, de que o povo não tem consciência, mas do qual herdou inúmeras propensões e tradições.

Assim, em muitos dos traços característicos e dos costumes dos habitantes de Vilarinho da Furna, há uns que lhe são impostos pelo meio e outros que herdaram dos seus antepassados (herança que pode ser de sangue, ou simplesmente cultural). A herança histórica, a que chamaremos «tradição», é assimilada pelo povo e dá-lhe uma feição psíquica especial, que o define.

Esta procura manter-se inalterável, e, sempre que as circunstâncias obrigam a novas adaptações, ela só cede na medida em que é de todo obrigada, e fá-lo de maneira a conservar, o mais possível, intacta a personalidade tradicional. Porém, os habitantes das montanhas sofrem dum misoneísmo muito mais irredutível que os da planície, mais abertos a influências de toda a espécie.

Independentemente das tradições comunitárias estudadas, que se relacionam com a organização das populações pré-romanas, pudemos, através dos vários capítulos, registar certo número de factos, que se filiam na cultura de povos pastores e ganadeiros indo-europeus. É possível que alguns destes elementos culturais tivessem sido introduzidos no nosso território com as invasões pré-romanas, e outros, mais tarde, como o arado quadrangular, pelos invasores germânicos, nomeadamente pelos Suevos.

Entre os primeiros, podemos contar os seguintes:

1.º — O uso da trombeta de corno, para chamar os animais e para as reuniões da Junta.

2.º — A marca com dois tetráscelos, espécie de suástica, gravada nos chifres das cabras, usada pela família Lojas (1).

(1) Este costume existia ainda há poucos anos na Alemanha, Eberhard Frhr. von Künssberg, reproduz a fotografia dum chifre de cabra, com uma suástica gravada a fogo, no seu livro «Rechtliche Volkskunde», Halle, 1936.

3.º — A adivinha da vaca, conservada pelos povos ganadeiros germânicos, hoje tão afastados uns dos outros.

4.º — O rolhas-de-pau, para fazer manteiga (como *la baratte*, que há anos existia em certas aldeias francesas), cuja origem se atribui aos celtas e germanos.

5.º — A sopa de leite, usada em Vilarinho e em grande parte das regiões serranas do Alto Minho, principalmente em Castro Laboreiro, que, embora se explique pela abundância de leite, também não deixa de poder filiar-se nos hábitos alimentares das antigas populações ganadeiras.

Entre os segundos, temos o arado quadrangular, de origem germânica, que com certeza foi introduzido pelos Suevos, quando repartiram terras no Noroeste, em 411. Estes povos invasores, que atravessaram o Reno em 406, quando se fixaram na Península, deviam conservar intactas as suas técnicas agrárias, assim como vivos os usos e costumes, visto só mediarem cinco anos entre o abandono das terras germânicas e a fixação no nosso território.

Vemos, pois, reunidos muitos elementos culturais de origem pastoril e ganadeira indo-europeia, juntamente com outros agrícolas também da mesma origem, e comuns ao resto do Minho.

Pode, talvez, daqui concluir-se que a população de Vilarinho resultou da fusão de populações autóctones, agrícolas (matriarcado agrícola), com outras ganadeiras e pastoris (patriarcado pastoril).

A sedentarização dos povos pastores costuma dar origem à organização comunitária do tipo estudado. Por sua vez, a agricultura primitiva, à enxada, em que

a mulher desempenha o papel principal (matriarcado agrícola), só se transforma em agricultura superior, quando conhece a domesticação dos animais, que fornecem o estrume e servem para puxar os arados e os carros. Só pela associação destas duas culturas é possível a agricultura aratória.

A existência do arado radial arcaico em Vilarinho, ao lado do quadrangular germânico, permite pensar que a agricultura com arado era ali anterior às invasões germânicas.

O arado quadrangular, tanto podia ser introduzido em Vilarinho, directamente, pelo invasor germânico, ou então, muito mais tarde, acompanhando a difusão do milho depois do século xvi. É de supor que este novo cereal, que operou uma verdadeira revolução na agricultura do Noroeste, contribuisse para a difusão do arado quadrangular, mais próprio para as lavouras fundas do milho.

As condições naturais de Vilarinho, levaram os seus habitantes a uma cultura agro-pastoril, em que o pastoreio sobreleva de longe a agricultura, pela extensão e variedade de pastos em relação à reduzida área de cultivos. Além disso, as especiais circunstâncias topográficas permitiram uma agricultura quase de ribeira: milho, feijão, vinho, não consentindo a típica cultura dos centeios de altitude, própria de regiões serranas.

Da necessidade de combinar uma agricultura, que exige cuidados permanentes, com a intensa actividade pastoril, resultou uma curiosa organização colectiva em que, com um mínimo de pastores, se consegue ter os gados todos em pastagens distintas, sem prejuízo dos trabalhos agrícolas, evitando as grandes deslocações.

A vida pobre em regiões imensas e desertas, solenes de silêncio e majestosas pelo capricho do relevo granítico, desenvolveu nos habitantes de Vilarinho uma propensão fortemente vincada para a vida do Além. A Natureza tornou-os ascéticos, introvertidos, severos e avessos à expansão lúdrica, que tão exuberante costuma ser nos vales ribeirinhos do Minho.

É, contudo, possível que esta feição psíquica se tivesse agravado nas últimas gerações, pelas dificuldades crescentes da vida material. Leva-nos a pensar isto, o facto das mulheres velhas dizerem que antigamente se cantava mais, e a vida era mais alegre. Os homens também se lastimam e consideram o passado melhor.

Devemos aceitar isto sem discussão? É próprio dos velhos considerar melhor o tempo que passou, porque a esse tempo se associam os bons anos da mocidade. Mas, independentemente dessa tendência geral, não é difícil, quando se fazem perguntas concretas, chegar a resultados mais ou menos exactos, acerca da vida passada.

Nós vimos que Link, nos fins do século XVIII, considerou a abastança do povo de Vilarinho, como digna da inveja dum lavrador alemão. Não devemos esquecer que o parentesco do Vale do Homem com as terras alpinas, e a abundância de mel, leite e manteiga frescos, tanto do agrado da gente do Norte, contribuiriam para um favorável contraste com as regiões meridionais e orientais do país, e deformaram a opinião, em geral objectiva, do viajante alemão. Mas, fazendo o devido desconto, o bem-estar daquela gente devia ser indiscutível.

Como se explicará este abaixamento do nível de vida, em século e meio? Quanto a nós, as razões são as seguintes:

Vilarinho da Furna, como tem condições boas para as culturas de regadio, foi, a pouco e pouco, introduzindo as novidades que lhe chegavam, com mais ou menos atraso, das ribeiras do Minho.

A grande quantidade de espigueiros datados todos do século XVIII, alguns mesmo dos primeiros anos daquele século, fazem pensar que a cultura do milho talvez tivesse chegado ali pouco antes, ou seja, pelos meados do século XVII. A introdução dum cereal tão rendoso em terrenos de regadio, contribuiu naturalmente para o aumento da população, que acabou por exceder os limites naturais da terra. Esta superpopulação foi agravada pela limitação dos pastos, com a expropriação dos montes feita pelos Serviços Florestais. A partir deste momento, só a emigração pode valer ao furnense, e é de facto nela que procura equilibrar a economia. É curioso que, na mesma época, se começam a esboçar tentativas de dispersão de povoamento. Ao longo do Vale do Homem, fizeram-se currais para gado e levantaram-se paredes a limitar começos de propriedade, dentro da floresta que lhes pertencia.

Hoje essas terras foram, em parte, lavradas e cultivadas, e formam umas quintinhas, onde os habitantes não vivem, mas onde vão ficar umas temporadas, quando têm de olhar pelos gados e culturas.

Não se pode dizer que esta evolução, que se observa em Vilarinho, se repita noutras regiões comunitárias, ou de economia semelhante. Às vezes, dá-se o fenómeno contrário, porque novas culturas, ou novos processos

vieram melhorar consideravelmente a economia. Em Montesinho e no Barroso a cultura da batata, nos últimos anos, melhorou de maneira extraordinária a vida local. No Barroso chamavam à batata, o *volfrâmio branco*, porque houve quem fizesse com ela tanto dinheiro, como com o volfrâmio durante a guerra.

Nas regiões de centeio, depois que se conhecem os adubos químicos, as colheitas melhoraram imenso e, com elas, o bem-estar dos seus habitantes.

Mas, através de todas as vicissitudes próprias dos tempos, que umas vezes melhoram, outras pioram a vida dos homens, Vilarinho continua a procurar adaptar-se às circunstâncias, sem cair no individualismo próprio da época.

Porém, nas diferentes formas da sua organização comunitária e em alguns traços do seu carácter, não é difícil encontrar um nítido parentesco com as formas culturais dos seus antepassados castrejos, que, por sua vez, nos obrigam a pensar no clan céltico. Não resistimos a transcrever aqui uma passagem, em que o Prof. Joaquim de Carvalho resume as características deste clan:

«Esta organização social, assente no princípio da comunidade do sangue, desentranhou como sequela um regime económico e político extraordinariamente simples, em que a terra pertencia ao grupo de famílias que entroncavam no mesmo antepassado e o poder estatal se reduzia ao mínimo, assim como o Direito, a bem-dizer restrito a normas de direito privado. (Tribal system). A ocupação do solo era colectiva, nunca individual, não originando a propriedade diferenciações, nem o trabalho carecendo de braço escravo ou servil.

No seio do clan, os indivíduos eram iguais, dele se excluindo os estrangeiros, isto é, os indivíduos que não participavam no sangue, não podiam usar o nome gentílico e só subordinadamente nele poderiam entrar. O princípio sobre que assentava esta sociedade estava para além da transitoriedade dos indivíduos, de cujos interesses, compromissos ou vontades, não dependia; por isso as instituições do clan se apresentavam como imutáveis e perpétuas e os seus costumes e práticas foram singularmente constantes e estáveis, perdurando com notável tenacidade» (2).

Também em Vilarinho nós encontramos um regime económico e político extraordinariamente simples, em que a terra não arável pertence a todas as famílias, tudo levando a crer, pelos usos comunitários relativos a certas práticas agrícolas, que também aquela foi noutros tempos comum. O Direito está restrito quase que só a normas de direito privado. A ocupação do solo, se bem que já seja hoje em parte individual, não originou ainda grandes diferenciações, nem o trabalho carece de braço escravo ou servil. No seio da comunidade, os indivíduos ainda hoje são iguais, havendo nítida tendência para dela se excluírem os estranhos, e também aqui os costumes e práticas são singularmente constantes e estáveis, e perduram com notável tenacidade.

O sentimento da hierarquia das gerações ainda hoje é vivo, sendo os velhos particularmente respeitados, como sucedia outrora nas regiões castrejas galaico-portuguesas, segundo narra Estrabão (3). Também nos conta

(2) Joaquim de Carvalho: «A Cultura Castreja» (sua interpretação sociológica) — «Revista do Ocidente», Julho de 1946, pág. 15.

(3) Estrabão III, 3, 7.

Estrabão que os montanhesees expulsavam os parricidas para fora dos limites (4).

Ora a expulsão, de vizinho é ainda hoje, a maior penalidade que se pode aplicar a um habitante de Vilarinho, por qualquer crime praticado.

Assim, Vilarinho da Furna é, possivelmente, uma das povoações portuguesas, onde mais vivo se conserva na actualidade o nosso antepassado castrejo, em quem a coesão da comunidade e o indomável sentimento terran-tês se mantêm puros como outrora.

A tradição comunal é indubitavelmente herança dum passado remoto, cujas raízes mergulham nas épocas obscuras, que precederam a romanização da Península. Mas, o facto de se manter até hoje tão pura em Vilarinho da Furna, deve-se ao condicionalismo geográfico, que nesta região dificilmente permite uma ocupação do solo inteiramente individualista, sem crises duma gravidade incalculável. O próprio espírito individualista, que nos nossos dias se vai acentuando nitidamente, já é suficiente para abalar a segurança e tranquilidade da economia da povoação. Basta que a ganância, inseparável do individualismo, se acentue mais, para que em breve os rebanhos atinjam a saturação. Nesse dia, a falta de pastos provocará o choque dos interesses individuais e, com ele, certamente, o fim da antiquíssima organização comunal, que tantos séculos conseguiu resistir às vicissitudes da História. Nesse dia, a terra será dividida, e, em poucas gerações, terá caído nas mãos de duas outras três famílias mais hábeis, ou menos escrupulosas, nada res-

(4) Estrabão. «Geografia». III, 3, 7 (Ver Joaquim de Carvalho, *ob. cit.*, pág. 13).

tando aos menos felizes, que servir os antigos vizinhos, ou emigrar para terras menos sobrepovoadas que as suas.

É fora de dúvida que as organizações comunitárias, ainda existentes, dependem sobretudo do pastoreio. É a organização pastoril que mantém viva esta forma social arcaica, pois a cultura do solo conduz rapidamente à sua apropriação individualista. Porém, nas regiões em que predominava o pastoreio, assente em grandes tratos de terreno comum, mas susceptíveis de serem agricultados, como sucedia em Miranda, depressa se chegou à sua divisão pelos diferentes vizinhos⁽⁵⁾. Nas regiões, em que os baldios do povo são improdutivos e só servem para pastagens, é compreensível que se mantenham até mais tarde as práticas comunitárias. Daqui concluímos que, por muito forte que seja a tradição, esta está fatalmente subordinada ao condicionalismo natural, e é esse condicionalismo que explica a resistência do comunitarismo em Vilarinho. Porém, além de explicar o fenómeno duma maneira geral, e que tanto se aplica a Vilarinho, como a qualquer outra região, onde se repitam as mesmas circunstâncias, é ainda a geografia que determina os pormenores, não só da organização, como até da feição psíquica dos habitantes.

Rio de Onor, ao norte de Bragança, também nos apresenta uma organização idêntica, que razões também idênticas explicam. Mas, se penetrarmos mais fundo na vida dos dois povos, a diferença é enorme. Rio de Onor, que se estende alegre pelas margens dum rio que cavou o seu vale nos xistos silúricos do planalto

(5) Vergílio Taborda, Alto, Trás-os-Montes.

transmontano, sob um céu de mediterrânea luminosidade, ergue um eterno hino pagão aos deuses da vida. Nas noites quentes de Verão, rufam tambores e cantam gaitas-de-foles, enquanto os pés não descansam um minuto em rápidos passos de *jota*. Vilarinho da Furna, acororado no fundo dum vale granítico, áspero e severo, com píncaros de rochas negras e descarnadas, por onde se arrastam pesadas nuvens sombrias, dum céu atlântico, impelidas por ventos que uivam agoirentos, olha a vida desconfiadamente e pensa no Além.

São, de facto, duas populações comunitárias, que em nada diferem para os historiadores da cultura, que, sem saírem da cidade, se limitam a interpretar os fenómenos através de livros e documentos velhos, mas divergem profundamente para o etnógrafo, e o geógrafo, que não desprezam a realidade viva. A tradição é um elemento de vitalidade indiscutível, mas, não só se mantém, quando a natureza o permite, como se transforma em contacto com ela, tomando em cada lugar a sua expressão própria, rica de formas como a própria vida. É assim que devemos olhar para Vilarinho da Furna; amostra viva dum passado remoto, que as condições naturais conservaram até nossos dias, dando-lhe a feição típica que corresponde ao meio. O arcaísmo destes povos, que já causava reparo aos escritores antigos, é também uma consequência do meio geográfico; não é por descendem de povos misoneístas, que os actuais habitantes do noroeste da Península são retrógrados, mas porque o condicionalismo arcaizante de outrora, ainda se mantém, nos nossos dias.

RELAÇÃO DOS PRINCIPAIS INFORMADORES

NOMES	ANO DE NASCIMENTO	CAPÍTULOS EM QUE COLABORAM
1 — Claudino Rodrigues (Trigo)	1881	IV, VI, IX XIV.
2 — António Rodrigues (Trigo)	1916	V e X.
3 — Maria Rodrigues (Trigo)	1886	VII, VIII, IX, XI e XII.
4 — Ana Rodrigues (Trigo)	1926	XI e XII.
5 — António Francisco João (Escultor do Coração de Jesus).		
6 — Domingos Neves Pinto	1872 (?)	IV, V, VI, IX, X, XIII e XIV.
7 — João Gonçalves Verdego	1888	IV, V e VI.
8 — Manuel Joaquim Barroso (Carreira)	(?)	III e XIII.
9 — Maria das Dores Azevedo Barroso (Geira).	1905	VI, VII, VIII, IX e X.
10 — Idalina Joaquina do Souto Barroso (Geira), (nascida em Germil, Ponte da Barca).	1879	III e IX.
11 — Maria Joaquina Azevedo Barroso (Geira).	1913	III e VIII.
12 — Domingos Azevedo Barroso (Geira)	1907	III, IV, V, VI, IX e XIV.
13 — José Lourenço (Fecha)	1892	IV, V, VI, VIII, X, XII, e XIV.
14 — Manuel Lourenço (Fecha)	1886 (?)	IX e XIV.
15 — Ana Lourenço (Fecha)	1885 (?)	IX e XII.
16 — Domingos Lourenço (Fecha)	1910	III e VI.
17 — António Lourenço (Fecha).	1906	III e XIII.
18 — António Martins Canedas	(?)	IV e V.
19 — Maria Marques (nascida nas Taipas, Guimarães)	(?)	XI.
20 — Maria Pires Galante (Bergueiradas)		XI.
21 — Maria Joaquina (Lojas)	(?)	IX, XI e XII.

ÍNDICE

Nota Preliminar.....	7
Prefácio	13
Introdução.....	19
Capítulo I — Quadro Natural	29
Capítulo II — Aspecto da Povoação	35
Capítulo III — As Construções e os Utensílios.....	45
Capítulo IV — Vida Social — Organização Comunitária	79
Capítulo V — O Pastoreio	97
Capítulo VI — Agricultura — Abelhas, Alfaias Agrícolas, Carros e Outros Processos de Transporte	127
Capítulo VII — Alimentação	157
Capítulo VIII — Vestuário — Tecelagem e Tear	167
Capítulo IX — Crença Popular — Religião, Superstições, Doen- ças e Remédios	177
Capítulo X — Festas, Danças, Instrumentos, Jogos e Desportos	213
Capítulo XI — Cancioneiro Musical	233
Capítulo XII — Provérbios e Adivinhas	269
Capítulo XIII — Emigração e Contrabando	281
Capítulo XIV — O Homem — Fisionomia e Concepção de Vida ...	289
Capítulo XV — Conclusão	297

ESTUDOS E TEMAS PORTUGUESES

Títulos publicados:

João Palma-Ferreira

OBSCUROS E MARGINADOS
Estudos de Cultura Portuguesa

Jorge Miranda

TEXTOS HISTÓRICOS DO DIREITO CONSTITUCIONAL

Vasco Pulido Valente

ESTUDOS SOBRE A CRISE NACIONAL

Joaquim Barradas de Carvalho

O RENASCIMENTO PORTUGUÊS
Em busca da sua especificidade

José Alberto Loureiro dos Santos

FORÇAS ARMADAS, DEFESA NACIONAL E PODER POLÍTICO

Georg Rudolf Lind

ESTUDOS SOBRE FERNANDO PESSOA

Óscar Lopes

UMA ESPÉCIE DE MÚSICA
A Poesia de Eugénio de Andrade

Orlando Ribeiro

A COLONIZAÇÃO DE ANGOLA E O SEU FRACASSO

Joaquim Barradas de Carvalho

AS FONTES DE DUARTE PACHECO PEREIRA
NO «ESMERALDO DE SITU ORBIS»

David Mourão-Ferreira

HOSPITAL DAS LETRAS

Fernando Cristóvão

MARÍLIA DE DIRCEU DE TOMÁS ANTÓNIO GONZAGA
Ou a Poesia como Imitação e Pintura

J. Leite de Vasconcellos

RELIGIÕES DA LUSITÂNIA
(3 volumes)

João Gaspar Simões

CRÍTICA IV

Contistas, Novelistas e Outros Prosadores
Contemporâneos. 1942, 1979.

ESTUDOS SOBRE CAMÕES

Páginas do *Diário de Notícias* dedicadas ao Poeta
no 4.º centenário da sua morte

FEITICEIROS, PROFETAS E VISIONÁRIOS

Textos Antigos Portugueses
Seleção de Yvonne Cunha Rêgo

CARTAS POLÍTICAS A JOÃO DE BARROS

Seleção, Prefácio e Notas de Manuela de Azevedo

António Alberto Banha de Andrade

CONTRIBUTOS PARA A HISTÓRIA DA MENTALIDADE
PEDAGÓGICA PORTUGUESA

ESTUDOS SOBRE VERGÍLIO FERREIRA

Organização e Prefácio de Helder Godinho

Fernando Guimarães

SIMBOLISMO, MODERNISMO E VANGUARDAS

Jorge Dias

OS ARADOS PORTUGUESES

E AS SUAS PROVÁVEIS ORIGENS

Prefácio de Ernesto Veiga de Oliveira

Manuel Poppe

TEMAS DE LITERATURA VIVA

35 Escritores Contemporâneos

José Mattoso

RELIGIÃO E CULTURA NA IDADE MÉDIA PORTUGUESA

SENHORES DA TERRA

Diário de um agricultor Alentejano (1832-1889)
*Estudo e Seleção de A. C. Matos, M. C. Andrade Martins
e M. L. Bettencourt. Prefácio de Jaime Reis*

João José Cochofel
CRÍTICAS E CRÓNICAS
Prefácio de Rui Feijó

Leland Robert Guyer
IMAGÍSTICA DO ESPAÇO FECHADO
NA POESIA DE FERNANDO PESSOA

Jacinto do Prado Coelho
INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA NOVELA CAMILIANA

Paula Bárcia
AS «RELIGIÕES DA LUSITANIA»
J. LEITE DE VASCONCELOS:
CONTRIBUIÇÃO PARA O SEU ESTUDO —
— ALGUNS COMENTÁRIOS E ÍNDICES GERAIS

Luis Filipe Barreto
DESCOBRIMENTOS E RENASCIMENTO

Artur Portela
CAVALEIRO DE OLIVEIRA
AVENTUREIRO DO SÉCULO XVIII

Américo da Costa Ramalho
ESTUDOS SOBRE O SÉCULO XVI

Maria Theresa Abelha Alves
A DIALÉCTICA DA CAMUFLAGEM NAS OBRAS
DO DIABINHO DA MÃO FURADA

Duarte Nunes de Leão
ORTOGRAFIA E ORIGEM
DA LÍNGUA PORTUGUESA
Introdução, notas e leitura
de Maria Leonor Carvalhão Buescu

Fernando Cristóvão
CRUZEIRO DO SUL, A NORTE
Estudos Luso-Brasileiros

A POLÊMICA SOBRE O RETRATO DE VÊNUS
Introdução de Maria Antonieta Salgado

Vasco Pulido Valente
TENTAR PERCEBER

Ana Maria Pereira Ferreira
A IMPORTAÇÃO E O COMÉRCIO TÊXTIL
EM PORTUGAL NO SÉCULO XV
(1385 a 1481)

José Maria Cabral Ferreira
ARTESANATO, CULTURA
E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
Um estudo de campo e três ensaios breves

João Gaspar Simões
CRÍTICA V
Críticos e Ensaístas Contemporâneos (1942-1979)

José Medeiros Ferreira
ENSAIO HISTÓRICO SOBRE A REVOLUÇÃO
DO 25 DE ABRIL
O Período Pré-Constitucional
Co-edição I.N.C.M. — S.R.E.C. da Região Autónoma dos Açores

Stephen Reckert
ESPÍRITO E LETRA DE GIL VICENTE

Graça Almeida Rodrigues
LITERATURA E SOCIEDADE NA OBRA
DE FREI LUCAS DE SANTA CATARINA
(1660 - 1740)

Jorge Dias
VILARINHO DA FURNA
Uma Aldeia Comunitária
Nota preliminar e Prefácio de Orlando Ribeiro

Impresso
para a Imprensa Nacional-Casa da Moeda
na Gráfica Maiadouro — Vila da Maia
Direcção gráfica de Armando Alves
Primeira reimpressão, Maio de 1981
Segunda reimpressão, Maio de 1983

Tiragem: 5000 exemplares

Vilarinho da Furna não existe mais; não declinou por abandono dos habitantes, mas porque uma barragem a meteu debaixo da água que submergiu leiras e casas e até o cemitério situado na parte mais alta da aldeia. Nem os mortos escaparam e dos vivos ninguém cuidou; pagas as indemnizações irrisórias, cada um se manhou como pôde, enriquecendo-se o país de electricidade, atirando para as incertezas da vida os seus vizinhos. E, no entanto, estas aldeias comunitárias viviam numa nobre pobreza, onde os habitantes se sentiam efectivamente senhores do que cultivavam e colhiam e geriam em comum os seus interesses colectivos. Esta reedição é uma espécie de **Requiem** pelos pobres camponeses, pastores, moleiros e homens de outros ofícios humildes, que não inspiram aos prestigiosos construtores de barragens outro sentimento que não seja de profundo desprezo. Infelizmente este crime perpetrou-se, outras aldeias ficaram debaixo de água e a famosa barragem do Alqueva, que é um erro técnico crasso porque se fecha um curso de água, gastando-se rios de dinheiro num paredão que, uns anos por outros, não chegará a encher a albufeira.

Um problema que ocupou muito o espírito de Jorge Dias foi o das relações entre a cultura popular e a cultura superior. O povo, mesmo pobre e analfabeto, é um repositório de autêntica sageza, na riqueza da tradição que não exclui inovação e adaptação e na força criadora da poesia, da música, dos contos, das adivinhas, dos ensalmos, do fabrico de artefactos, completamente desconhecida da gente das cidades mas que constitui o cerne da Nação. O grande mérito de Jorge Dias foi ter-se debruçado amorosamente sobre este património ameaçado e transmitido numa obra que, testemunhando uma fase crítica da civilização, prevalecerá sobre os desencontros dos tempos que correm. Uma obra viva — como todas as manifestações superiores do Espírito.

ORLANDO RIBEIRO

